



RELATÓRIO DE ATIVIDADES À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3 DE NOVEMBRO de 2025 A
30 DE JANEIRO de 2026

2026



Leiria
Câmara Municipal

ÍNDICE

Mensagem do Presidente	3
Nota Introdutória	4
<u>I – Informação Financeira</u>	5
<u>II – Processos judiciais pendentes e estado de atualização dos mesmos</u>	6
<u>III – Informação relevante sobre a atividade do Município</u>	7



01

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Importa, contudo, sublinhar que este documento reporta a um período anterior à tempestade Kristin, não refletindo, por isso, a profunda alteração de contexto que, entretanto, se verificou no nosso território.

A partir desse momento, o concelho passou a enfrentar uma realidade substancialmente distinta. A ação municipal encontra-se agora enquadrada por um novo ciclo de intervenção – o ciclo da recuperação e reconstrução – com exigências acrescidas ao nível social, económico, financeiro e organizacional.

O relatório que se apresenta retrata, assim, a atividade desenvolvida num contexto de normalidade institucional e de execução regular das políticas públicas locais, assentes na boa governação, na proximidade aos cidadãos, na sustentabilidade financeira e na melhoria contínua dos serviços públicos.

Ao longo do período em análise, foram concretizadas ações relevantes na modernização administrativa, na educação, na ação social, na cultura, no ambiente, na mobilidade e na dinamização económica do território, num esforço articulado que contou com o empenho das unidades orgânicas municipais e a participação ativa da comunidade.

A leitura dos diferentes capítulos permite avaliar o estado de execução das políticas locais, constituindo também um ponto de referência importante para compreender a base institucional e financeira sobre a qual assenta agora o esforço de reconstrução que temos pela frente.

A todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Leiria expresso o reconhecimento pela dedicação e profissionalismo que colocam diariamente no serviço público.

Aos munícipes, agradeço a confiança com que acompanham este percurso comum.

À Assembleia Municipal deixo uma palavra de apreço pelo exercício responsável das suas competências de acompanhamento e fiscalização, fundamentais para a solidez da administração local.

Reafirmo, por fim, o compromisso de continuar a liderar com responsabilidade, rigor e visão de futuro, colocando agora, com determinação reforçada, a recuperação e o desenvolvimento do nosso concelho no centro da ação pública.

O Presidente da Câmara Municipal

Gonçalo Lopes



02

NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade do executivo municipal, sendo a apresentação periódica de relatórios de atividades um dos instrumentos fundamentais para o cumprimento desse dever.

O presente relatório reporta-se ao período de 3 de novembro de 2025 a 30 de janeiro de 2026 e reúne informação detalhada sobre a atividade desenvolvida pelos diversos serviços, departamentos e unidades orgânicas do Município de Leiria, incluindo áreas fundamentais como a contratação pública, gestão de recursos humanos, ação social, cultura, urbanismo, obras municipais e atendimento ao cidadão.

Em cumprimento dos princípios da transparência, da responsabilidade e da boa governação, o relatório incorpora igualmente a componente financeira, com destaque para os procedimentos adjudicados e os contratos celebrados, e apresenta o ponto de situação atualizado dos processos judiciais pendentes, quer em matéria de contencioso, quer no âmbito das contraordenações e execuções fiscais.

O documento organiza-se por áreas funcionais, facilitando a análise integrada das medidas adotadas, dos projetos em curso e dos resultados obtidos. Pretende-se, assim, não só dar cumprimento ao dever de informação à Assembleia Municipal, mas também promover o escrutínio público e o reforço da confiança nas instituições municipais, numa lógica de prestação de contas que valoriza a proximidade democrática e a cidadania ativa.



03

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

SÍNTESE

O presente relatório tem o objetivo de expor, de forma sucinta, a situação financeira do Município de Leiria. Apresentam-se, ainda, algumas evoluções e comparativos com o período homólogo, por forma analisar tendências e proceder a uma análise crítica.

Divisão de Contabilidade e Gestão Financeira – Departamento Financeiro

Índice

1.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	11
1.1.	Receita	11
1.1.1.	Receita corrente.....	12
1.1.2.	Receita de capital	13
1.2.	Despesa.....	13
1.2.1.	Despesa corrente.....	16
1.2.2.	Despesa de capital	16
1.3.	Pagamentos e Recebimentos	17
2.	ENDIVIDAMENTO	18
3.	INDICADORES E RÁCIOS.....	19

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem o objetivo de expor, de forma sucinta, a situação financeira do Município de Leiria.

Começamos por expor a **execução orçamental** da despesa e da receita, evidenciando também o comparativo por períodos homólogos.

Segue-se a exposição de alguns dados relativos ao **endividamento**, nomeadamente, o montante de faturas por liquidar, o limite da dívida total, nos termos do previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, bem como dívida total do Município, na qual se inclui, nomeadamente, informação das entidades participadas, em cumprimento do estatuído na alínea y) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Por fim, apresentam-se alguns **indicadores e rácios** demonstrativos da gestão do Município de Leiria, no qual se dá destaque ao grau de execução orçamental.

Na maioria dos casos apresentam-se evoluções e comparativos com o período homólogo, por forma analisar tendências e proceder a uma análise crítica

Face ao exposto, remete-se o presente relatório sobre a situação financeira do Município de Leiria, à data de 31 de janeiro de 2026, para apreciação na sessão ordinária da **ASSEMBLEIA MUNICIPAL de 20 de fevereiro**, nos termos do estatuído na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1. Receita

No quadro abaixo apresenta-se os valores acumulados de receita arrecadada e comparativo com período homólogo.

Descrição	jan/25	jan/26	Varição Absoluta	Varição Relativa %	Peso 2025	Peso 2026
RECEITA CORRENTE	4 409 198,70	10 093 017,80	5 683 819,10	128,91%	98,19%	94,32%
RECEITA DE CAPITAL	79 207,29	605 791,95	526 584,66	664,82%	1,76%	5,66%
OUTRAS RECEITAS (Saldo de Gerência)	1 980,61	2 165,45	184,84	9,33%	0,04%	0,02%
TOTAL	4 490 386,60	10 700 975,20	6 210 588,60	138,31%		

Tabela 1 - Comparativo período homólogo de receita total acumulada

Da análise do quadro destaca-se um aumento de 138,31% na receita total acumulada face aos valores de 2025.

De seguida apresenta-se um gráfico com a evolução da receita dos últimos 5 anos, com referência ao período em análise.

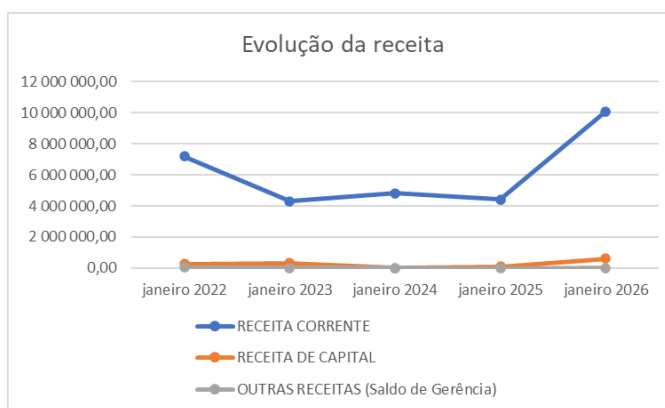


Gráfico 1 - Evolução da receita dos últimos 5 anos

No gráfico abaixo podemos verificar a distribuição da receita por rubricas, com referência ao período em análise.

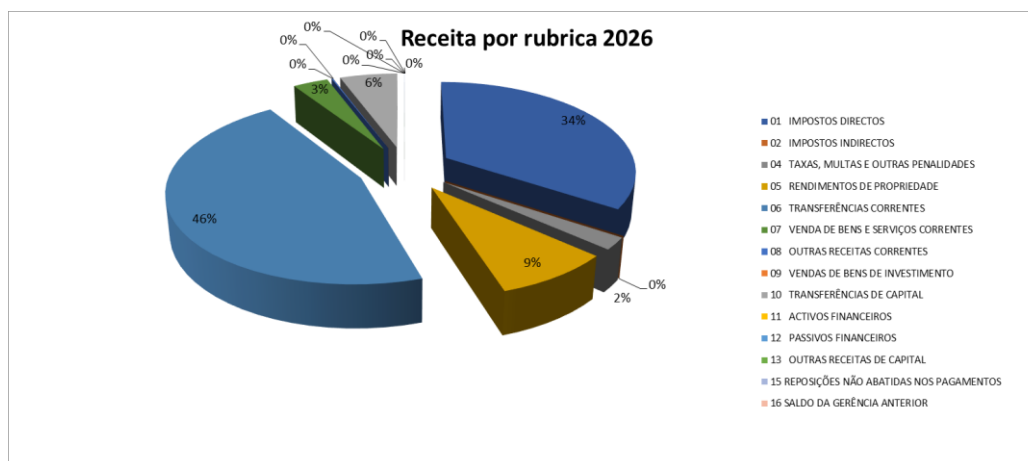


Gráfico 2 - Distribuição da receita por rubricas

1.1.1. Receita corrente

Apresenta-se abaixo o comparativo com período homólogo, no que se refere à receita corrente acumulada.

Descrição	jan/25	jan/26	Variação Absoluta	Variação Relativa %	Peso 2025	Peso 2025
01 IMPOSTOS DIRECTOS	0,00	3 671 164,44	3 671 164,44	#DIV/0!	0,00%	36,37%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	851 017,77	231 475,89	-619 541,88	-72,80%	19,30%	2,29%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	892 574,10	920 150,21	27 576,11	3,09%	20,24%	9,12%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	266 728,50	4 885 280,92	4 618 552,42	1731,56%	6,05%	48,40%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 380 217,47	370 810,20	-2 009 407,27	-84,42%	53,98%	3,67%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18 660,86	14 136,14	-4 524,72	-24,25%	0,42%	0,14%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	4 409 198,70	10 093 017,80	5 683 819,10	128,91%		

Tabela 2 - Comparativo período homólogo de receita corrente acumulada

Da análise do quadro destaca-se:

- O aumento de 128,91% na receita corrente (+ 5,6 milhões);
- O aumento nas transferências correntes (+1731,56%);
- Apuramento de cerca de 3,7 milhões de euros em impostos diretos, sendo que não houve apuramento de valores em igual período do ano passado;
- A diminuição registada na venda de bens e serviços correntes (-84,42%);
- A diminuição registada na rubrica Taxas, Multas e outras Penalidades (-72,80%).

Importa, porém, esclarecer que não se trata de um aumento da rubrica impostos diretos, mas sim com o facto de em 2025 não ter sido possível regularizar as transferências, dado que foram efetuadas de forma mais tardia em relação a anos anteriores, o que em 2026 já não ocorreu.

De seguida apresenta-se um quadro relativo à receita de **impostos diretos**, comparando os valores acumulados com o período homólogo, sendo que não houve apuramento de valores em igual período do ano passado.

Importa, porém, esclarecer que não se trata de aumento desta rubrica (impostos diretos), mas sim pelo facto de não ter sido possível, em janeiro de 2025 regularizar estas transferências, sendo que em 2026 esta situação já se verificou.

Descrição	jan/25	jan/26	Variação Absoluta
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	0,00	984 066,37	984 066,37
IUC - Imposto Único de Circulação	0,00	417 852,78	417 852,78
IMT - Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis	0,00	2 172 886,97	2 172 886,97
Derrama	0,00	96 358,32	96 358,32

Tabela 3 - Comparativo período homólogo de receita de impostos diretos acumulada

Para melhor análise da evolução da receita de impostos diretos sugere-se consulta do **ANEXO 1**.

1.1.2. Receita de capital

No que se refere à receita de capital, expõe-se abaixo a receita de capital acumulada, bem como o respetivo comparativo com o período homólogo.

Descrição	jan/25	jan/26	Varição Absoluta	Varição Relativa %	Peso 2025	Peso 2026
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	0,00	0,00	0,00	242060,00%	0,00%	0,00%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	79 207,29	605 791,95	526 584,66	664,82%	100,00%	0,00%
11 ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	79 207,29	605 791,95	526 584,66	664,82%		

Tabela 4 - Comparativo período homólogo de receita de capital acumulada

Da análise do quadro destaca-se um aumento de 664,82% na receita de capital acumulada face aos valores de 2025, relacionado genericamente com as transferências de fundos comunitários no período em análise

1.2. Despesa

No quadro abaixo podemos verificar os valores acumulados de despesa arrecadada e comparativo com período homólogo.

Descrição	jan/25		jan/26		Varição Absoluta		Varição Relativa %		Peso 2025		Peso 2026	
	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga
DESPEZA CORRENTE	64 304 941,11	4 928 473,75	71 500 296,57	3 861 084,46	7 195 355,46	-1 067 389,29	11,19%	-21,66%	61,74%	86,60%	60,42%	94,92%
DESPEZA CAPITAL	39 854 260,52	762 432,79	46 834 551,68	206 828,89	6 980 291,16	-555 603,90	17,51%	-72,87%	38,26%	13,40%	39,58%	5,08%
TOTAL	104 159 201,63	5 690 906,54	118 334 848,25	4 067 913,35	14 175 646,62	-1 622 993,19	13,61%	-28,52%				

Tabela 5 - Comparativo período homólogo de despesa total acumulada

Da análise do quadro destaca-se, face aos valores de 2025:

- A diminuição de - 28,52% na despesa total paga, relembrando-se que em 28 de janeiro de 2026, o concelho de Leiria foi severamente atingido pela tempestade Kristin, impedindo o normal funcionamento da Câmara Municipal até ao fim do período em análise;
- A despesa paga de 4 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução de 3,01%.

De seguida apresenta-se um gráfico com a evolução da despesa dos últimos 5 anos, com referência ao período em análise.

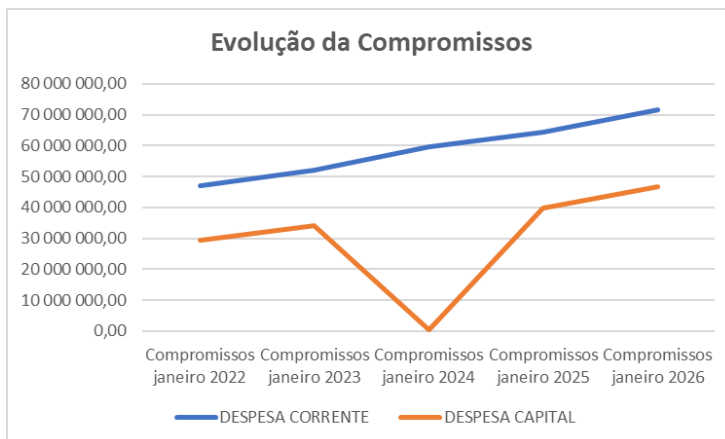


Gráfico 3 – Evolução dos compromissos dos últimos 5 anos, no período em análise

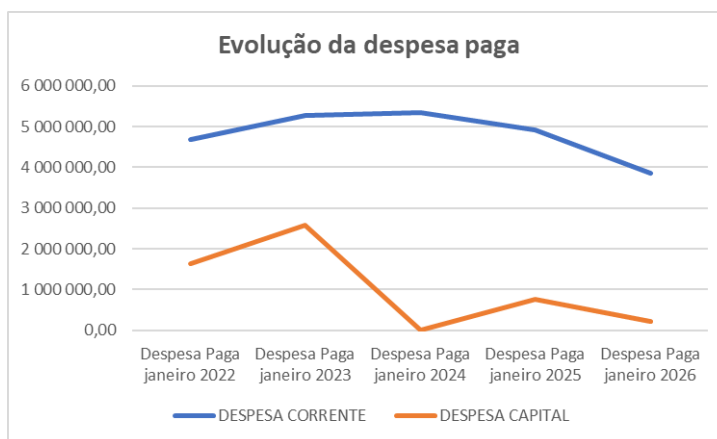
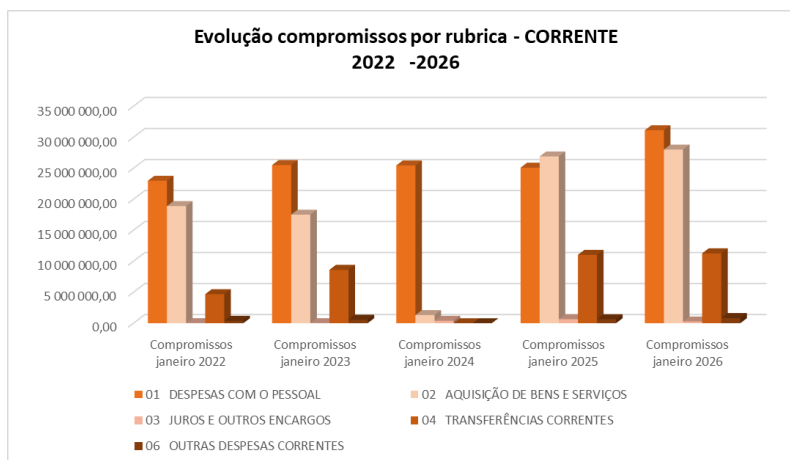


Gráfico 4 – Evolução da despesa paga dos últimos 5 anos, no período em análise

No gráfico abaixo podemos verificar a distribuição da despesa por rubricas (COMPROMISSOS), com referência ao período em análise.



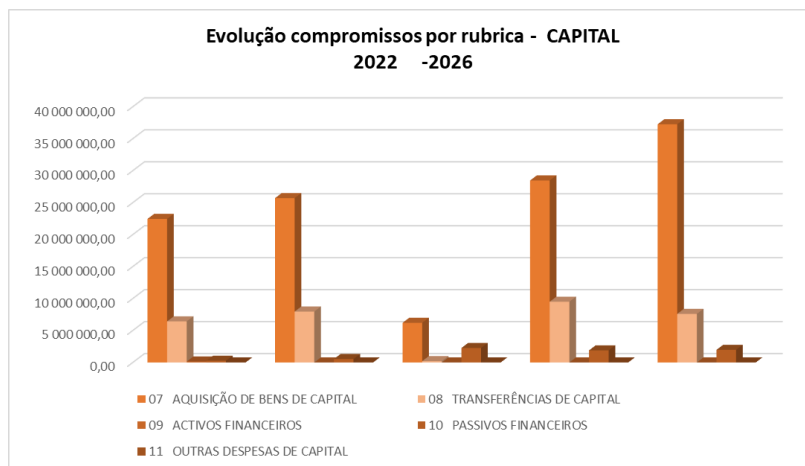


Gráfico 5 – Distribuição dos compromissos por rubricas – comparativo últimos 5 anos, no período em análise

No gráfico abaixo podemos verificar a distribuição da despesa por rubricas (PAGAMENTOS), com referência ao período em análise.

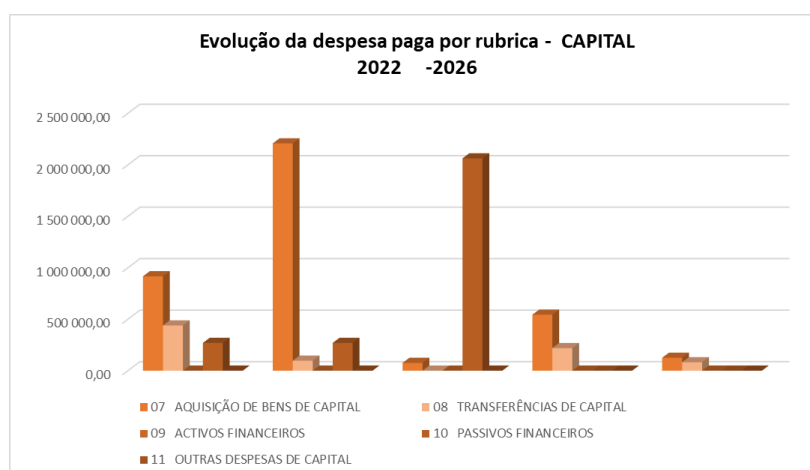
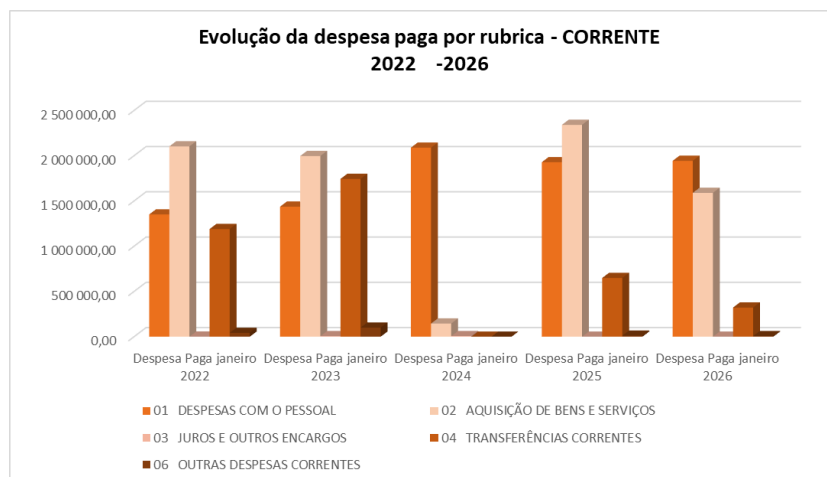


Gráfico 6 – Distribuição da despesa paga por rubricas – comparativo últimos 5 anos, no período em análise

1.2.1. Despesa corrente

No que à despesa corrente diz respeito, no quadro abaixo encontramos o seu valor acumulado, bem como o comparativo com o período homólogo.

Descrição	jan/25		jan/26		Variação Absoluta		Variação Relativa %		Peso 2025		Peso 2026	
	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga
01 DESPESAS COM O PESSOAL	25 085 084,48	1 927 918,65	31 121 466,16	1 943 362,42	6 036 381,68	15 443,77	24,06%	0,80%	39,01%	39,12%	43,53%	50,33%
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	26 893 314,92	2 340 825,33	28 001 690,10	1 589 159,10	1 108 375,18	-751 666,23	4,12%	-32,11%	41,82%	47,50%	39,16%	41,16%
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	650 147,89		277 050,29		-373 097,60	#VALOR!	-57,39%	#VALOR!	1,01%	#VALOR!	0,39%	#VALOR!
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11 028 426,12	648 966,77	11 269 694,02	322 189,21	241 267,90	-326 777,56	2,19%	-50,35%	17,15%	13,17%	15,76%	8,34%
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	647 967,70	10 763,00	830 396,00	6 373,73	182 428,30	-4 389,27	28,15%	-40,78%	1,01%	0,22%	1,16%	0,17%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	64 304 941,11	4 928 473,75	71 500 296,57	3 861 084,46	7 195 355,46	-1 067 389,29	11,19%	-21,66%				

Tabela 6 - Comparativo período homólogo despesa corrente acumulada

Da análise do quadro destaca-se:

- O aumento da despesa comprometida (+11,19%);
- A diminuição da despesa paga (-21,66%), %, lembrando-se que em 28 de janeiro de 2026, o concelho de Leiria foi severamente atingido pela tempestade Kristin, impedindo o normal funcionamento da Câmara Municipal até ao fim do período em análise;
- A despesa corrente paga de cerca de 3,8 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução face aos compromissos assumidos de 5,40%.

1.2.2. Despesa de capital

De seguida apresenta-se um quadro relativo à despesa de capital, comparando os valores acumulados com o período homólogo.

Descrição	jan/25		jan/26		Variação Absoluta		Variação Relativa %		Peso 2025		Peso 2026	
	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compromissos	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga	Compro.	Despesa Paga
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	28 467 524,35	543 442,17	37 258 556,77	125 262,91	8 791 032,42	-418 179,26	30,88%	-76,95%	71,43%	71,28%	79,55%	60,56%
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9 498 681,41	218 990,62	7 600 598,41	81 565,98	-1 898 083,00	-137 424,64	-19,98%	-62,75%	23,83%	28,72%	16,23%	39,44%
09 ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	1 888 054,76	0,00	1 975 396,50	0,00	87 341,74	0,00	4,63%		4,74%	0,00%	4,22%	0,00%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	39 854 260,52	762 432,79	46 834 551,68	206 828,89	6 980 291,16	-555 603,90	17,51%	-72,87%				

Tabela 7 - Comparativo período homólogo despesa de capital acumulada

Da análise do quadro destaca-se:

- O aumento da despesa comprometida (+17,51%) e a diminuição da despesa de capital paga (+72,87%);
- O aumento da despesa comprometida com aquisição de bens de capital (+30,88%) e a diminuição da despesa paga com aquisição de bens de capital (-76,95%), lembrando-se que em 28 de janeiro de 2026, o concelho de Leiria foi severamente atingido pela tempestade Kristin, impedindo o normal funcionamento da Câmara Municipal até ao fim do período em análise;
- A despesa de capital paga de quase 207 mil euros, a que corresponde uma taxa de execução face

aos compromissos assumidos de 0,44%.

1.3. Pagamentos e Recebimentos

No quadro seguinte podemos aferir os montantes pagos e recebidos no mês janeiro, bem como o comparativo com período homólogo.

Descrição	jan/25	jan/26	Varição Absoluta	Varição Relativa %
Recebimentos (Orçamental)	4 488 405,99	10 698 809,75	6 210 403,76	138,37%
Pagamentos	5 690 906,54	4 067 913,35	-1 622 993,19	-28,52%
Saldo Acumulado	-1 202 500,55	6 630 896,40	7 833 396,95	

Descrição	jan/25	jan/26	Varição Absoluta	Varição Relativa %
Recebimentos (Orçamental)	4 488 405,99	10 698 809,75	6 210 403,76	138,37%
Pagamentos (Orçamental)	5 690 906,54	4 067 913,35	-1 622 993,19	-28,52%
Saldo do mês	-1 202 500,55	6 630 896,40	7 833 396,95	

Tabela 8 - Comparativo período homólogo de recebimentos e pagamentos

Da análise do quadro verifica-se:

- O aumento dos recebimentos, no mês de janeiro, em 138,37%;
- A diminuição dos pagamentos, no mês de janeiro, em -28,52%.

2. ENDIVIDAMENTO

De seguida apresenta-se um quadro relativo à evolução das faturas por liquidar desde o ano 2022.

A 31 de janeiro	2022	2023	2024	2025	2026
Facturas por liquidar	1 063 243,27	1 678 904,00	1 504 391,83	1 126 606,60	1 598 199,30
Facturas por liquidar / Receita	14,22%	36,35%	31,22%	25,09%	14,94%

Fonte: DGAL - Mapa de Pagamentos em Atraso

Tabela 9 – Comparativo de faturas por liquidar (Fonte DGAL – Mapa de pagamentos em atraso)

Como podemos constar da análise do quadro abaixo, a Câmara Municipal de Leiria apresenta o seguinte *stock* da dívida à data de 31/1/2026:

	Capital em dívida a 31/12/2025	Amortizações até 31 de janeiro 2026	Capital em dívida
Instituições Financeiras	6 959 012,27	0,00	6 959 012,27
Total	6 959 012,27	0,00	6 959 012,27

Tabela 10 - Dívida a instituições financeiras

Em cumprimento do estatuído na alínea y) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, apresenta-se abaixo o quadro da dívida total do Município, na qual se inclui, nomeadamente, informação das entidades participadas.

Total da dívida a terceiros incluindo dividas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida Total	Dividas não Orçamentais	FAM	Excluindo dividas não orçamentais e FAM
(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5)	(6) = (3) - (4) - (5)
11 734 653	6 306 243	18 040 897	2 803 541	0	15 237 356

Tabela 11 - Dívida total

Legenda:

AM: Áreas Metropolitanas

FAM: Fundo de Apoio Municipal

SEL: Sector empresarial Local

SM: Serviços Municipalizados

Do quadro acima, verifica-se que a dívida total do Município de Leiria, a 31 de agosto, é de 18.040.897€, pelo que se conclui pelo cumprimento do limite estabelecido no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, uma vez que o capital em dívida é bastante inferior ao limite estabelecido (154.430.933,00€ - Dados da DGAL).

3. INDICADORES E RÁCIOS

Por fim apresentam-se alguns indicadores e/ou rácios demonstrativos da gestão do Município de Leiria

Indicador	Resultado ano n-1	Resultado ano n	Variação	
			Absoluta	Relativa
Saldo Corrente (Receitas Correntes - Despesas Correntes) Poupança corrente	-519 275,05	6 231 933,34	6 751 208,39	-1300,12%
Grau de execução da receita	3,60%	7,90%	4%	119,44%
Grau de execução do PPI	1,77%	0,40%	-0,01	-77,40%
Grau de execução do PAM	7,11%	4,18%	-0,03	-41,21%
Grau de execução geral da despesa	4,53%	3,01%	-0,02	-33,55%
Prazo médio pagamentos	4 dias	4 dias		
Rácio Despesa de Pessoal / km ²	2 781,99	2 804,27	22,29	0,80%
Rácio Despesa de Pessoal / população	15,39	15,51	0,12	0,80%
Rácio Investimento / km ²	1 100,19	298,45	-801,74	-72,87%
Rácio Investimento / população	6,08	1,65	-4,43	-72,87%
Notas: Indicadores na ótica dos pagamentos: despesa paga.				

Tabela 12 – Indicadores

Da análise do quadro destaca-se:

- O aumento do saldo corrente;
- Um ligeiro aumento da despesa paga em investimento, fruto de fatores exógenos de âmbito nacional, designadamente:
 - i. Escassez de mão de obra especializada;
 - ii. Atrasos na cadeia de fornecimento de materiais de construção;
 - iii. Elevado número de obras adjudicadas face à resposta disponível no mercado;
 - iv. Dificuldades na obtenção de respostas por parte dos projetistas a dúvidas e pedidos de esclarecimento, motivadas pelo elevado volume de trabalho que estes atualmente enfrentam;

Estes constrangimentos têm impactado negativamente o ritmo de execução dos contratos públicos em todo o País, não constituindo o Município de Leiria uma exceção.

- A manutenção do prazo médio de pagamentos em 4 dias.



04

**PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES
E ESTADO DE ATUALIZAÇÃO
DOS MESMOS**

SÍNTESE

Presente relatório sobre os processos de contencioso, para apreciação na sessão de Assembleia Municipal de 20 de fevereiro, nos termos do estatuído na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Diogo, Neto, Marques & Associados – Sociedade de Advogados, RL e Outros

Identificador do Processo:

Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 701/12.0 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria atualmente do TCA Sul

Demandante:

Almerinda Faria Fiúza Pedro

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

- a) Ser declarada a incompetência do Réu para poder decidir o que decidiu no que deu causa à ação;
- b) Ser declarada a nulidade do ato administrativo constante do despacho emitido pelo Município e que decretou a demolição do muro existente no prédio da Autora, bem como a abertura do caminho;
- c) O Réu ser condenado a reconhecer a nulidade do ato administrativo identificado no ponto anterior e, consequentemente, abster-se da prática de qualquer ato executivo de demolição do muro e abertura de caminho;
- d) Ser o Réu condenado em custas

Valor da ação:

Indeterminável

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 701/12.0 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria atualmente do TCA Sul

Demandante:

Almerinda Faria Fiúza Pedro

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

- a) Ser declarada a incompetência do Réu para poder decidir o que decidiu no que deu causa à ação;
- b) Ser declarada a nulidade do ato administrativo constante do despacho emitido pelo Município e que decretou a demolição do muro existente no prédio da Autora, bem como a abertura do caminho;
- c) O Réu ser condenado a reconhecer a nulidade do ato administrativo identificado no ponto anterior e, consequentemente, abster-se da prática de qualquer ato executivo de demolição do muro e abertura de caminho;
- d) Ser o Réu condenado em custas

Valor da ação:

Indeterminável

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa Comum n.º 958/13.0 BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, atualmente no Tribunal Central Administrativo Sul

Demandante:

Aquino Construções S.A., em Liquidação

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

a) a pagar à Autora a quantia de € 5.292,49, acrescida de juros vencidos no montante de € 81,00, o que perfaz a quantia total de € 5.373,49, e vincendos até efetivo e integral pagamento.

b) no pagamento de custas, incluindo custas de parte.

Valor da ação:

5.373,49 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 858/16.1 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Irmãos Brites, Ldª e José Cândido e mulher Maria Violante Lopes Machado

Pedido:

1- a) Declarar-se que a parcela em formato triangular sita no loteamento 27/81, atualmente registada em nome da empresa Ré, pertence ao domínio público do Município de Leiria, sendo este o seu dono e legítimo possuidor;

b) Declarar-se que esta parcela, por força do alvará de loteamento n.º 484, constitui área de cedência do Loteamento n.º 27/81 destinando-se a espaço verde de utilização coletiva;

c) Declarar-se que de acordo com o citado alvará e planta anexa não lhe poderá ser dado qualquer outro uso;

d) Declarar-se que esta parcela mede 261,07 m² e que confronta de Sul – Lote 1, do Nascente – Lotes 2 e 3, do Norte – com o edifício licenciado pelo processo n.º 1191/89, em nome da empresa Ré e do Poente com Maria Vieira Repolho e outros.

2- Os Réus serem condenados:

a) A reconhecer o que vem pedido no número anterior e, em consequência;

b) A restituir a parcela em litígio ao domínio público municipal;

c) A abster-se de praticar qualquer ato sobre a citada parcela;

d) A demolir todas as obras executadas na aludida parcela, designadamente os muros ali existentes;

e) A remover tudo que colocou sobre aquela, designadamente o lixo e materiais ali existentes.

3- Declararem-se nulos quaisquer atos jurídicos que porventura tivessem servido de título bastante para os atos de registo predial da parcela em discussão nos autos, designadamente as escrituras de justificação a favor dos 1.ºs. Réus e de aquisição da referida parcela a favor da 2.ª Ré.

4- Proceder-se, de imediato, ao cancelamento do registo relativo à parcela em discussão nos autos, feito sob o n.º 2026/20010528, da freguesia de Leiria, na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Leiria.

Os Réus apresentaram Contestação.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo de Contraordenação n.º 630/2012/DSAJAL, a correr termos na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Demandante:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Na sequência de denúncia feita por Florindo Carreira, foi instaurado processo de contraordenação, punida com coima de 15.000,00 € a 30.000,00 € em caso de negligência e de 30.000,00 € a 48.000,00 € em caso de dolo.

Valor da ação:

Não aplicável

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Executiva n.º 1129/15.6T8PBL, a correr termos no Tribunal da Comarca de Lisboa- Juízo de Execução- J3

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Pedro Bento Cordeiro

Pedido:

Que o Executado seja condenado a pagar rendas e indemnizações no valor de € 8.952,90, acrescidas de juros vencidos e vincendos até integral pagamento.

Valor da ação:

8.952,90 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa comum n.º 881/15.3 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Maria Emília Saragoça da Conceição Soares;

Demandado / Arguido:

Município de Leiria, P.G. Promoção e Gestão Imobiliárias, Ldª, Eduardo Augusto Maria da Silva e mulher e Joaquim Luís Vieira Pereira, Joaquim Luís Vieira Pereira e Armindo Espírito Santo e Silva

Pedido:

Condenação dos Réus solidariamente a:

- a) Contratar empresa especializada, credível, com vista a retirar os escombros, terras, viatura, árvores e vegetação, pertença da 1ª Ré, e que ocupam o logradouro da Autora;
 - b) Projetar e construir impreterivelmente um novo muro de suporte de terras e respetiva drenagem, cujo montante se desconhece e se relega por cautela para execução de sentença;
 - c) Pagar à Autora o montante de € 133.824,00 (com IVA incluído à taxa legal em vigor), a título de danos infligidos na propriedade desta;
 - d) Pagar à Autora os danos que venham a ocorrer ou a revelar-se até efetiva concretização de toda a obra, e que atenta a sua difícil previsibilidade de qualificação e quantificação, à semelhança da alínea b) do pedido, se relega o seu cálculo para execução de sentença;
 - e) Pagar à Autora uma indemnização decorrente da privação do uso da sua moradia, que por defeito perfaz na presente data o montante de € 94.500,00 euros, ao qual deverá acrescer o valor de € 3.500,00 (três mil e quinhentos euros) mensais até que sejam repostas as condições de habitualidade do prédio da Autora.
- Em 21/06/2022 foi realizada Audiência Prévia. Foi proferido Despacho Saneador, fixando o objeto do litígio e os temas de prova.

Foram realizadas duas sessões de julgamento nos dias 4 e 8 de novembro de 2022. Nesta última sessão, foi proferido o seguinte despacho: "Atenta a possibilidade de, através de prospecção e retirada parcial dos escombros, como resulta da opinião dos senhores peritos, se poder proceder a simulações computadorizadas do processo de derruimento do muro em causa nos autos, de forma a melhor esclarecer o Tribunal quanto à dinâmica de todo o processo, ficam os Srs. Peritos encarregados de apresentar um caderno de encargos até dia 15 de Janeiro de 2023.

Consequentemente, dou sem efeito as datas designadas para continuação da presente audiência, hoje à tarde e no próximo dia 15 de novembro, solicitando a colaboração das partes para informarem as testemunhas da desnecessidade de comparecerem em tais datas, sem prejuízo de a secretaria proceder igualmente à sua desconvocação pelos meio mais expedito. Ficam os autos a aguardar junção do suprarreferido caderno de encargos, após o que as partes serão notificadas para se pronunciar".

Os Peritos apresentaram o sobredito caderno de encargos. O ML foi devidamente informado. O Senhor Presidente proferiu despacho no sentido de concordar com a realização da Perícia Complementar e respetivos encargos (na proporção imputável ao ML). Em 08/06/2023, foi proferido o seguinte despacho: "Antes de mais, e de forma a permitir uma mais completa pronúncia sobre os requerimentos apresentados, notifique os senhores peritos para informarem os autos sobre qual o tempo necessário para efetuar a perícia agora proposta, tendo em conta a necessidade de articulação dos vários prestadores de serviços e as condicionantes climáticas, na medida em que as mesmas sejam previsíveis, bem como para

informarem qual o momento em que, nas melhores condições e tendo em vista o mais célere prazo de execução, deveriam iniciar-se os trabalhos. Prazo: 10 (dez) dias. Notifique também as partes."

Fomos notificados da resposta dos Peritos ao despacho supra transcrito: os Peritos referem que irão apresentar estimativa orçamental atualizada (dado o tempo decorrido) e que tal atualização será remetida ao Tribunal num prazo de 30 dias; mais referem que após aprovação formal, darão início aos trabalhos.

Perante este cenário, vêm dizer que não se deverá proceder a qualquer escavação no local, por pôr em risco o edificado existente e a segurança dos trabalhadores.

Perante a gravidade da situação, como membros do Colégio de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros, é sua obrigação alertar as entidades responsáveis p/ o perigo detetado, motivo porque procederão à exposição da situação à CML para devidas providências.

Em 15/02/2024, oPeritos informaram Trib que não existem no local indícios do início dos trabalhos de reconstrução; que a intervenção a realizar pela P.G. não deverá prejudicar e/ou impedir a realização dos trabalhos necessários ao esclarecimento das causas de colapso do muro. Solicitaram ser atempadamente informados do início da remoção de entulhos e trabalhos de reconstrução, p/ poderem acompanhar os trabalhos de levantamento topogr e esclarecimento das condições de fundação/drenagem do muro.

Segundo informou a CML, ocorreu em 25/06/2024 reunião entre PCML, Arq.º PR, SP, LC e Arq.ª Sara Saragoça (SS). Nesta reunião, SS manifestou preocupações por não cumprimento dos prazos impostos pelo ML à P.G., para apresentação do pedido de licenciamento do muro e execução da obra, conforme despacho proferido em 26/09/2023, no Proc ON/1989/1879 - intimação p/ realização de trabalhos urgentes, pelo Vereador com competência subdelegada .

Durante a reunião, PCML falou telefonicamente c/ Eng.º Carlos Serrano (perito indicado pelos RR), contratado pela P.G. para elaborar o proj de arquitetura do muro. Informou que projeto está atrasado porque a GEOALGAR (estudo geológico), só efetuou trabalhos em março. Afirmou que o proj de arquitetura estaria pronto em 4 semanas e, em ato contínuo, enviou o referido estudo.

Mais informou o ML que, em 21/06, a Dr.ª Dina Fernandes remeteu à CML esclarecimento, justificando o atraso da execução da obra. Não foi requerida prorrogação de prazo.

Em 21/10/2024, P.G. apresentou Requerimento e documentos anexos descritos no n/ e-mail de 31/10/2024 (ver e-mail).

Em 27/11/2024, foi proferido despacho judic que determinou: a) Oficie à CML para informar os autos o estado dos proc. ON/2024/585 e ON/1989/1879, concretamente:

- i) Se o proc. de comunicação prévia já se encontra concluído, e se a Requerente (P.G.) já se encontra habilitada a, querendo, iniciar os trabalhos;
- ii) Em caso de resposta negativa, quais os trâmites necessários à sua bem-sucedida conclusão, e tempo necessário para a mesma, esclarecendo de que forma se compaginam tais trâmites com a urgência reconhecida ao estado de segurança dos imóveis sites na R. Coronel Pinheiro Correia, n.º 5 e R. Escultor Luís Fernandes, n.º 6, e com os prazos fixados na intimação dirigida à Ré;
- iii) Em qualquer caso se, mostrando-se decorrido os prazos fixados na intimação que foi dirigida à Ré, e tendo em conta a urgência de resolução da situação detectada pela CML, e pela mesma reconhecida, se vai proceder à posse admin. e executar as obras necessárias;
- iv) Neste último caso, tendo em conta a urgência da situação e a necessidade de coordenação atempada c/ Peritos, data previsível p efectiva tomada de posse e início trab.

a) Notifique a Ré para informar se vai ou não realizar os trabalhos descritos na intimação que lhe foi dirigida pela CML e, em caso afirmativo, atenta a urgência da situação, e a necessidade de articulação com os Peritos, para quando prevê o início da sua execução;

b) Notifique os Réus para se pronunciarem sobre a suscitada necessidade de se proceder à substituição do Perito indicado pelos Réus P.G., Eduardo e Maria Célia.

Segundo informação do ML, em 30/08/2024, a P.G. apresentou comunicação prévia relativa ao proj de reconstrução da estrutura de suporte após colapso - ON/2024/585/0.

O ML foi notificado pelo TAF de Leiria do despacho judicial de 26/09/2024, com o seguinte teor: "Atento o tempo entretanto decorrido, notifique as partes para informarmos autos sobre o estado da intervenção identificada no requerimento dos Réus PG de págs. 1437 e 1437 dos autos. Prazo: 10 dias."

Comunicámos ao ML o sobredito despacho e solicitámos que nos informasse o ponto de situação.

Serviços pediram dados que já foram entregues.

Proferido Despacho em 17/12/2024, a solicitar ao ML informações diversas, estando a decorrer o prazo para resposta.

Em 21/02/2025 respondemos ao despacho judicial de 27/11/2024. O processo está concluso ao juiz desde 27/02/2025.

Na sequência de Despacho Judicial de 10/03/2025, as partes foram notificadas para informarem se ainda pretendem ouvir os peritos em sede de audiência final. O ML respondeu ao despacho em 24/03/2025, informando que pretende ouvir os peritos em sede de audiência de Julgamento, que deve ser agendada com a maior brevidade.

O processo está concluso na sequência da pronúncia das partes quanto à alteração do perito. Req. no qual igualmente solicitámos agendamento urgente de julgamento.

Valor da ação:

228.324,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

CML vs. MAGNETIC HAPPINESS, UNIPESSOAL, Ld^a
Providência Cautelar n.º 1824/15.0 BELRA- TAF LEIRIA
(CUSTAS de PARTE)

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Magnetic Happiness, Unipessoal, Ld^a

Pedido:

Proferido Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo Sul que negou provimento ao recurso apresentado pela MAGNETIC - HAPPINESS, UNIPESSOAL, LDA. e confirmou a Sentença recorrida. Apresentado requerimento de custas de parte. Celebrado acordo para pagamento das custas de parte, o qual não foi cumprido.

Foi remetido Requerimento ao TAF de Leiria para emissão de certidão e envio à AT para efeitos de processo de execução fiscal.

23/08/2024- Enviámos req o à AT solicitando informação sobre o estado do PEF

28/08/2024- Resposta da AT.

Valor da ação:

1 224,00 €

Estado:

Concluído - Aguarda diligencias

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Declarativa n.º 1148/16.5T8LRA, a correr termos no Tribunal da Comarca de Leiria
Juízo Central Cível de Leiria – Juiz 3

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

João Carlos de Matos Pereira

Pedido:

Condenação do Réu a pagar ao Município de Leiria o montante total de 33.814,30 €, a título de indemnização.

O Réu apresentou o seguinte pedido reconvenicional: condenação do Município de Leiria no pagamento ao Réu-reconvinte da quantia de 617.272,52 €, acrescida de juros de mora, à taxa legal, desde a citação até integral e efetivo pagamento, quantia essa referente à sua remuneração pelo desempenho do cargo de liquidatário da Leirisport - EM.

Valor da ação:

33.814,30 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 323/16.7 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Desafios Urbanos, Ldª

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

a) Que seja declarada a nulidade ou, pelo menos, a anulação, da notificação, através do ofício n.º 3954 de 25/01/2016, da deliberação de 19/01/2016, tomada pela Câmara Municipal de Leiria, no sentido de resolver o contrato de concessão celebrado em 15/03/2007, entre o Município de Leiria e a Autora; b) Ser declarada a anulação da deliberação de resolver o contrato de concessão, tomada pela Câmara Municipal, por deliberação de 19/01/2016, ao abrigo do disposto no art.º 163º, n.º 1, do NCPA, por violação do disposto nos arts. 428º e 334º do CC; c) Em consequência, ser declarada a manutenção e vigência do contrato de concessão do direito de uso privativo de dois espaços integrados no Parque Municipal Tenente Coronel Jaime Flípe da Fonseca, na cidade de Leiria, celebrado entre o Município de Leiria e a Autora, em 15/03/2007.

Proferida sentença em Abril de 2023, decidindo julgar:

a) a reconvenção parcialmente procedente e, em consequência, condena-se a autora-reconvinda a pagar ao réu-reconvinte a quantia de €21.485,59, acrescido de juros de mora vencidos de € 6.994,00 e juros de mora vincendos até integral e efetivo pagamento;

c) o pedido incidental de litigância de má-fé improcedente e, em consequência, absolve-se a autora do respetivo pedido.

Custas quanto à causa principal pela autora.

Custas da reconvenção pelo réu/reconvinte e pela autora/reconvinda em partes iguais.

Custas quanto ao pedido incidental de litigância de má-fé pelo réu, que se fixa em 0,5UC.

Apresentadas custas de parte.

07/12/2023- Advogado renuncia ao mandato; A Autora notificada da renúncia não constitui novo Advogado.

Tribunal tenta notificar sentença à Autora. Carta devolvida.

Tentámos notificar os gerentes por carta registada com AR- carta devolvida.

Cartas enviadas à A e aos gerentes p notificação de custas de parte- devolvidas.

Entregámos requerimento executivo (execução nos próprios autos) para tentativa de cobrança do valor em dívida.

Valor da ação:

36.492,15 €

Estado:

Concluído - Aguarda diligências

Decisão final:

Decisão final totalmente favorável

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 312/17.4BELRA que corre termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (JFM)

Demandante:

Mercure- Projetos Imobiliários, S.A.

Demandado / Arguido:

Réu: Município de Leiria

Intervenientes:

- Sílvio Miguel Gaspar Roda (habilitado como sucessor do falecido Manuel Alexandre Jesus Roda);
- Manuel de Jesus Pereira da Silva;
- Construções Guilhergil, Lda.;
- Condomínio do Prédio constituído em Propriedade Horizontal sito na Rua do Sampão, n.º 197, Marrazes, Leiria;
- Fidelidade - Companhia de Seguros, SA.

Pedido:

Que o Município de Leiria seja condenado a encetar todas as diligências tendentes à reconstituir a situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obriga à reparação (queda do muro) e a proceder à sua execução, determinando-se a sua condenação no pagamento de uma sanção pecuniária compulsória calculada à razão de €500,00 €/dia, por cada dia de atraso no cumprimento. Para o caso de se entender que a reconstituição natural não será possível, não repara integralmente os danos ou é excessivamente onerosa, o que se não concede, deverá ser a indemnização fixada em dinheiro no montante de €180.161,11, já deduzido da importância recebida do Dono de Oba na sequência da decisão judicial proferida e da execução instaurada, condenando-se o Município de Leiria no seu pagamento, acrescido dos competentes juros de mora, calculados à taxa legal, desde a citação até efetivo e integral cumprimento.

Por despacho datado de 11/04/2022, o Juiz deferiu as intervenções principais provocadas, requeridas pelo Município de Leiria na respetiva Contestação, de:

- Manuel Alexandre Jesus Roda;
- Manuel de Jesus Pereira da Silva;
- Construções Guilhergil, Lda.;
- Condomínio do Prédio constituído em Propriedade Horizontal sito na Rua do Sampão, n.º 197, Marrazes, Leiria;
- Fidelidade - Companhia de Seguros, SA.

A Fidelidade, SA e Manuel de Jesus Pereira da Silva apresentaram as respetivas contestações.

Valor da ação:

180.161,11 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa Comum n.º 1475/13.3 BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (em 16/11/2020, aos presentes autos foram apensados a Ação Administrativa com o n.º 168/18.0BELRA e respetivo apenso constituído pela Providência C

Demandante:

Moniz & Ribeiro, Lda, Alzira da Costa e Silva, Manuel José da Costa e Silva e Maria Emília Moreira Figueiredo e Silva;

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

- a) Declarar-se que a Autora adquiriu os direitos e obrigações que MANUEL OLIVEIRA e SILVA e ALZIRA da COSTA e SILVA detinham no protocolo assinado no dia 08/05/2006 e condenar-se o Réu a reconhecer à A. esses direitos.
- b) Condenar-se o Réu a pagar à Autora a quantia de 520.642,00 €, acrescida dos respetivos juros que até 08/12/2013 estão vencidos no montante de 15.619,00 € e dos vincendos à data legal até efetivo pagamento.
- c) Subsidiariamente e para a hipótese de virem a ser julgados improcedentes os pedidos formulados em a) e b):
- d) Condenar-se o Réu a demolir todas as obras que realizou no prédio da Autora, a retirar dele todos os materiais resultantes da demolição e a restituí-lo no estado em que se encontrava antes da execução das obras que nele construiu.
- e) Subsidiariamente e para a hipótese de se julgar improcedente o pedido formulado em c):
- f) deve o Réu ser condenado a pagar à 2ª e 3ª Autoras a quantia de 520.642,00 € acrescida dos respetivos juros que até 08/12/2013 estão vencidos no montante de 15.619,00 € e dos vincendos à taxa legal até efetivo pagamento.
- g) Condenar-se o Réu nas custas e procuradoria.

Valor da ação:

536.261,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa Especial n.º 168/18.0 BELRA a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Moniz & Ribeiro, Lda

Pedido:

Sendo julgada procedente a ação intentada pela Ré contra o Autor, que corre termos na 1ª U.O. do TAF de Leiria, sob o n.º 1475/13.3BELRA, e, conseqüentemente, tendo o Autor sido condenado no âmbito desta ação a pagar à Ré uma indemnização pelo incumprimento do Protocolo, deve a ação ser julgada procedente, por provada, e, conseqüentemente:

- a) declarar-se o incumprimento pela Ré Moniz & Ribeiro Lda do Protocolo melhor identificado em 8.º e 9.º da petição inicial, por culpa da Ré, e, conseqüentemente, ser proferida sentença que produza os efeitos da declaração negocial em falta da Ré MONIZ & RIBEIRO, LDA., e, conseqüentemente, se declare transmitido ao Autor, para o seu domínio privado, e como contrapartida pela quantia em que este foi condenado a pagar à Ré no âmbito do supra referido Processo n.º 1475/13.3BELRA, o seguinte prédio, com todas as construções e equipamentos nele implantados: prédio urbano composto por parcela de terreno para construção, sito em Quinta de São Romão, São Romão, inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, concelho de Leiria, sob o artigo 10.338, com uma área de 20.310 m², a confrontar do Norte com António José Ribeiro Pinto Pascoal, de Nascente com serventia, do Sul com Joaquim de Sousa Salada e de Poente com rio, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o n.º 2615/19941020, freguesia de Pousos, concelho de Leiria; ou, quando assim se não entender,
- b) seja proferida sentença que produza os efeitos da declaração negocial da Ré MONIZ & RIBEIRO, LDA., e, conseqüentemente, se declare transmitido ao Autor, para o seu domínio privado, e como contrapartida pela quantia em que este foi condenado a pagar à Ré no âmbito do supra referido Processo n.º 1475/13.3BELRA, o prédio, com todas as construções e equipamentos nele implantados: e, ainda,
- c) declarar que a transmissão ao Autor do prédio supra identificado, seja no caso da alínea A) ou B), é feita livre de quaisquer ónus ou encargos, condenando-se a Ré a reconhecer que essa transmissão é feita nestes termos;
- d) condenar a Ré a reconhecer ao Autor a faculdade de expurgar quaisquer hipotecas legais ou voluntárias constituídas sobre o prédio referido em A) e B), nomeadamente, a hipoteca voluntária a favor de Leonardo António Lisboa Moniz e Leticia Lisboa Moniz, para garantir um empréstimo no montante de €1.150.000,00, conforme melhor resulta da inscrição AP. 2660 de 2014/10/03 16:13:08 UTC, registada no prédio descrito sob o n.º 2615, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, da 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria, e, conseqüentemente, condenar o Réu a pagar ao Autor as quantias que este tiver que despende, sejam de natureza forem, para expurgação daquelas hipotecas, a liquidar em execução de sentença, quantias essas acrescidas de juros, à taxa legal, desde a data da sua realização até efetivo e integral pagamento; e)
- e) condenar a Ré a pagar ao Autor, a título de indemnização, as quantias que este tiver que despende para desonerar o prédio identificado em A) e B), a liquidar em execução de sentença, nomeadamente para pagamento e cancelamento das penhoras referidas em c) e d) do artigo 35.º da petição inicial, bem como para pagamento e cancelamento de quaisquer outros ónus ou encargos que onerem ou venham a onerar o

referido prédio, quantias essas acrescidas de juros, à taxa legal, desde a data da sua realização até efetivo e integral pagamento.

Valor da ação:

520.642,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Embargos de Terceiro n.º 2206/15.9 T8PBL-B, a correr termos no Juízo de Execução de Pombal [Embargos à execução comum n.º 2206/15.9T8PBL da Comarca de Leiria- Pombal- Instância Central- 2ª Seção de Execução- J1, intentada pelos Exequentes/Credores Hipotec

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Moniz & Ribeiro, Lda^a; Leonardo António Lisboa Moniz; Letícia Lisboa Moniz; Arlindo Lisboa Pereira Moniz; Banco BIC Português, S.A. e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL

Pedido:

A) Que se declare que o Embargante adquiriu em 30/04/2007, ou em qualquer outra data que se vier apurar nos autos, por acessão industrial imobiliária, e para integrar o seu domínio privado municipal, o prédio urbano situado na Quinta de São Romão, em S. Romão, composto por terreno para construção urbana, com uma área de 20.310 m2, a confrontar do Norte com António José Ribeiro Pinto Pascoal, de Nascente com serventia, do Sul com Joaquim de Sousa Salada e de Poente com rio, inscrito na matriz predial urbana da UF de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, sob o artigo 10.338, descrito na 2ª CRP de Leiria sob o nº 2615/19941020, da freguesia de Pousos, mediante o pagamento pelo Embargante da quantia de €396.562,50 à Embargada Moniz & Ribeiro, Lda. correspondente ao valor que este prédio tinha à data da incorporação das obras realizadas pela Embargante naquele prédio, ou outra quantia que se vier apurar nos presentes autos;

B) Que se condenem os Embargados a reconhecer que desde 30/04/2007, ou desde qualquer outra data que se vier apurar nos autos, que o Embargante é o dono do prédio referido na alínea anterior, e consequentemente, a ordenar o cancelamento da inscrição de aquisição AP. 10 de 2008/12/16 daquela descrição predial;

C) Que se declare a nulidade, por simulação absoluta, da hipoteca voluntária constituída pela Embargada Moniz & Ribeiro, Lda, sobre o prédio referido nas alíneas anteriores, a favor dos Embargados LEONARDO ANTÓNIO LISBOA MONIZ e LETÍCIA LISBOA MONIZ, titulada pela escritura pública de hipoteca outorgada por aqueles em 05/07/2011, no Cartório Notarial de Ourém, a cargo da notária Alexandra Heleno Ferreira, lavrada a folhas 37 a 39, do Livro de Notas para Escrituras Diversas n.º 155 daquele cartório, hipoteca aquela inscrita a favor destes pela AP. 2660 de 2014/10/03, sobre o prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o nº 2615/19941020, da freguesia de Pousos, concelho de Leiria, e, consequentemente, condene os Embargados Moniz & Ribeiro, Lda, LEONARDO e LETÍCIA, bem como os restantes embargados, a reconhecerem que aquele negócio é nulo, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos, e que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de hipoteca AP. 2660 de 2014/10/03 daquela descrição predial, bem como a inscrição predial de penhora AP. 1549 de 2015/06/09 também daquela descrição predial;

Ou caso o pedido referido em C) não seja julgado procedente, que se:

D) Declare a nulidade, por falta de legitimidade da Embargada Moniz & Ribeiro, Lda. e conforme melhor referido de 84º a 106º da PI, da hipoteca voluntária constituída pela Embargada Moniz & Ribeiro, Lda, sobre o prédio referido nas alíneas A) e B) do presente pedido, a favor dos Embargados LEONARDO e LETÍCIA, titulada pela escritura pública de hipoteca referida na alínea anterior, e, consequentemente, condene os Embargados Moniz & Ribeiro, Lda, LEONARDO e LETÍCIA, bem como os restantes embargados, a reconhecerem que aquele negócio é nulo, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos, e ainda que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de hipoteca AP. 2660 de 2014/10/03 daquela

descrição predial, bem como a inscrição predial de penhora AP. 1549 de 2015/06/09 também daquela descrição predial; ou, caso assim se não entenda, e que este pedido D) não seja julgado procedente, que:

E) Declare ineficaz, e que não produz quaisquer feitos relativamente ao Embargante, conforme alegado em 107º a 111º da PI, a hipoteca voluntária constituída pela Embargada Moniz & Ribeiro, Lda, sobre o prédio referido nas alíneas A) e B) do presente pedido, a favor dos Embargados LEONARDO e LETÍCIA, titulada pela escritura pública de hipoteca já referida e, conseqüentemente, condene os Embargados Moniz & Ribeiro, Lda, LEONARDO e LETÍCIA, bem como os restantes embargados, a reconhecerem que aquele negócio é ineficaz relativamente ao Embargante, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos relativamente a este, e ainda que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de hipoteca AP. 2660 de 2014/10/03 daquela descrição predial, bem como a inscrição predial de penhora AP. 1549 de 2015/06/09 também daquela descrição predial;

F) Que se declare a nulidade ou a sua ineficácia relativamente ao Embargante, da penhora realizada em 29/06/2016 pela Embargada Banco Bic Português, S.A., no âmbito do processo executivo nº 3302/13.2TBLRA – Comarca de Leiria – Pombal – Instância Central – 2ª Seção de Execução, hoje denominada por Juízo de Execução – Pombal – Comarca de Leiria, que tem como Exequente o Banco Bic Português, S.A, e Executada a Moniz & Ribeiro Lda, penhora aquela inscrita a favor da Embargada Banco Bic Português, S.A. pela AP. 2455 de 2016/09/26, no prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o nº 2615/19941020, da freguesia de Pousos, e, conseqüentemente, condene aquela embargada a reconhecer que aquela penhora é nula, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos, ou então que a mesma é ineficaz relativamente ao Embargante, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos relativamente este, e ainda que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de penhora AP. 2455 de 2016/09/26 daquela descrição predial;

g) Que se declare a nulidade ou a sua ineficácia relativamente ao Embargante, da penhora realizada em 21/03/2017 pela Embargada CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL no âmbito do processo executivo nº 144/13.9TBLRA – Comarca de Leiria – Pombal – Juízo de Execução, que tem como Exequente a CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL e Executada a Moniz & Ribeiro, Lda, penhora aquela inscrita a favor da Embargada CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL, pela Ap. 2568 de 26/09/2016, no prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o nº 2615/19941020, da freguesia de Pousos, e, conseqüentemente, condene aquela embargada a reconhecer que aquela penhora é nula, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos, ou então que a mesma é ineficaz relativamente ao Embargante, e que não produz quaisquer efeitos jurídicos relativamente este, e ainda que se ordene o cancelamento da referida inscrição predial de penhora AP. 2568 de 26/09/2016, daquela descrição predial. Sentença proferida em 01/07/2022, com os embargos a serem julgados improcedentes por extemporâneos.

Apresentado recurso dessa decisão.

Em 14/03/2023, foi proferido acórdão pelo Tribunal da Relação de Coimbra a confirmar a sentença da 1.ª Instância.

Apresentada reclamação da nota discriminativa e justificativa de custas de parte apresentada pelos Embargados, julgada parcialmente procedente, condenando-se o ML no pagamento da quantia de 4.306,95€ a título de custas de parte e no pagamento de 0,5UC pelo decaimento parcial.

Apresentado requerimento a solicitar a restituição do valor do depósito autónomo pago em excesso e entrega do remanescente aos embargados.

Valor da ação:

396.562,50 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

CML vs. MONIZ & RIBEIRO Ld^a-

Providência Cautelar n.º 1408/17.8 BELRA- TAF LEIRIA

(CUSTAS de PARTE)

[Os autos de providência cautelar estão apensados à Ação Administrativa Especial n.º 168/18.0BELRA, intentada

na sequência do deferimento da providência

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Moniz & Ribeiro, Ld^a

Pedido:

Proferida Sentença que decretou a providência cautelar, a vigorar até ser proferida decisão na ação principal a intentar pelo Requerente, através da qual:

a) Se autoriza o Requerente Município de Leiria a retirar quaisquer objetos que impeçam o acesso e a livre utilização do Complexo Municipal de Ténis Dr. Rui Garcia da Fonseca pelos seus utentes, e público em geral, e que se encontrem colocados no prédio sito na Quinta de São Romão, S. Romão, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, inscrito atualmente na matriz predial urbana sob o artigo 10.338, da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, concelho de Leiria, com a área de 20.310m², descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o n.º 2615/19941020, freguesia de Pousos, que impeçam o acesso e livre utilização dos espaços exteriores envolventes daquele complexo pelo Requerente Município de Leiria e pelo público em geral.

b) Se determina dever a Requerida permitir o acesso e utilização pelo Requerente e pelo público em geral do Complexo Municipal de Ténis Dr. Rui Garcia da Fonseca, e do prédio referido na alínea anterior, abstendo-se de qualquer comportamento que obste ou comprometa a utilização dos mesmos nas condições atualmente existentes, ou que ponha em causa essas condições. A Sentença já transitou em julgado.

Apresentámos custas de parte, aguardando-se o respetivo pagamento.

Valor da ação:

€1.101,60

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

CML vs. Arlindo Moniz- Abate das Árvores

EXECUÇÃO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO POR CUSTAS - Proc. 396/17.5T9LRA.1, a correr termos no Juízo local criminal de Leiria- Juiz 2

(Proveniente do Processo Comum Singular n.º 396/17.5 T9LRA (a este processo foram apensados os Inquéritos n.ºs 2375/17.3T9LRA, 98/18.5PFLRA, 935/17.1T9LRA, 22211/17.8T9LRA, 2905/18.3T9LRA, 981/18.5PFLRA, 2/19.3PCLRA e 341/17.8PCLRA, 2934/17,4T9LRA), a correr termos no Juízo Local Criminal de Leiria- Juiz 2)

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Arlindo Lisboa Pereira Moniz

Pedido:

Tendo a sentença transitado em julgado e não tendo sido pago qualquer montante, foi intentada ação executiva para cobrança da quantia de 111.914,76€, a título de indemnização pelos danos patrimoniais sofridos pelo Município de Leiria, e da quantia de 2.139,38€, a título de custas de parte, acrescidas de juros até integral pagamento.

Concretizada a penhora dos seguintes veículos:

- a) Veículo automóvel, da marca, Mercedes-Benz, modelo 220D, ligeiro de passageiros, com a matrícula, FV-16-90;
- b) Trator Agrícola, da marca International, modelo 523, com a matrícula, IL-87-89;
- c) Trator Agrícola, da marca FIAT, modelo 455 C Compatto, com a matrícula, FO-74-12.

GNR aceita armazenar veículos no antigo estaleiro da JAE.

Penhora da quota detida pelo Executado na sociedade Moniz & Ribeiro, Lda. Insistência pela realização da apreensão dos veículos com as matrículas IL-87-89 e FO-74-12.

Invocada a irregularidade da citação pelo Executado.

O Tribunal declara a regularidade da citação.

Aguarda o decurso do prazo de citação de credores.

Valor da ação:

120 400,18 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 319/18.4 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (JFM)

Demandante:

Mélanie Domingues Silva Carreira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria e Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A.

Pedido:

Serem os Réus considerados como responsáveis pelo pagamento à Autora dos danos/prejuízos sofridos por esta em consequência do sinistro, nomeadamente a quantia de 5.980,00 €, a título de indemnização por danos patrimoniais- 5680,00 € de perda total do veiculo e 300,00 € dos óculos danificados em consequência do acidente- bem como a quantia de 1.000,00 € a título de danos morais, tudo no total de 6.980,00 €, valor ao qual deverão acrescer os juros legais que à taxa legal se vencerem desde a citação dos Réus até efetivo e integral pagamento.

Proferido Despacho Saneador. Na sequência de solicitação do Tribunal, a entidade policial veio juntar aos autos participações de acidentes no local em apreço no processo judicial. O ML exercer o respetivo contraditório.

Realização da 1.ª sessão da audiência de discussão e julgamento no dia 20 de abril de 2023. Foi realizada a 2.ª sessão da audiência de discussão e julgamento no dia 25/05/2023.

Em 30/05/2023 foi proferida Sentença pelo TAF de Leiria, julgando a ação parcialmente procedente e, em consequência: condenou os Réus (ML e Fidelidade, SA) a pagar à Autora as seguintes quantias:

- i) €1.000,00, a título de indemnização por danos morais e pela privação do uso do veículo e
- ii) €5.680,00, a título de indemnização pela perda total do veículo sinistrado, o que perfaz um total de €6.680,00. Às referidas quantias acrescem os juros de mora à taxa legal desde a citação até efetivo e integral pagamento (cf. artigos 804.º, 805.º, n.º 3 e 806.º, n.º 1, todos do Código Civil).

Valor da ação:

6.980,00€

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 1119/18.7BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Ageas Portugal- Companhia de Seguros, S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A. e Águas de Centro Litoral, S.A. Interveniente provocada: AIG Europe Limited - Sucursal em Portugal e Tranquilidade – Seguradoras Unidas, S.A..

Pedido:

Que se condenem os Réus ao pagamento solidário do valor de 4.125,00, acrescidos de juros de mora, vencidos e vincendos até efetivo pagamento, custas judiciais e respetivas custas de parte.

Valor da ação:

4.125,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 782/19.6 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Álvaro Gameiro Manuel e Ideal Mercantil, Ldª

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Contrainteressados: BCM- Bricolage, S.A.; Continente Hipermercados, S.A.; Telhabel- Construções, S.A. e Brimogal Sociedade Imobiliária, S.A.

Pedido:

a) Que se seja nulo ou anulado o ato de licenciamento titulado pelo Alvará n.º 498/17, emitido pelo Réu, por violação do Alvará de Loteamento n.º 1/14, anteriormente emitido, a favor do 1º Autor e por violação do direito de propriedade de ambos os Autores; ou;

Caso assim não se entenda, ou seja, caso se entenda que com emissão do Alvará de Loteamento n.º 1/14 o ora Réu procedeu à alteração das áreas de cedência estabelecidas no âmbito do Alvará de Loteamento n.º 455/82, emitido a favor do 1.º Autor,

b) Ser declarado nulo ou anulado o ato titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 1/14, emitido oficiosamente pelo Réu, na parte em que altera as áreas de cedência estabelecidas pelo Alvará n.º 455/82.

E, em consequência,

c) Ser o Réu condenado a praticar todas as operações materiais necessárias e adequadas para o restabelecimento do direito de propriedade dos Autores, cuja violação ocorreu em virtude dos atos praticados, repondo-se os solos na situação em que se encontravam antes do início das obras em causa.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 1198/19.0BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Vibeiras- Sociedade Comercial de Plantas, S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Seja declarado totalmente inválido, por nulo ou anulável, o ato administrativo de aplicação de uma sanção pecuniária à Autora, pelo Réu Município de Leiria, no valor de 23.020,00 €.

Valor da ação:

23.020,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 1249/19.8 BELRA, que corre termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Ana Paula da Silva dos Santos e marido Manuel Gaspar das Neves

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Que o Município seja obrigado a reconhecer que assiste legitimidade para os Autores, desacompanhados dos restantes proprietários de quotas indivisas, requerem a reversão das parcelas sobrantes identificadas, pelo que deverá determinar-se a anulabilidade do despacho de 09/07/2019, que indeferiu o pedido de reversão das parcelas sobrantes n.º 2 e n.º 3 da parcela n.º 2, melhor identificada na resolução de requerer a declaração de utilidade pública, constante da deliberação de 18/03/2014. Mais se requer que se reconheça o direito de reversão dos Autores das duas parcelas sobrantes da parcela n.º 2, melhor identificada na resolução de requerer a declaração de utilidade pública constante da deliberação camarária de 18/03/2014, a qual foi cedida ao Município de Leiria, para o domínio público municipal, através de escritura outorgada em 15/07/2015, respetivamente, - com a área de 1.076,00 m², no Anexo II, à ata da reunião de Câmara de 24/07/2018, inscrita na matriz predial urbana da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, do concelho de Leiria, sob o artigo 11349 e descrita na 1ª Conservatória Predial de Leiria sob o número 370420180820 da freguesia de Leiria e - com a área de 1.440,00m², identificada com o n.º 3, no Anexo II, à ata da reunião de Câmara de 24/07/2018, inscrita na matriz predial urbana da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, do concelho de Leiria, sob o artigo 11350 e descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o número 3705/20180820 da freguesia de Leiria. Cumulativamente, requer-se adjudicação aos Autores das duas parcelas sobrantes supra descritas, sendo que pela adjudicação da parcela com a área de 1.086,00 m², identificada com o n.º 2, no Anexo II, à ata da reunião de Câmara de 24/07/2018, inscrita na matriz predial urbana da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes do concelho de Leiria, sob o artigo 11349, e descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o número 3704/2018820 da freguesia de Leiria deverá o Município de Leiria receber uma indemnização no valor de 77.667,25 € e pela parcela com a área de 1.440,00m², identificada com o n.º 3, no Anexo II, à ata de Câmara de 24.07.2018, inscrita na matriz predial urbana da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, do concelho de Leiria, sob o artigo 11350, e descrita na 1ª Conservatória do Registo Predial de Leiria sob o número 3705/20180820 da freguesia de Leiria, deverá o Município de Leiria receber uma indemnização no valor de 102.984,19 €, tudo no montante global de 180.651,44 €.

A Autora apresentou um requerimento de ampliação do objeto do processo, nos termos do art 63º do CPTA, peticionando: deverá a presente ampliação do objeto do processo ser julgada procedente, por provada e, consequentemente, ser declarada a anulabilidade da deliberação da Ass Mun de Leiria, em sessão ordinária de 12.02.2021, que aprovou a proposta da CML referente à revogação da deliberação da CML n.º DLB 818/18, de 24/07/2018, e a proposta de revogação da deliberação da Ass. Mun tomada em sessão extraordinária de 31/07/2018, que aprovou a alienação de parcelas de terreno do domínio privado do ML e respetivo Regulamento de Hasta Pública.

Caso assim se não considere, deverá ser declarado que a deliberação da Ass Mun, em sessão ordinária de 12.02.2021, que aprovou a proposta da CML referente à revogação da deliberação da CM n.º DLB 818/18,

datada de 24/07/2018, e a proposta de revogação da deliberação da Ass Mun tomada em sessão extraordinária de 31/07/2018, que aprovou a alienação de parcelas de terreno do domínio privado do ML e respetivo Regulamento de Hasta Pública, nos termos do disposto no artigo 171º do CPA, só produz efeitos para o futuro, isto é, não tem efeitos retroativos, pelo que o direito à reversão constituído a favor dos Autores, pela dita deliberação de 31.07.2018, não se encontra precludido por aquele ato revogatório, mantendo-se em vigor no nosso ordenamento jurídico, devendo os presentes autos prosseguir os seus trâmites até final, com a condenação do Réu nos termos peticionados. A este Requerimento respondeu o Município de Leiria, opondo-se à ampliação.

Valor da ação:

180.651,44 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 130/20.2 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Construções Ponte & Mota, Ldª

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Que o Réu seja condenado, a reconhecer:

- a) A nulidade das deliberações tomadas em reunião de Câmara de 15/05/1999 e 09/03/2006 e, em consequência dos contratos de permuta celebrados: 1- Por escritura pública lavrada no dia 13/01/2000, no 1º Cartório Notarial de Leiria, denominada "CEDÊNCIAS DE PARCELAS E PERMUTA", de folhas 1 a 8 vº do Livro de Notas para escrituras diversas número 255- do extinto 1º Cartório Notarial de Leiria; 2- Por escritura pública, em 21/03/2006 no Cartório Notarial de Leiria a cargo do Notário António Pedro Monteiro Correia Tavares, onde a Autora declarou permutar o lote 37, sito em Vale Sepal, para o Réu Município de Leiria e, adquiriu daquele o Lote B com a descrição 7564 da 2ª Conservatória do Registo Predial de Leiria da freguesia de Marrazes, averbada ao seu favor pela Ap. 1 de 17/04/2006 e, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia com o artigo 8619, por falta de objeto do contrato de permuta celebrado.
- b) Face, à impossibilidade de repristinação natural e ser entregue à Autora o anterior lote 37, sito em Vale Sepal, ser o Réu condenado a indemnizar-lhe os montantes correspondentes ao valor do lote, atualizado, ao lucro cessante e, despesas com contrato celebrado num montante global de € 591.645,57. Quando assim se não entenda:
- c) Condenar o Réu no pagamento na diferença económica do valor de mercado do lote com o índice atual de construção e valor de mercado com o índice de construção assegurado, acrescida das respetivas despesas suportadas com o imóvel e que se fixa no montante global de 346.000,00 €;
- d) Tudo acrescido de juros moratórios até integral e efetivo pagamento;
- e) Nas custas e procuradoria condigna.

Valor da ação:

591.645,57 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 429/20.8 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Fernando de Jesus Gomes

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Contrainteressado- Isaías Gaspar Ferreira Gomes e mulher Isaltina das Neves Ferreira

Pedido:

Que sejam declarados nulos os atos administrativos referidos na P.I. com as legais consequências, ou se assim não se entender declarados os atos revogados, quer pela prescrição e/ou abuso de direito, e/ou pela circunstância de tal ordem de demolição ser contrária a lei, uma vez que o prédio sobre o qual impende a ora impugnada ordem de demolição, encontra-se devidamente legalizado, por ter sido construído de acordo com o projeto aprovando, não havendo assim, qualquer fundamento, para tal ordem de demolição. Mais requer que se considere o efeito suspensivo da impugnação relativamente à ordem de demolição referida, ordenando a notificação da Câmara Municipal de Leiria de tal ordem de suspensão.

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 559/20.6 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Manuel Costa Rita

Demandado / Arguido:

Município de Leiria e Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A.

Pedido:

Seja a Ré condenada a pagar ao Autor:

- a) A quantia de € 10.000, a título de indemnização por danos morais sofridos e que virá a sofrer;
- b) A quantia a fixar a título de danos materiais, que não deverão ser inferiores a €10.000,00;
- c) Tudo acrescido dos juros de mora à taxa legal que se vencerem desde a citação até efetivo e integral pagamento;
- d) O montante que se relega para fixação/liquidação posterior correspondente às incapacidades temporais e à incapacidade parcial permanente que vier a ser fixada ao Autor pelo Instituto de Medicina Legal, bem como os danos morais que advierem da incapacidade, bem como os danos e todas as despesas associadas, com todos os tratamentos que, como consequência direta e necessária da queda, tiver feito, fizer ou que vierem a mostrar-se necessários, no futuro, para debelar as sequelas físicas e psicológicas da queda, que não deverá ser inferior a € 10.000.

Valor da ação:

20.000,00€

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 480/20.8 BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Albertina da Silva Dias

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Contrainteressados- Maria Isabel Dias Gaspar; Maria Helena Anastácio Junqueira de Faria e Rui Ferreira Faria; Rui Sérgio Feliz Dinis; Henrique Cardoso Pedrosa e Maria Fernanda Henriques Pedrosa; Luís Santos Fernandes e Maria Celina Di

Pedido:

Intimada a entidade demandada a ordenar e concretizar a demolição de todas as obras efetuadas pelos proprietários do lote 12 em desconformidade com o projeto aprovado, designadamente:

- A Maria Isabel Dias Gaspar, a demolição do portão de acesso à garagem no alçado principal e marquise no alçado posterior do prédio, bem como a reposição da fração "A", conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87;
- A Rui Ferreira Faria, a demolição das marquises no alçado principal e posterior da fração "C" do prédio, bem como a reposição da fração conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87.
- A Rui Sérgio Félix Dinis, a demolição das marquises no alçado principal e posterior da fração "D" do prédio, bem como a reposição da fração conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87.
- A Henrique Cardoso Pedrosa, a demolição do portão de acesso à garagem no alçado principal, da ampliação do hall e da marquise posterior da fração "F", do prédio, bem como a reposição da fração conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87.
- A Luís Santos Fernandes, a demolição da ampliação do hall de entrada e marquise no alçado posterior da fração "G" do prédio, bem como a reposição da fração conforme projeto aprovado e licenciado em sede do processo de obras n.º 165/87.

Valor da ação:

30.000,01€

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 1049/20.2 BELRA, a correr termos na Unidade Orgânica 1 do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Cecília Margarida Cordeiro Gonçalves de Oliveira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Que o Réu seja:

- a) condenado a reconhecer que a Autora é dona e legítima possuidora do prédio rústico composto por terreno de Pinhal, sito no Vale, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, inscrito na matriz predial rústica da união de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes sob o art. 10673 e descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial n.º 2152 da referida freguesia de Pousos.
- b) condenado a reconhecer que, por decisão judicial, foi atribuída à Ré uma faixa de terreno com a largura de 3 metros numa extensão de cerca de 62,50m, o que totaliza a área de 187,50m², sob o "leito" do prédio da Autora, i.e., constitui-se um direito/caminho público de passagem por um prédio particular/privado, sem a aquisição, quer pela forma tradicional, quer pela expropriação, quer por qualquer outra via legal, seja por compra, doação ou até usucapião, da respetiva faixa de terreno;
- c) a pagar a quantia de €101.865,00 a título de danos patrimoniais decorrentes da apropriação de uma faixa de terreno para os fins de domínio público;
- d) a quantia de € 40.000,00 a título de danos não patrimoniais;
- e) custas

Valor da ação:

141.865,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa n.º 1025/20.5 BELRA a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do TAF de Leiria

Demandante:

Ondagulosa- Unipessoal, Lda

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Que a ação seja julgada como procedente por provada e em consequência sejam declarados anuláveis ou nulo os atos melhor identificados no artigo 1º da P.I., com as legais consequências, e bem assim condenado Município Réu, ao abrigo do disposto nos artigos 67º, n.º 1, alínea b), 68º, n.º 1, alínea a) e 69º, n.º 3, todos do CPTA, à prática dos atos devidos, ou seja, à reapreciação do pedido de esplanada.

Deverá ainda o Município Réu ser condenado a indemnizar a Autora, a título da responsabilidade extracontratual do Estado e demais entidades públicas, pelos prejuízos decorrentes da prática e da execução dos atos impugnados, em montante a liquidar em execução de sentença.

Apresentámos Contestação em 21/01/2021, à qual o Autor apresentou Réplica e o Município apresentou o respetivo contraditório. A Autora apresentou Réplica. O ML exerceu o contraditório em relação à réplica. Por despacho de 05/06/2023, o Juiz dispensou a realização de Audiência Prévia.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Procedimento cautelar n.º 1159/21.9BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Leiria Saudável- Associação para o Desenvolvimento Ambiental e Sustentável

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Agência Portuguesa do Ambiente, I.P; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro; Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural; Ministério do Planeam

Pedido:

A autora requereu:

a) Seja decretada a suspensão de eficácia dos seguintes atos:

- i) A Decisão Integrada emitida pelo Diretor Regional Adjunto da DRAP-C, de 21 de agosto de 2018, que autorizou a instalação pecuária requerida pela Contrainteressada Lusicresce, no quadro do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/;
- ii) O Parecer emitido pela APA, em agosto de 2019, no âmbito do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/C, requerida pela Contrainteressada Meigal;
- iii) O Parecer emitido pela CCDR-C, em 17 de janeiro de 2018, no âmbito do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/C, requerida pela Contrainteressada Meigal;
- iv) Do Despacho da Câmara Municipal de Leiria, de 24 de abril de 2019, que aprovou e concedeu o Alvará de Obras de Construção n.º 190/2019, relativo ao Processo n.º ON/2017/1130, em nome da Contrainteressada Lusicresce, assim como todos os atos do Município que tenham sido praticados em execução deste Despacho e dos atos acima mencionados.

Valor da ação:

Indeterminado

Estado:

Concluído - Aguarda diligencias

Decisão final:

Decisão final totalmente favorável

Identificador do Processo:

Processo n.º 432/23.6BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Leiria Saudável- Associação para o Desenvolvimento Ambiental e Sustentável

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Agência Portuguesa do Ambiente, I.P; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
Contrainteressados: Lusicresce- Produção Avícola, Ldª; Meigal-Construção e Adminis

Pedido:

A autora requereu:

a) Que julgada procedente a ação e, em consequência, seja decretada a nulidade dos seguintes atos:

i) Da Decisão Integrada emitida pelo Diretor Regional Adjunto da DRAP-C, de 21 de agosto de 2018, que autorizou a instalação pecuária requerida pela Contrainteressada Lusicresce, no quadro do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/;

ii) Do Parecer emitido pela APA, em agosto de 2019, no âmbito do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/C, requerida pela Contrainteressada Meigal;

iii) Do Parecer emitido pela CCDR-C, em 17 de janeiro de 2018, no âmbito do procedimento de concessão de autorização de instalação pecuária n.º 023356/01/C, requerida pela Contrainteressada Meigal;

iv) Do Despacho da Câmara Municipal de Leiria, de 24 de abril de 2019, que aprovou e concedeu o Alvará de Obras de Construção n.º 190/2019, relativo ao Processo n.º ON/2017/1130, em nome da Contrainteressada Lusicresce, assim como todos os atos do Município que tenham sido praticados em execução deste Despacho e dos atos acima mencionados.

b) Que sejam adotadas as medidas preventivas e de correção que se revelem necessárias, bem como a condenação genérica, com posterior liquidação, das Rés e Contrainteressadas, ao pagamento de uma indemnização pelos danos causados no ambiente.

Valor da ação:

Indeterminado

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 1604/21.3BELRA, a correr termos na 1ª Unidade Orgânica do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

José Augusto dos Santos Marques

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Que, seja declarada a nulidade do ato administrativo impugnado, ou, quando assim se não se entenda, seja declarada a sua anulabilidade, e, ainda, em qualquer um dos casos, que a Entidade demandada seja condenada à prática de ato administrativo de admissão do pedido de licenciamento apresentado pelo autor.

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 1013/22.7 BELRA, a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Beatriz Fonseca da Anunciação

Diogo Nuno Fonseca da Anunciação

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Contrainteressado: GES-SONIF - Sociedade Imobiliária Ldª

Pedido:

1- A declaração de nulidade ou anulação dos atos administrativos praticados no âmbito do Processo de Licenciamento nº 568/16, designadamente o despacho proferido em 23/11/2016, pelo Vereador Ricardo Santos, que aprovou o projeto de arquitetura, apresentado pelo Contrainteressada, em 29/07/2016; o despacho proferido em 29/10/2016, pela Vereadora Rita Coutinho, que aprovou as alterações ao projeto de arquitetura, apresentadas pela Contrainteressada em 19/07/2019; o despacho de licenciamento proferido em 06/05/2000, pela Vereadora Rita Coutinho, e o despacho proferido em 30/06/2020, que emitiu o alvará de obras de alteração nº 349/2020.

2- A condenação no reconhecimento de que a obra levada a cabo pela Contrainteressada não é suscetível de licenciamento.

3- A condenação do Réu na prática de ato que ordene a demolição do edificado, quanto às operações urbanísticas concretizadas com base nos atos administrativos nulos.

Valor da ação:

40.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Injunção nº 102188/22.4 YIBRT, a correr termos no Tribunal Judicial de Leiria, Juízo Local Cível de Leiria - Juiz 2

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Ângela Pereira Rodrigues Domingos

Pedido:

Antecedentes (processos extrajudiciais):

Eventual instauração de processo de despejo. Informação da CML de 21/06/2022- Ângela Pereira Domingo (desconhece-se Ângela Pereira Rodrigues Domingos)- Sem contrato desde janeiro 2019, não regressou à habitação após as obras de requalificação (Habitação já atribuída a outra família). Deixou uma dívida de rendas e indemnização no valor total de €502,16 (€414,44 rendas + €87,72 indemnização). Desconhece-se o seu paradeiro (Denunciado contrato de arrendamento em janeiro 2019, tendo já sido celebrado novo contrato de arrendamento desta HS com outra família). A 09/08/2022 foi remetido email ao ML, com o seguinte teor:

- a) Que nos comuniquem as rendas em dívida num email referente a este assunto, se possível com extrato de conta corrente;
- b) Que nos deem instruções quanto à instauração da ação de cobrança de rendas em dívida;
- c) Caso as instruções sejam no sentido de se avançar com a cobrança das rendas em dívida, terão forma de procurar saber o paradeiro atual da Sra. Ângela Domingos? Eventualmente por via de informações prestadas por vizinhos, que ainda residam no Bairro Social Cova das Faias. A residência é uma informação indispensável na propositura da ação judicial, por forma a que a citação seja concretizada com sucesso.

Em 06/09/2022, CML comunica à DNM: "Informo ainda que de acordo com outras informações recolhidas, informalmente, a família residirá na morada do Prior Velho (Rua Bolama – Porta C – R/C – Vivenda Mexias e Filhos 2685-314 Prior Velho) e ambos estão a trabalhar. Ângela faz uma horas para a empresa InterLimpe e o seu companheiro estará a fazer um CEI+ para União de Freguesias do Prior Velho. "Reunião de 07/07/2022: LC vai ver qual a antiguidade da dívida. Informação de 27/07/2022: dívida entre 12/2016 e 01/2019. Face à identificação de residência efetuada em 06/09/2022, "é do interesse do Município, cobrar as dívidas em causa". Em 08/09/2022, CML enviou informação relativa às rendas em dívida, com extrato de conta corrente. Na reunião de 03/11/2022- transmitidas instruções para instaurar procedimento para cobrança coerciva. Em 16/11/2022, foi intentada Injunção contra a devedora, com o n.º de processo 102188/22.4YIPRT, no valor de € 594,86. A devedora não reclamou a carta enviada pelo Balcão Nacional de Injunções, tendo este requerido junto da Segurança Social a indicação da morada daquela. O BNA tentou nova citação junto da Requerida, a 05/01/2023, aguardando-se o resultado da mesma. Tendo-se frustrado a notificação da Requerida, o processo foi remetido para o Tribunal Judicial de Leiria. Após a distribuição, o Município de Leiria procedeu ao pagamento da taxa de justiça remanescente. Em 15/02/2023, Tribunal ordenou que se procedesse à notificação pessoal da Requerida, por Agente de Execução. A Sra. Agente de Execução concretizou a citação pessoal no dia 17/02/2023, na pessoa da filha da Requerida. A Requerida não deduziu Oposição à Injunção, pelo que, em 14/03/2023 foi proferida Sentença, a reconhecer o direito invocado pelo Autor Município de Leiria, conferindo força executiva ao requerimento inicial. Reunião de 02/03/2023- processo foi remetida ao Serviço de Ação Social para informar. Reunião de 06/04/2023- DNM deve enviar email para PCML solicitando instruções quanto à instauração de ação executiva.

Valor da ação:

594,86 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO EM PREPARAÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Moniz & Ribeiro, Ldª; Leonardo António Lisboa Moniz; Letícia Lisboa Moniz; Arlindo Lisboa Pereira Moniz;
Banco BIC Português, S.A. , Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL e Fazenda Nacional

Pedido:

Valor da ação:

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 680/23.9 BELRA (Ação Administrativa), a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

José António Cândido Oliveira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

- 1) Ser o Autor reconhecido como proprietário e legítimo possuidor do prédio inscrito sob o artigo matricial 6058 da matriz predial da freguesia do Arrabal;
- 2) Ser o Réu condenado a pagar ao Autor:
 - a) a quantia monetária total que vier a ser apurada em sede de prova pericial já requerida nos presentes autos, correspondente ao valor de 47 árvores (42 pinheiros e 5 eucaliptos) ilegalmente cortadas por ordem do Réu, a título de indemnização extracontratual por danos patrimoniais, pelos prejuízos causados pelo corte dos pinheiros e dos eucaliptos, acrescida dos juros à taxa legal a contar desde a data da citação, até efetivo e integral pagamento;
 - b) Ser o Réu condenado a pagar a quantia de 1,000,00 €, a título de indemnização extracontratual por danos não patrimoniais sofridos nos termos expostos, acrescida dos juros à taxa legal, a contar desde a data da citação, até efetivo e integral pagamento;
- 3) Ou para a hipótese, que não se concede, de assim não se entender, requer-se, subsidiariamente, que seja o Réu condenado a pagar ao Autor a quantia monetária total que vier a ser apurada em sede de prova pericial nos presentes autos já requerida, correspondente ao valor das 47 árvores (42 pinheiros e 5 eucaliptos) cortadas por ordem do Réu, a título de indemnização extracontratual decorrentes da imposição de sacrifícios, acrescida dos de juros à taxa legal a contar da data da citação, até efetivo e integral pagamento;
- 4) Custas e procuradoria a cargo do Réu.

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 808/23.9 BELRA (Ação Administrativa), a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Ecoambiente- Serviços e Meio Ambiente S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser anulado o ato administrativo praticado pela entidade demandada, consubstanciado na decisão de aplicação de uma sanção pecuniária, no valor de € 6.854,06€, datada de 10/04/2023.

Valor da ação:

6.854,06 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 1171/23.3 BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

João Carlos Ferreira Moreira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria; Fidelidade- Companhia de Seguros, S.A.; Liga Portuguesa de Futebol Profissional; Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.

Pedido:

Serem as Réus condenadas, solidariamente, a pagar ao Autor os danos sofridos em consequência do sinistro, nomeadamente a quantia de 4.460,04 € a título de indemnização por danos patrimoniais, bem como a quantia de 1.000,00€ a título de indemnização por danos morais, tudo no total de 5.460,04 €, valor ao qual deverão acrescer os juros legais, que à taxa legal, se vencerem desde a citação dos Réus até efetivo e integral pagamento.

Valor da ação:

5.460,04 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 1278/23.7 BELRA (Ação Administrativa) a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Ecoambiente- Serviços e Meio Ambiente S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser anulado o ato administrativo praticado pela entidade demandada, consubstanciado na decisão de aplicação de uma sanção pecuniária, no valor de 5.000,00€, datada de 22/08/2023.

Valor da ação:

5.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 15/24.3 BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Luís Miguel Cardoso Lopes de Matos

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser a Ré condenada a pagar ao Autor a quantia de € 2.352,43 a título de indemnização pela reparação do veículo e pelo tempo em que o Autor esteve privado de o utilizar, acrescida de juros à taxa civis, desde a data da citação até efetivo e integral pagamento.

Valor da ação:

2.353,43 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 613/24.5 BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Isabel Maria Alves Baptista Sismeiro

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser declarado anulado o ato identificado no artigo 1º da PI (despacho de 17/11/2023 do Sr. Vereador do Pelouro das Operações Urbanísticas que ordenou à Autora a demolição total das obras/trabalhos e reposição do terraço na cobertura do Lote 4 da Avenida Adelino Amaro da Costa, em Leiria), com as legais consequências.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 655/24.0 BELRA, a correr termos no Taf de Leiria

Demandante:

Manuel Antunes Caetano e mulher Maria do Carmo Carreira de Almeida Pereira Antunes Caetano

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser declarado nulo ou anulado o ato impugnado (a deliberação de 14/07/2023, da Comissão Municipal de Toponímia do concelho de Leiria, que, no seu ponto 1, deliberou emitir "Parecer Condicionado à execução da bolsa de retorno", na Rua Joaquim de Almeida, sita em Portelas, União da Freguesia de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes), no âmbito do processo ON/2022/382.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso – Decisão final totalmente favorável

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 1082/24.5 BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

SANTGM - Investimentos Imobiliários Ld.ª

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser declarado anulado o ato referido no artigo 1º da P.I., com as legais consequências (ato proferido pelo Vereador Ricardo Santos em 12/06/2024, no âmbito do processo ON/2018/355, notificado à Autora em 12/06/2024, através do ofício nº 7035, e no qual foi ordenada a demolição das obras executadas em desacordo com o projeto aprovado.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 1110/24.4BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Horizonte Itinerante, Unipessoal, Ld.ª

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Serem anuladas as deliberações da CML de 20/02/2024 e 14/05/2024 que aplicaram à Autora a sanção pecuniária de € 119 304,75, em virtude do incumprimento das obrigações previstas nas alíneas a) e b) do número 1 e alínea f) do nº 2 da Cláusula 19ª e alíneas a), c) e d) do nº1 da Cláusula 51ª, ambas do caderno de encargos do contrato de concessão nº 05/2017(Parque de Campismo da Praia do Pedrógão).

Valor da ação:

119.304,75 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Inquérito nº 857/23.7PBLRA, a correr termos pelo DIAP de Leiria, 2ª seção

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Micael Cristiano Perrulas Torres

Pedido:

Em 26/10/2013, cerca das 04h 05 min., deslocou-se ao parque subterrâneo do Mercado de Sant´Ana. Logrou entrar no interior do veículo Renault KC Kangoo, com a matrícula 17-58-ZS, propriedade do Município de Leiria, através da sua porta lateral, subtraindo 200 Euros em moedas de 1 Euro e as chaves dos parómetros da cidade de Leiria. Cometeu em autoria material e na forma consumada um crime de furto qualificado.

Valor da ação:

200,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação administrativa nº 1121/24.0 BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Cristina Pereira Gaio

Demandado / Arguido:

Agrupamento de Escolas da Caranguejeira- Santa Catarina da Serra;

Município de Leiria;

DGEST- Direção Geral dos Edstabelecimentos Escolares da Região Centro

Pedido:

Ser condenado a pagar à Autora a quantia de 15 500,00 € a título de indemnização de danos patrimoniais e morais, acrescidos de juros de mora a contar da citação. Também deve ser condenado a responsabilizar-se por todas as intervenções, tratamentos e despesas que venham a ser necessários para atenuar o agravemnto da situação de saúde da Autora, bem como todas as despesas médicas e medicamentosas que se relacionem com as sequelas do acidente descrito

Valor da ação:

15.500,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 1393/24.0BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

Egídio Marques Pereira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Declarar-se a anulabilidade da ordem de demolição de anexo a tardo de sua moradia, sita na Rua do Carmo n.º 23, Casal da Cruz, decretada pelo Senhor Vereador das Operações Urbanísticas e Loteamentos, de 11/06/2024.

Valor da ação:

16.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 1546/24.0 BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

Sandra Isabel Andrónico Casaca Matias Caseiro

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Fidelidade- Companhia de Seguros S.A.

Pedido:

Serem as R.R. condenadas solidariamente a pagar à Autora a quantia global de 372.052,79 €, acrescida de juros de mora à taxa legal de 4%, a contar da citação até efetivo e integral pagamento de todas as quantias em dívida. Por fim, devem as R.R. ser condenadas no pagamento das custas e taxas de justiça do processo e nas custas de parte.

Valor da ação:

371.052,79 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Insolvência nº 1772/14.0TYLSB (CIRE), a correr termos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo do Comércio, Juiz 7

Apenso: Ação de verificação ulterior de créditos n.º 1772/14.0TYLSB- D,
Liquidação 1772/14.0TYLSB-H

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Insolvente: Albará, S.A. (antiga Moviflor- Comércio de Imobiliária, S.A.)

Pedido:

Reclamação de créditos

Valor da ação:

1.586,21 €

Estado:

Concluído - ARQUIVAR

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

ADRIANO CARDOSO MIGUEL

Pedido:

Cobrança Dívida Habitacional Social

Valor da ação:

Estado:

Em curso - novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

MÁRIO DE OLIVEIRA FERNANDES

Pedido:

Cobrança Dívida Habitacional Social

Valor da ação:

Estado:

Em curso - novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

MARIA DE FÁTIMA MENDES FERREIRA

Pedido:

Cobrança Dívida Habitacional Social

Valor da ação:

Estado:

Em curso - novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

BELARMINA ROSA FERNANDES PEDRO

Pedido:

Cobrança Dívida Habitacional Social

Valor da ação:

Estado:

Em curso - novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

MARIA DO CARMO DA COSTA FERNANDES GUERRA

Pedido:

Cobrança Dívida Habitacional Social

Valor da ação:

Estado:

Em curso - novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

CÉLIO ALEXANDRE BERNARDO DOMINGOS

Pedido:

Cobrança Dívida Habitacional Social

Valor da ação:

Estado:

Em curso - novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

EDUARDO JÚLIO ALVES PATRÍCIO

Pedido:

Cobrança Dívida Habitacional Social

Valor da ação:

Estado:

Em curso - novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

SANGOUR LDA

Pedido:

Cobrança de dívida - rendas

Valor da ação:

Estado:

Em curso - novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

MERCADO DO PETISCO ACTIVIDADES HOTELEIRAS UNIP. LDA.

Pedido:

Cobrança de dívida - rendas

Valor da ação:

Estado:

Em curso - novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

JAHALI - ACTIVIDADES HOTELEIRAS, LDA

Pedido:

Cobrança de dívida - rendas

Valor da ação:

Estado:

Em curso - novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

SOFAL II - COMÉRCIO DE ARTIGOS DECORATIVOS, LDA

Pedido:

Cobrança de dívida - rendas

Valor da ação:

Estado:

Em curso - novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Tromba Rija - Atividades Hoteleiras, Lda.

Pedido:

Cobrança de dívida - rendas

Valor da ação:

Estado:

Em curso - novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

PROMOLAZER

Pedido:

Cobrança de dívida - rendas

Valor da ação:

Estado:

Em curso - novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 1630/24.0 BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

Patrícia Leonilde Mendes Caseiro

Luís Manuel da Silva Francisco

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.

Pedido:

Condenar-se o Ré Município de Leiria:

- a) A proceder às intervenções urbanísticas necessárias e materialmente adequadas, de acordo com as disposições técnicas, legais e regulamentares aplicáveis, e em conformidade com "as leges artis", que se mostrem aptas a eliminar a fonte dos danos causados ao prédio dos Autores, tais como descritos nos artigos 116.º a 126.º da PI, designadamente que se mostrem aptas a permitir o escoamento das águas pluviais para poente, eliminando o ponto baixo e suprimindo o desvio do caudal para norte no alinhamento do muro dos Autores, precavendo, assim, a erosão dos solos a norte da Rua de Santo António, em Pousos, Leiria, nomeadamente mediante o reperfilamento e reformulação das valetas ali existentes, de modo a garantir aquele escoamento e, bem assim, mediante a colocação de um coletor de águas pluviais residuais, tudo com as legais consequências; e
- b) A pagar aos Autores, a título de indemnização pelos danos patrimoniais sofridos, descritos nos artigos 116.º a 126.º da PI, a quantia de € 86.000,00;
- c) A pagar aos Autores, a título de indemnização pelos danos não patrimoniais sofridos, a mínima de € 14.000,00;
- d) A pagar aos Autores juros de mora sobre as quantias referidas em b) e c), à taxa supletiva de juros civis de 4% ao ano, calculados desde a citação até efetivo e integral pagamento, tudo com as legais consequências.

Valor da ação:

100.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 1659/24.9 BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria (Providência cautelar de suspensão de eficácia de ato administrativo)

Demandante:

Horizonte Itinerante, Unipessoal, Ld^a

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Deve o procedimento cautelar ser julgado procedente por provado, decretando-se a suspensão de eficácia do ato administrativo constante da deliberação do Município de Leiria de 01/10/2024.

Valor da ação:

40.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 1633/24.7 BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

Horizonte Itinerante, Unipessoal, Ldª

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Deve ser decretada a anulação da deliberação do Município de Leiria de 01/10/2024, devidamente identificada nesta ação, mantendo-se em vigor o contrato de concessão nº 05/2017 (concessão de gestão e exploração do Parque de Campismo da Praia do Pedrógão), outorgado a 17/03/2017, com início a 01/05/2017 e termo a 01/05/2027.

Valor da ação:

40.000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

NUI/CO/001613/24.0 EACBR

Demandante:

ASAE

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Falta de título de técnico de exercício físico, por parte de monitora (artigo 11º-1 da Lei nº 39/2012, de 28 agosto).

Valor da ação:

Coima de 8 000,00 € a 30 000,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 684/12.7 TBLRA, a correr termos pelo Tribunal Judicial da Comarca de Leiria, Juízo de Execução de Ansiação - J2

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Solplay - Exploração de Espaços Lúdicos, S.A. - Luís Alberto Henriques Magalhães

Pedido:

Ação Executiva para cobrança de rendas. Face à insolvência da “Solplay – Exploração de Espaços Lúdicos, S.A.”, corre termos apenas em relação ao Executado Luís Magalhães. Este Executado deduziu oposição à execução.

Foi requerida a substituição do Exequente “Leirisport – Desporto, Lazer e Turismo de Leiria, EM”, pelo Município de Leiria, o que foi admitido.

Em 21/03/2017, foi realizada a diligência de penhora de bens do Executado Luís Magalhães, que apresentou uma proposta de pagamento, aprovada por deliberação da CML de 03/04/2017. Nos termos da proposta aprovada, ficou estabelecido o pagamento do valor de € 400.000,00 euros, sendo 10.000,00 euros no acto da diligência de penhora e os restantes € 390.000,00 euros em 54 prestações de € 7.000,00 e uma última de € 12.000,00. De igual modo, pelo referido acordo, ficou estabelecido o penhor sobre os bens móveis penhorados ao Executado para garantia das obrigações assumidas. Atento o acordo celebrado foi declarada a extinção da instância.

Em 06/04/2018, foram efetuados pagamentos ao ML no total de € 59.000,00 euros, encontrando-se em mora as prestações de dezembro de 2017 a março de 2018.

Em 06/04/2018, foi requerida a renovação do proc execução para cobrança do valor total da dívida, face ao incumprimento do acordo de pagamento por parte do executado.

Em 03/05/2018, foi realizada nova diligência de penhora de bens móveis na residência do Executado, no decorrer da qual este apresentou nova proposta de acordo de pagam:

- a) As partes fixam a dívida em €341.000,00, correspondente ao valor de €400.000,00, fixado no anterior acordo, descontado das importâncias pagas pelo executado no seu cumprimento, no montante global de €59.000,00;
- b) Como princípio de pagamento, no dia da diligência, o executado efectuou a entrega de €15.000,00, por transferência bancária para conta da agente de execução;
- c) Até 08/06/2018, o executado obrigou-se a efectuar o pagamento adicional de €20.000,00, por transferência para a mesma conta, assim regularizando os pagamentos que estavam em falta até Abril de 2018, no âmbito do anterior acordo;
- d) Até 10/07/2018, o executado obrigou-se a pagar €5.000,00;
- e) O valor de €283.000,00 seria pago em 71 prestações mensais e sucessivas, no valor de €5.000,00, durante os meses de Maio a Outubro, e no valor de €3.000,00, durante os meses de Novembro a Abril, vencendo-se a primeira prestação em 10/08/2018 e as restantes no dia 10 dos meses subsequentes;
- f) No dia 10 do mês subsequente ao vencimento da 71ª prestação, o executado obriga-se a pagar o valor final de €18.000,00;

Desde a data da apresentação da proposta e até 30/09/2018, o Executado procedeu ao pagamento, por transferência para a Agente de Execução, de € 50.000,00, que foi por esta transferido para o Município de Leiria.

Em reunião da Câmara Municipal de Leiria, realizada em 02/10/2018, foi deliberado a aprovação da proposta de pagamento do Executado.

O acordo, redigido nos termos da deliberação aprovada, foi assinado por ambas as partes e junto ao processo.

Entre 19/10/2018 e 15/03/2021, o Executado pagou 88.000,00 €.

Em 17/05/2021, foi realizada a transferência de €1.000,00 relativa ao pagamento de 1/5 quinto da mensalidade de Agosto de 2020 (€5.000,00). Ficaram por liquidar €4.000,00 referentes a Agosto de 2020, bem como as prestações seguintes.

Após vários contactos tendo em vista a cobrança dos valores em dívida, em 25/10/2021, o Executado veio apresentar uma nova proposta de acordo de pagamento, propondo pagar o montante de €700,00/mês, durante dois anos, com início a partir de janeiro de 2022, findos os quais pagaria o remanescente numa prestação divisível por 24 meses. A proposta foi recusada.

Foi requerida a renovação da instância executiva e a penhora, com remoção, dos bens relacionados no auto de penhora elaborado no dia 21/03/2017, sobre os quais foi constituído penhor para garantia do acordo alcançado nos autos.

Em 17/05/2022, foi realizada diligência de penhora de bens móveis na residência do Executado, tendo este procedido ao imediato pagamento à AE de €2.500,00, ficando acordada a suspensão da diligência por 30 dias para apresentação de uma proposta.

Valor da ação:

651.255,88 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo nº 563/12.8 TYLSB, a correr termos pelo Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo de Comércio de Lisboa - J1

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Solplay - Exploração de Espaços Lúdicos, S.A.

Pedido:

Proferida sentença de aprovação de lista de créditos. Reconhecido o crédito no valor de €335.510,64.

Em 19/07/2017, foi apresentado requerimento para substituir a Leirisport pelo Município de Leiria, enquanto credora da insolvente. Foi deferida a substituição.

Por despacho de 28/02/2018, reiterado em 07/05/2018, o Tribunal veio fixar a remuneração e despesas do Administrador da Insolvência, e notificou-o para apresentar nova prestação de contas, tendo em atenção esses elementos.

Em 11/05/2020 e, novamente, em 16/09/2020, o Tribunal notificou o AI para vir informar qual o valor remanescente, destinado aos credores, para efeitos de rateio final.

Em 09/01/2021, o AI veio informar que a AT o notificou de uma vasta lista de dívidas fiscais do insolvente, das quais, no seu entender só uma dívida de IMI seria devida, pelo que a fixação do valor remanescente para rateio final estava dependente do tratamento a dar a estas dívidas e, em última análise, do resultado da sua eventual impugnação.

Em 19/03/2021, o MP em representação da AT, informou que as dívidas fiscais decorrem da actividade comercial da insolvente não ter sido encerrada em sede de IVA e IRS.

Em 28/05/2021, o AI veio prestar esclarecimentos acerca da cessação da actividade da insolvente.

Em 30/11/2021, o Tribunal despachou: a actividade da insolvente cessou em 31/08/2012, devendo AI informar quais as dívidas fiscais da massa insolvente a essa data.

Em 14/03/2022, o AI foi notificado para informar do saldo da conta da insolvência e apresentar proposta de rateio final.

Em 31/05/2022, o AI comunicou o saldo da conta da insolvência no montante de €197.121,34.

Em 09/08/2022, a AT enviou aos autos certidão descritiva das dívidas fiscais da Massa Insolvente, tendo por referência a cessação da actividade em 31/08/2012, no valor global de €458.248,16.

O AI reclamou contra a dívida fiscal, tendo o Tribunal ordenado a notificação da Comissão de Credores e, após esta, do MP, para se pronunciarem.

O Tribunal decidiu que não lhe compete dirimir o litígio acerca da existência ou não das dívidas fiscais.

O AI apresentou reclamação graciosa junto da AI contra as dívidas fiscais.

Valor da ação:

335.510,64 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Inquérito 551/24.1T9OER, a correr termos pelo DIAP de Oeiras - 2ª seção

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Luís Alberto Henriques de Magalhães

Pedido:

Em 26/02/2024, a AE promoveu a diligência de remoção dos bens, tendo encontrado a casa vazia.

Em 06/03/2024, o Tribunal ordenou o envio de certidão do processo para o MP, para efeitos de responsabilização criminal do Executado.

Em 26/08/2024, ML apresentou participação criminal pelo desaparecimento dos bens penhorados à ordem do processo de execução e relativamente aos quais o participado estava nomeado como fiel depositário, o que deu origem Processo nº 1848/24.6 T9OER, do DIAP de Oeiras, 1ª Seção. Esse processo foi apensado ao presente processo de inquérito.

Valor da ação:**Estado:**

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Ação Administrativa nº 12404/24.9 BELSB, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

SNBS - Sindicato Nacional dos Bombeiros Sapadores

Demandado / Arguido:

ADSE, Instituto de Proteção e Assistência na Doença, IP;

Município de Leiria e outros Municípios

Pedido:

Deve a ação ser julgada procedente, e em consequência:

- a) Deverão as Rés Município abster-se de proceder os descontos sobre os subsídios de férias e de Natal para a Ré ADSE;
- b) Deverá a Ré ADSE ser condenada a devolver aos Bombeiros o equivalente a 2 meses de descontos por cada ano.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso – Novo Processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 212/25.4T8LRA a correr termos no Tribunal Judicial da Comarca de Leiria, Juízo Cível de Leiria, Juiz 3

Demandante:

Conceição da Silva Franquinho e marido Fernando dos Santos Rainho

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Junta de Freguesia de Amor

Pedido:

Deve a presente ação ser julgada procedente e, em consequência, condenarem-se solidariamente os réus a:

- a) reconhecerem que os A.A. são proprietários e legítimos possuidores do prédio identificado no artigo 1º da PI;
- b) Cessarem de imediato ou em prazo nunca superior a 30 dias ou outro que o Tribunal vier a fixar para o efeito, a ilícita ocupação e privação do normal uso desse prédio;
- c) Não impedirem por qualquer forma os A.A. de fazerem a ocupação e uso devidos desse seu prédio;
- d) Pagarem aos A.A. por tais ilícitas atitudes a título de danos patrimoniais e não patrimoniais por si já sofridos até 16/01/2025, a quantia global de € 14.000,00;
- e) Pagarem aos A.A. a título de indemnização de danos futuros que a tal título (patrimoniais e não patrimoniais) vierem a sofrer desde a data de que vier a ser fixada pelo tribunal para efetiva cessação das ilícitas violações dos RR.;
- f) Pagarem essa indemnização acrescida de juros à taxa legal desde a data da sua fixação até efetivo pagamento;
- g) Pagarem as custas legais e demais encargos com o processo.

Valor da ação:

15.000,00 €

Estado:

Em curso – Novo Processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Brito Dutra Unipessoal Lda

Pedido:

Não cumprimento atempado do pagamento de renda (Cafetaria Cine Teatro de Monte Real)

Valor da ação:

656,46 €

Estado:

Em curso – Novo Processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo 122/25.5BELRA, a correr termos pelo TAF de Leiria

Demandante:

Gomes Gaspar, Ldª;

Fernando Graça – Sapatarias Unipessoal, Lda

Demandado / Arguido:

Aquino Construções, S.A.;

ZURICH INSURANCE PLC – Sucursal em Portugal;

Município de Leiria.

Pedido:

Devem os Réus ser condenados a:

A. Pagar à 1ª Autora:

d) O montante de € 13.853,63 referente à perda de mercadorias;

e) O montante de € 2.000,00 que se reporta a custos com a pintura dos imóveis;

f) Uma indemnização, a título de privação de uso dos imóveis, desde a data de 13.07.2022 e até trânsito em julgado da decisão proferida nos autos, no valor nunca inferior a €50/dia;

g) Juros moratórios vincendos, calculados sobre os valores supra referidos, desde a citação até integral pagamento.

B. Pagar à 2ª Autora:

b) O montante de € 24.792,57, ao qual acresce o valor referente a juros de mora vincendos desde a citação até integral pagamento.

Valor da ação:

40.646,20 €

Estado:

Em curso – Novo Processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo 3202/24.0T9LRA – DIAP de Leiria – 2.ª Seção de Leiria

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Mário Gouveia Nobre

Pedido:

Processo crime por desrespeito de embargo de obra. Deu origem a processo de contraordenação PCO n.º 58/CO/2024, que o ML enviou para o MP com a participação crime.

Valor da ação:**Estado:**

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Herança aberta por óbito de Eduarda Costa Fonseca

Pedido:

Valor da ação:

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

NOVA AÇÃO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Associação de Moradores do Bairro Dr. Sá Carneiro

Pedido:

Valor da ação:

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 251/25.5BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Luís da Silva Oliveira

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Deve ser provada a ação e, em consequência:

A) Ser decretada, em via principal, a anulação do despacho n.º 2505/2024 do PCML de 26/01/2024;

B) Condenar-se o Réu à prática dos seguintes atos administrativos devidos:

B1) Designação do Autor, em regime de substituição, no cargo de Diretor do Departamento de Conservação e Gestão Operacional (DEGCO), até conclusão do procedimento concursal com a referência PC.01.2022 ou até 45 dias após a entrega pelo júri respetivo da proposta de designação de diretor em regime de comissão de serviço;

B2) Implementar os ulteriores termos, após apresentação de candidaturas, do procedimento concursal com a ref. PC.01.2022;

C) Condenar o Réu a indemnizar o A., em danos patrimoniais e não patrimoniais, que ascendem, nesta data, a 29.666,97€, também em consequência da ilegalidade, e conhecer por via principal ou incidental, da ilegalidade do despacho n.º 2505/2024 do PCML de 26/01/2024, nos juros vincendos, à taxa legal, após citação e até efetivo e integral pagamento e, bem assim, nas diferenças, vincendas, entre os valores auferidos pelo Autor e as que este auferiria mantendo o cargo de Diretor do DEGCO;

D) Condenar o Réu nas custas e demais encargos legais.

Valor da ação:

29.666,97 €

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

Proc. 1020/24.5 PBLRA, a correr termos no DIAP LEIRIA- 1ª Secção

Demandante:

Verónica Ferreira Marques

Demandado / Arguido:

António Rafael Amaral Guerra

Pedido:

Difamação a Técnica da CPCJ (tráfico de seres humanos, na pessoa do menor Noah, para fins de exploração sexual)

Valor da ação:**Estado:**

Em curso – novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 472/25.0 BELRA a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Loft XXI- Sociedade Imobiliária, S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser declarado anulado o ato administrativo impugnado (que o edifício sito na Rua das Olarias, 40 e 42, em Leiria foi considerado devoluto, nos termos do artigo 2º do DL nº 159/2006, de 08 de agosto, na redação do DL 67/2019, de 21 de maio), notificado através do ofício n.º 30904 de 05/02/2025 (prédio continua na lista de edifícios devolutos, no ano fiscal de 2024), com as legais consequências

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 3217/25.1T8CBR, a correr termos no Tribunal de Trabalho de Coimbra

Demandante:

José Paulo Ferreira Lopes de Moura e Sá

Demandado / Arguido:

Município de Leiria e Horizonte Itinerante Unipessoal Ld.ª

Pedido:

PEDIDO PRINCIPAL:

A. Ser declarado que o PCPP, ao qual o A. estava adstrito e prestava trabalho ao serviço da 2ª Ré, até 05/05/2025, configura um estabelecimento/unidade económica, no stermos e para os efeitos do disposto no artigo 285º CT;

B. Ser declarado que a posição de empregadora no contrato d etrabalho celebrado entre A. e a 2ª Ré, em 01/05/2015, se transferiu para a 1ª Ré, por força da resolução do contrato de concessão da gestão e exploração do PCPP nº572017 e da posse administrativa pela 1ª Ré do estabelecimento em 05/05/2025;

C. Ser declarada ilícita a recusa da 1ª ré na receção/aceitação do A. ao seu serviço e da sua prestação laboral após 05/05/2025;

D. Ser reconhecido que, por força do não reconhecimento pela 1ª Ré da transmissão da posição de empregador e da recusa da 1ª Ré na receção/aceitação do A. ao seu serviço e da sua prestação laboral, o A. foi ilicitamente despedido pela 1ª Ré, declarando-se a ilicitude do despedimento;

E. Ser a 1.a Ré condenada a reintegrar o Autor ao seu serviço para prestação de trabalho, como assistente de direção, no referido estabelecimento, ou ser a 1.a Ré condenada no pagamento de indemnização (em montante não inferior a €19.710) em substituição da reintegração no seu posto de trabalho, conforme o que o A. vier a optar até ao termo da discussão em audiência final de julgamento;

F. Serem as RR. solidariamente condenadas a pagar ao A. as seguintes quantias:

a. As retribuições que o Autor deixou de auferir desde a data do despedimento ilícito (05-05-2025) até ao trânsito em julgado da decisão que vier a ser proferida pelo tribunal;

b. A título de abono de falhas, a quantia total ilíquida de €4.037,41;

c.A título de prémio de conhecimento de línguas, a quantia total ilíquida de €4.699,55;

d. Pela diferença entre os montantes de subsídio de alimentação pagos entre fevereiro 2017 e abril 2025 e os que o A. tinha efetivamente direito, a quantia total ilíquida de €2.946,38;

e. Pela diferença entre os montantes de remuneração base recebidos e os que o A. tinha efetivamente direito entre fevereiro 2017 e abril 2025, a quantia total ilíquida de €3.618;

f. Pela diferença entre os montantes de subsídio férias e subsídio Natal recebidos e os que o A. tinha efetivamente direito entre fevereiro 2017 e abril 2025, a quantia total ilíquida de €284 relativa ao subsídio férias e quantia total ilíquida €367 relativa ao subsídio Natal;

g. a quantia total ilíquida de €1.437,80, pela diferença entre os montantes de retribuição especial pela isenção do horário de trabalho recebidos entre janeiro 2022 e abril 2025 e os que o A. tinha efetivamente direito;

h. A quantia não inferior a 5.000,00€, a título de danos não patrimoniais causados ao A. em virtude da conduta das 1ª e 2ª Rés, acrescida de juros de mora à taxa legal de 4% desde a citação até efetivo e integral pagamento;

i. A quantia ilíquida de 219,00€, relativa à remuneração mensal dos 5 dias de trabalho prestados em maio 2025 até à posse administrativa;

j. A quantia líquida de 150,00€ , relativa ao subsídio de alimentação de maio 2025; k.A quantia líquida de 43,80€, relativa à retribuição específica pela isenção de horário de trabalho, no período compreendido entre 1 e 5 de maio 2025;

l.A quantia líquida de 1.720,15€, relativa aos 24 dias de férias vencidos entre 2016 e 2023, não gozados pelo A.;

m.A quantia líquida de 1.075,096, relativa aos 18 dias de férias vencidos em 01/01/2024 e não gozados pelo A.;

n. A quantia líquida de 1.576,80€, relativa à retribuição de férias dos 25 dias de férias vencidos em 01/01/2025 e não gozados pelo A.;

o. A quantia líquida de 1.576,80€, relativa ao subsídio férias dos 25 dias de férias vencidos em 01/01/2025 e não gozados pelo A.;

p. A quantia líquida de 762,60€, relativa à retribuição de férias proporcionais ao tempo de serviço prestado neste ano de 2025 (10,64 dias), caso o A. venha a optar pela indemnização em substituição da reintegração;

q. A quantia líquida de 762,60€, relativa ao subsídio de férias proporcionais ao tempo de serviço prestado neste ano de 2025 (10,64 dias), caso o A. venha a optar pela indemnização em substituição da reintegração;

r.A quantia líquida de 547,50€, relativa ao subsídio Natal, proporcional ao tempo de serviço prestado no ano 2025, caso o A- venha a optar pela indemnização em substituição da reintegração;

s. E, bem assim, os juros de mora vencidos e vincendos, calculados à taxa legal civil, desde a data de vencimento de cada uma das prestações acima identificadas nas alíneas a) a g) e i) a r), e, depois, até efetivo e integral pagamento.

PEDIDO SUBSIDIÁRIO:

Subsidiariamente, caso assim se não entenda, e se considere que a posição de Empregadora assumida pela 2ª Ré no contrato de trabalho celebrado com o A. em 01 /05/2015 não se transmitiu para a 1º Ré, por força da resolução do contrato de concessão da gestão e da exploração do Parque de Campismo da Praia do Pedrógão, sempre deverá:

A. Ser declarado ilícito o despedimento efetuado pela 2.a Ré, e, em consequência ser a 2.ª Ré condenada a reintegrar o A. ao seu serviço para prestação de trabalho, como assistente de direção, no referido estabelecimento, ou, em caso de impossibilidade, naquele que se situe mais próximo daquele em causa, sem prejuízo da sua categoria profissional e antiguidade, com pagamento das despesas inerentes à transferência de local de trabalho, ou ser a 2ª Ré condenada no pagamento de indemnização (em montante não inferior a €19.710) em substituição da reintegração no seu posto de trabalho, conforme o que o A. vier a optar até ao termo da discussão em audiência julg.

B. Ser a 2.a Ré condenada a pagar ao Autor as quantias referidas no pedido principal.

Valor da ação:

50.534,48 €

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

NOVO PROCESSO

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Centro Cultural e Recreativo das Almoinhas

Pedido:

Reversão de direito de superfície

Valor da ação:

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 1084/25.4BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Ideal Mercantil Lda.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Serem declaradas anulados os atos acima identificados no artigo 1.º, com as legais consequências.

Atos impugnados constantes do artigo 1.º: a) Despacho proferido em 30/04/2025 pelo Vereador do Pelouro das Operações Urbanísticas do ML, notificado à A. em 05/05/2025, no âmbito do Processo VI/2019/1 no qual, além do mais, foi determinada a tomada de posse administrativa, para o dia 07/05/2025, dos prédios sitos no lugar de Arrabalde da Ponte, da União d freguesias de Marrazes e Barosa, inscritos nas matrizes urbanas 1702 e 2615, da dita União de Freguesias, com vista aos seguintes trabalhos- Demolição total das ruínas com remoção do respetivo entulho, do prédio a nascente; limpeza total do espaço; remoção ou substituição e reparação das chapas de vedação metálica existentes a norte das edificações;

b) Despacho proferido em 30/04/2025 pelo Vereador do Pelouro das Operações Urbanísticas do ML, notificado à A. em 05/05/2025, no âmbito do Processo PA 73/2025 e 23/FIS/2025, no qual, além do mais, ordenou o embargo total das obras em execução nos prédios e determinou fosse dado conhecimento à A. que deveria dar cumprimento à intimação para realização de trabalhos urgentes notificada através do ofício 12180, de 07/10/2024, ou seja, precisamente o que estava a ser levado a cabo pela A.;

c) Ofício subscrito em 04/06/2025 pela Senhora Chefe de Divisão de Apoio Técnico à Gestão Urbanística que procedeu à liquidação e comunicação à Autora, acompanhada da respetiva ordem d pagamento, das despesas efetuadas pelos serviços técnicos municipais, na sequência da posse administrativa e execução coerciva das obras nos Prédios.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Identificador do Processo:

Oposição

Demandante:

Ideal Mercantil

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Em data não apurada, o ML remeteu à AT Certidão de Dívida para instauração de Execução Fiscal, pela falta de pagamento voluntário da fatura FTI0000325/3202, emitida 04/06/2025, referente a trabalhos executados coercivamente, determinados por despacho datado de 23/09/2024, proferido em sede do Processo VI/2019/, pelo Vereador Eng. Ricardo Santos.

Na sequência da remessa pelo ML da adequada certidão de dívida, a Administração Fiscal autuou o PEF 3255202501342860.

Em 08/09/2025, a Executada apresentou, no SF Lisboa 10, Oposição Judicial à Execução. Pedido- Que a Oposição à Execução seja julgada totalmente procedente.

Requerimento para prestação de garantia (penhor de obra de arte), a fim de suspender a execução.

Valor da ação:

18.924,53 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 1184/25.0BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Maria Lúcia Lopes de Almeida Tiago

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

O Réu ser condenado:

- a) A pagar à A. a quantia de €136.640,05, a título de danos patrimoniais e não patrimoniais, acrescida de custas, procuradoria condigna e até efetivo e integral pagamento;
- b) A pagar à A. o que se vier a remeter para liquidação a título de danos futuros, tratamentos, consultas, medicamentos, cirurgias, exames, deslocações, incapacidades temporais e perdas salariais, não contempladas em a).

Valor da ação:

136.640,05 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Novo Processo

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Ondagulosa, Lda.

Pedido:

Cobrança de rendas - 2 faturas de fevereiro de 2021 da loja 0.15 e 0.16 do Centro Cultural Mercado de Sant´
Ana, no valor de € 329,26

Valor da ação:

329,26 €

Estado:

Em preparação

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 49/23.5BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Ana Filipa Gameiro Fernandes e Bruno Cunha Costa

Demandado / Arguido:

Município de Leiria e Fidelidade – Companhia de Seguros S.A.

Pedido:

- A) Os Réus ser condenados a pagar solidariamente aos AA. a quantia de €20.600,00 (vinte mil e seiscentos euros);
- B) Bem como deverá acrescer os juros vencidos e vincendos desde a data da citação até integral pagamento;
- C) Custas e procuradoria condigna a favor dos AA.

Valor da ação:

20.600,00 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Contraordenação ASAE NUI/CO/000346/25.5EACBR

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Horizonte Itinerante Lda.

Pedido:

Decisão de processo contraordenacional instruído pela ASAE

Valor da ação:

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 1327/25.4BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Associação de Moradores da Urbanização da Boucharia

Demandado / Arguido:

Município de Leiria e AMITEI – Associação de Solidariedade Social de Marrazes

Pedido:

Se digne deferir o pedido formulado e consequentemente determinar a suspensão de eficácia dos atos em causa, cedência do direito de superfície da parcela identificada na deliberação da CML de 23.01.2024 e licenciamento da obra para ali prevista e em concreto decretar o embargo imediato da obra que corresponde ao processo de obras n.º 0N/2022/925.

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Novo Processo - Execução Fiscal em perspetiva

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Sandrina Silva Miguel

Pedido:

Restituição de verba não justificada por documentos de despesa- Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios Económicos a pessoas em situação de vulnerabilidade e de emergência social nº 1091/2023, de 13 de outubro

Valor da ação:

628,00€

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Novo Processo - Execução Fiscal em perspetiva

Demandante:

Município de Leiria

Demandado / Arguido:

Tamara Christian Pinto Ezequiel

Pedido:

Restituição de verba não justificada por documentos de despesa- Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios Económicos a pessoas em situação de vulnerabilidade e de emergência social nº 1091/2023, de 13 de outubro

Valor da ação:

155,12€

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Novo Processo

Demandante:

ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Coima aplicada no valor de €40.800,00, por violação do artigo 285.º do Código do Trabalho (CT). Infração muito grave, nos termos do artigo 285.º-11 b) do CT.

Valor da ação:

40.800,00 €

Estado:

Em curso – novo processo

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Ação Administrativa Comum n.º 169/25.1 BELRA a correr termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria

Demandante:

Hugo Manuel Guerra Afonso

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Ser o ML condenado a contabilizar os pontos relativamente às avaliações de serviço obtidas enquanto exmilitar, para efeitos de atribuição de reposicionamento remuneratório (SIADAP)

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Em curso

Decisão final:

Identificador do Processo:

Processo n.º 855/18.2BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Primaworld, S.A.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

5.000,01 €

Estado:

Em curso – aguarda julgamento

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 891/22.4BELRA

Demandante:

Pinta do Oceano, Lda

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

3.350,75 €

Estado:

Aguarda despacho saneador

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Ação Administrativa especial de pretensão conexa com atos administrativos n.º 746/15.9BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

LCC - Leiriashopping - Centro Comercial

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

30.000,01 €

Estado:

Aguarda despacho saneador

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Ação Administrativa n.º 969/22.4BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Carlos Miguel Gameiro Martinho Gomes

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

58.900,00 €

Estado:

Aguarda despacho saneador

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Ação Administrativa n.º 968/22.6BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Ana Paula Alves Mendes

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

10.950,00 €

Estado:

Aguarda despacho saneador

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Ação Administrativa n.º 1899/24.0BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Joviality, Unipessoal, Lda.

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

13.987,57 €

Estado:

Aguarda despacho saneador

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo Ação Administrativa n.º 776/23.7BELRA, a correr termos no TAF de Leiria

Demandante:

Lourenço das Neves Vicente

Demandado / Arguido:

Município de Leiria

Pedido:

Remetido aos SMAS

Valor da ação:

9.845,87 €

Estado:

Em curso - Aguarda julgamento

Decisão final:

Não previsível

Identificador do Processo:

Processo n.º 1632/24.7T8LRA, a correr termos no Juízo de Comércio de Leiria – Juiz 2

Demandante:

Município de Leiria (e Outros)

Demandado / Arguido:

VALORLIS – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

Pedido:

Ser declarada a nulidade e/ou anulabilidade das deliberações tomadas na assembleia geral realizada em 26 de março de 2024, nomeadamente as vertidas nos pontos 1 a 3 da ordem de trabalhos: deliberar sobre o relatório de gestão, o balanço e as contas referentes ao exercício de 2023; deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados; e, apreciação geral da administração e da fiscalização da Sociedade.

Mais requer que a Ré seja notificada para apresentar a ata da assembleia geral, nos termos previstos no artigo 59.º, n.º 4, do CSC, uma vez que, apesar de já ter sido interpelada para o envio da mesma, ainda não o fez, não sendo, por isso, possível aos Autores proceder à sua junção.

Requer que a Ré informe os autos acerca da identificação do seu contabilista certificado, para que o mesmo seja notificado para ser inquirido como testemunha.

Valor da ação:

30.001,00 €

Estado:

Remetido a “Teófilo Araújo dos Santos & Associados” - Em curso - aguarda a prolação de sentença

Decisão final:

Não previsível



05

**INFORMAÇÃO RELEVANTE SOBRE A
ATIVIDADE DO MUNICÍPIO**

REPRESENTAÇÃO EXTERNA

No período em análise, no âmbito das suas funções, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Leiria esteve presente em várias reuniões/sessões, a saber: Reuniões da Câmara Municipal, CIMRL, Valorlis, do Conselho de Administração dos SMAS e Assembleia Municipal.

DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

No período em análise, as ações mais relevantes desenvolvidas pela Divisão de Comunicações Relações Públicas (DICRP) foram as seguintes:

Informar e divulgar toda a informação de interesse público relevante.

No envio à comunicação social, publicação e gestão de conteúdos das atividades no site do Município, Visite Leiria, na Leiriagenda, gestão do Facebook e Instagram, Youtube, LinkedIn, nomeadamente, Município de Leiria, Leiria Cultura e o Cro Leiria.

Acompanhamento de reuniões de Câmara e de eventos para redações de notas de imprensa. Comunicação com jornalistas, encaminhamento de respostas e revisão das mesmas, pedidos de entrevistas, envio de pontos reuniões de Câmara, conferências de imprensa, etc.

Realização de clipping de comunicação social, encaminhamento de questões de munícipes nos canais geridos pelo gabinete e revisão das respostas. Gestão de envio de convites e apoio ao protocolo, redação de conteúdos e produção de revistas temáticas. Elaboração das especificações, criação das especificações técnicas para as RQI dos fornecimentos contínuos de impressão. Gestão de suportes de publicidade de exterior na divulgação de eventos. Gestão do contrato de publicidade nos jornais regionais.

Gestão do contrato de alojamento, agência de viagens, refeições e flores. Registo fotográfico de algumas atividades da Câmara, tratamento e disponibilização das fotografias, gestão e organização das fotografias/arquivo.

Projetos com destaque:

Leiria Natal, plano de comunicação em colaboração com a DITE, criação da imagem gráfica com as diversas aplicações na decoração e nos meios de divulgação, articulação com a produção gráfica, diversos vídeos de promoção.

Transparência municipal, Elaboração do relatório anula 2025 com a colaboração da Auditoria.

Autarquia de Leiria vista por dentro, criação do material de apoio às escolas nas visitas, criação do vídeo, e do material gráfico de oferta, acompanhamento na visita.

Obras municipais, comunicação das diversas obras, acompanhamento nas ações

Orçamento Participativo, criação do plano de comunicação e divulgação, articulação com a agência de comunicação a realização dos vídeos com os proponentes das propostas apresentadas.

Site do Município, atualização de conteúdos, na Área de Atividades, respeitando as boas práticas de integrada à Inteligência Artificial.

Depressão Kristin, envolvimento da comunicação local e nacional, preparação das diversas campanhas notas de imprensa, design, articulação com diversas equipas de captação de imagens.

Outros projetos: Plataforma de gestão de ocorrência, Leiria+verde, Efeméride, Rota das Freguesias, Câmara Aberta.

De forma sumária, alguns dados que dão dimensão ao trabalho desenvolvido:

No período indicado foram criadas e publicadas cerca de 74 notas de imprensa e enviados 16 convites.

Publicações no feed na página de facebook do Município: 127

Número total de seguidores: 90 mil pessoas

Visualizações das publicações: 8100 mil pessoas

Interações com conteúdos: 90 mil pessoas

Novos seguidores: 4700 pessoas

Publicações no feed na página Instagram do Município: 140

Número atual seguidores: 44 mil pessoas

Alcance das publicações: 801 mil pessoas

Interações com conteúdos: 106,700 mil pessoas

Novos seguidores: 7600 pessoas

Acompanhamento de processos para os pedidos das várias unidades orgânicas em modelo de fornecimento contínuo e articulação com os fornecedores.

OCS locais: 25 requisições

Suportes gráficos: 38 requisições

Vídeo e fotografia: 10 requisições

Outros procedimentos: 6

Desenvolvimento de projetos criativos/design.

Apresentação de soluções de imagem gráfica para os suportes de comunicações digital e publicidade, aplicação em cartazes, folhetos, catálogos, lonas, painéis, newsletters, convites, anúncios OCS, campanhas nas redes sociais. Apoio técnico de museografia das exposições e multimédia, nos eventos na decoração e produção dos materiais gráficos.

Descrição técnica das Artes Finais e no acompanhamento e montagens com os fornecedores.

Principais projetos com intervenção na área do design, produção gráfica e na divulgação.

Eventos: Leiria Natal, Aniversário Mimo, Passagem de Ano,

Exposições: Aniversário Mimo, Exposição Poem'arte – Moinho do

Catálogos: Brochura China,

Outros: Câmara Aberta, Aniversário PSP, Fórum Melhorar a Escola, Leiria em Números, Apresentação Destaques Programa, Plano Local de Cinema, Final Four, Viver ativo – vídeo natal, Plataforma de gestão de ocorrências, Leiria + Design

DIVISÃO DE TURISMO E EVENTOS

Leiria Natal – Instalação de peças de iluminação decorativa nas ruas, edifícios e espaços públicos do LN; Ajustes finais ao conceito de iluminação decorativa, atividades lúdicas e equipamentos para o evento; Conclusão dos procedimentos de contratação pública dos serviços e equipamentos a alugados para o evento; Reunião com os diversos *stakeholders* do projeto internos (ML) e externos para implementação das atividades da responsabilidade de cada unidade orgânica; Atribuição de exploração de bares e street food do Leiria Natal e Passagem de Ano 2025/26; ; Definição do Plano de Comunicação e Coordenação de conteúdos para as redes sociais e *webpage* Leiria Natal; Produção, logística e acompanhamento global do

programa do evento; Reunião final do evento com todos os *stakeholders* internos (ML) com o objetivo de analisar o seguinte: os eventos inseridos no programa, as atividades lúdicas propostas, os layouts dos espaços, datas do evento e horários implementados, funcionamento de bilheteira e serviços diversos prestados aos visitantes;

Total de Visitantes⁽¹⁾ | > 678.000 > (> 28.000)

1. Dados obtidos com base plataforma Vodafone analytics;

AVE | *dados ainda não disponíveis*

Redes Sociais | + 7.3 M de visualizações; 26.150 partilhas; 4.000.000 de impressões; 198.000 visitas ao site entre novembro a janeiro;

Participantes por Atividade Total | **93.555** (80.838)

Pista de Gelo | **25.268** (28.030)

Rampa | **18.083** (16.131)

Carrossel | **17.397** (24.040)

Comboio | **18.894** (24.264)

Roda | **13.183**

Operadores de Gastronomia | 13

Mercadinho | 13

Mercadinho Solidário | 12

Inauguração da Iluminação de Natal com uma audiência estimada de 20.000 pessoas;

Parada de Natal com a participação do movimento associativo, cultural, escolas de dança, filarmónicas e AFs e CAFs dos Agrupamentos de Escolas num total de 500 participantes e 15 entidades.

Receita | 286.447 203.348€ (> 83.099€)

Investimento | 949.146€ (> 70.394€)

Passagem de Ano – Planeamento geral do evento – implantação do palco Largo 5 Outubro (31 dezembro); Lançamento dos procedimentos de contratação de artistas e produção; Definição do Plano de Comunicação e Coordenação de conteúdos para as redes sociais e *webpage visiteleiria.pt*; Definição de Plano de Segurança e de Mobilidade do evento com as Entidades Oficiais; Apoio à LAPP para a produção da Passagem de Ano da Praia do Pedrógão; Preparação das ações de animação a realizar em conjunto com as entidades externas; Plano e Aquisição dos espetáculos de fogo de artifício em Leiria e Praia do Pedrógão;

Total de Visitantes | 20.000 pax na Praia do Pedrógão | Leiria (36.330 pax)

Feira de Leiria – Definição do Regulamento Geral e da Planta do Evento e dos respetivos concursos públicos para conceção de espaços comerciais e de diversão da Feira; Gestão dos fornecimentos de equipamentos e serviços à Feira nas mais diversas áreas; Contrato de Exclusividade de Venda de Bebidas nos Eventos; Definição do Plano de Concertos; Definição da Nova Imagem Gráfica da Feira de Leiria; Definição do Plano de Comunicação do evento; Definição das estratégias de Ativação nos eventos de Lançamento da *Better Tourism Lisbon* na BTL 2026;

Leiria Kids Festival e Festival da Sardinha - Planeamento global do evento em coordenação com as Juntas e Uniões de Freguesia e *stakeholders* do projeto; Definição do Plano de Comunicação; Definição e concretização do plano geral de aquisição de serviços diversos; Definição do Programa Geral; Contratação de Artistas;

Visite Leiria | ÉDELEIRIA | Turismo | Definição do Plano de Comunicação e de ações a realizar em 2026; Coordenação de conteúdos para as redes sociais e *webpage*; Ativações da nova campanha em 2025;

BTL 2026 | Reuniões de Preparação com a FILE com os *stakeholders* para a presença na BTL 2026; Definição da Equipa de Produção e responsáveis setoriais de cada área de atividade do Stand: Gastronomia, Palco, Ativações e Live Acts; Contratação de Serviços de Criação do Stand Visite Leiria; Definição do Plano de Atividades por áreas do Stand em conjunto com os *stakeholders* internos (ML) e externos (operadores ÉDL e Turísticos); Planeamento dos conteúdos digitais e campanhas de promoção do stand; Plano de comunicação Visite Leiria na BTL para promoção do destino; Presença na INTUR Valladolid e na Fitur no stand da CIMRL.

Outras Ações

1. **Final Four Taça da Liga 2026** – coordenação da equipa do Município de Leiria afeta ao evento em estreita ligação com a Liga Portugal para a conclusão do projeto; Ações Principais: FanZone, Meeting points, Comedy Club, Ativações Visite Leiria e ÉDELEIRIA e Gestão Bares de Bancada;
2. **APECATE** – preparação do congresso a realizar em abril/maio em Leiria; Preparação do espaço do Castelo e respetivos fornecimentos.
3. **Gathering Supercars** – preparação do evento em conjunto com os organizadores e com as forças de segurança no planeamento global do evento em Leiria;
4. **Encontro PME Inovação** – realização de reuniões de preparação do evento com a COTEC, apoio logístico e contratação de fornecimento de serviços.
5. **Semana dos Moldes 2025** - realização de reuniões de preparação do evento com o CENTIMFE, apoio logístico e contratação de fornecimento de serviços.

DIVISÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ÀS FREGUESIAS

A Divisão de Apoio aos Órgãos Autárquicos e às Freguesias tem a seu cargo o serviço de atas da Câmara Municipal, a ligação com as freguesias e delegação de competências, entre outras.

Passaremos a apresentar, de forma sumária, a atividade desenvolvida no período em análise.

Atuação transversal do departamento

Neste período, no que se refere à atuação transversal do departamento, serão de destacar as seguintes atividades:

- Continuação dos trabalhos de revisão dos estudos de recursos subjacentes a alguns Contratos Interadministrativos;
- Desenvolvimento de trabalhos referentes à monitorização e discussão de melhorias no âmbito da Transferência de Competências e da Delegação de Competências;
- Desenvolvimento de trabalhos referentes à desagregação de freguesias;
- Trabalhos no âmbito da Comissão da Transparência e Integridade;

- Sessão pública de divulgação das propostas a votação no Teatro José Lúcio da Silva, sessão pública para divulgação dos resultados da votação no Museu de Leiria e avaliação e monitorização do Orçamento Participativo.

Serviço de Atas

O Serviço de Atas desenvolveu no período em análise o seu trabalho em torno das seguintes atividades:

SERVIÇO DE ATAS	
INDICADOR	RESULTADO
N.º de deliberações	282
N.º de atas aprovadas	7
N.º de reuniões ordinárias	7
N.º de reuniões extraordinárias	0
N.º de reuniões descentralizadas (*)	1
N.º de reuniões com possibilidade participação do público	3
N.º de reuniões com efetiva participação do público	1
N.º de intervenções do público	1
N.º de presenças do público	56
N.º de Ordens de Trabalho para sessões AM	2
(*) Reunião Câmara Aberta em Amor (12/01/2026)	

No âmbito do **serviço de atas** destaca-se ainda:

- O levantamento de apoios não financeiros atribuídos a diversas entidades;
- A anonimização de todos os dados pessoais presentes nos documentos referentes às reuniões de câmara publicados na área pública do site do Município de Leiria, em cumprimento do RGPD;
- A indicação do local das reuniões descentralizadas em 2026 no calendário já previamente aprovado a 31 de outubro para o mandato 2025-2029;
- A 3.ª edição do programa #CâmaraAberta.

Ligação com freguesias e delegação de competências

No período em análise foram desenvolvidas as seguintes atividades:

ÁREA	INDICADOR	RESULTADO
Transferência e delegação de competências	N.º deliberações/despachos de delegação de competências	0
	N.º deliberações/informações relativas a transferência de competências	4
	N.º comunicações DGAL - transferência de competências	1
Delegação de competências - contratos interadministrativos	N.º de procedimentos negociação iniciados	0
	N.º de novos contratos celebrados	0
	N.º de adendas/modificações celebradas	0
	N.º de relatórios de execução física e financeira analisados	81

N.º reuniões realizadas com executivo e gestores (*)	20
(*) Reuniões com Executivo e Freguesias/ Uniões de Freguesias	

Relativamente à Transferência de Competências foram assinados e comunicados à DGAL os Autos e os Acordos das Freguesias Desagregadas ao abrigo da Lei 25-A/ 2025: Carreira, Monte Redondo, Ortigosa e Souto da Carpalhosa.

No âmbito das **freguesias** destaca-se a realização de Reuniões Temáticas com Eleitos e Técnicos das Freguesias 2025-2026 sobre os temas:

TEMÁTICA	FREGUESIAS REPRESENTADAS	INSCRITOS	PARTICIPANTES	% FREQUÊNCIA
Governança Local: desafios jurídicos e responsabilidade pública	16	34	29	85%
Finanças Locais: fundamentos e boas práticas de gestão financeira	14	33	25	76%
Contratação Pública: regras, procedimentos e boas práticas	16	42	37	88%

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

Descrição e quantificação das ações de Fiscalização	
Processos Urbanismo	436
Atribuição de N.º de Polícia/Toponímia	84
Certidões	81
Licenciamento Zero	25
Publicidade	12
Autos de Participação/Notícia	9
Autos de Embargo/Remoção	2
Notificações	1
Reclamações/Queixas	147
Ambiente	16
Viaturas Abandonadas	36
Gestão de Combustíveis	159
TOTAL	1008

Resumo
Foram executadas cerca de 1210 ações de fiscalização para informar os 1008 processos acima discriminados
Mais de 100 ações de fiscalização realizadas no seguimento da depressão kristin

DIVISÃO DE AUDITORIA E GESTÃO DE RISCO

Durante o período em análise, as ações mais relevantes desenvolvidas pela Divisão de Auditoria e Gestão de Risco (DIAGR) foram as seguintes:

- Cumprimento das obrigações legais resultantes do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, incluindo:
 - Comunicação mensal ao Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) do quadro de acompanhamento dos instrumentos do RGPC, em conformidade com a Recomendação n.º 7/2024, de 24 de abril;

- Acompanhamento contínuo da implementação e monitorização dos instrumentos de prevenção da corrupção e infrações conexas.
- Prossecução do procedimento de revisão da Norma de Controlo Interno (NCI), incluindo:
 - Reestruturação da Norma em função das áreas de atividade identificadas no Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (PPRG);
 - Desenvolvimento faseado de procedimentos específicos de controlo interno, adequada a cada área de atividade, com vista ao reforço da fiabilidade, eficiência e transparência dos processos internos.
- Elaboração de ação de diagnóstico, a solicitação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, compreendendo a avaliação do impacto económico e procedimental associado, bem como a identificação de riscos e constrangimentos relevantes;
- Preparação e concretização de ação de formação dirigida aos eleitos e técnicos das Juntas de Freguesia,
- Preparação da avaliação do Programa de Ética e Prevenção da Corrupção 2025-2026 e elaboração da nova versão do Programa para os anos subsequentes;
- Avaliação da atividade desenvolvida no ano de 2025, com a consequente elaboração do relatório anual, e planeamento das atividades para o ano de 2026, incluindo a aprovação do Plano de Auditoria Interna do Município de Leiria.
- Prestação de apoio técnico-jurídico permanente às Unidades Orgânicas, em matérias relacionadas com auditoria interna, gestão de risco, controlo interno, ética e conformidade legal.
- Desenvolvimento de outras ações de natureza operacional, necessárias ao regular funcionamento da Divisão, ainda que com impacto mais circunscrito na gestão pública municipal.

DEPARTAMENTO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E GESTÃO DE PESSOAS**DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA**

Durante o período em análise foram desenvolvidas e consolidadas várias iniciativas na área dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), transformação digital e apoio técnico ao território, com impacto direto na articulação com juntas de freguesia, serviços municipais e municípios.

Principais atividades desenvolvidas:

1. Criação de formulários digitais para submissão de:
 - a. Contratos Interadministrativos e lotes de pavimentação pelas juntas de freguesia.
 - b. Ações dos primeiros 100 dias de mandato.
2. Desenvolvimento de uma aplicação com *dashboards* para consulta dos dados inseridos em 2025 e 2026.
3. Plataformas colaborativas e aplicações
 - a. Implementação de um portal colaborativo entre a Câmara municipal e os SMAS
 - b. Aplicação móvel para localização e caracterização de pontes e viadutos, destinada às juntas de freguesia, incluindo formação para sua utilização.
4. Produção e análise cartográfica

- a. Produção de mapas individuais das freguesias com a marcação das pontes, viadutos e passagens hidráulicas, para acompanhamento das visitas técnicas às freguesias, solicitado pelo Vereador José Cunha.
 - b. Produção de mapas da COS (carta de ocupação do solo) e imagens de satélite Sentinel-2 para o território da antiga freguesia dos Marrazes, para inclusão em estudo e monografia desta freguesia.
 - c. Produção de mapas com análise geográfica e cálculos sobre as copas e implantação das áreas de povoamento dos sobreiros existentes no espaço público do Parque Empresarial de Monte Redondo.
5. Gestão e tratamento de dados territoriais
- a. Descarregamento e organização das bases de dados da temática LIDAR (*Light Detection and Ranging*) que consistem em ficheiros com modelos digitais de terreno e conjuntos de nuvens de pontos altimétricos, disponibilizados pela Direção Geral do Território para a área do município de Leiria no âmbito do PRR e do SGIFR - Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.
 - b. Compatibilização dos levantamentos topográficos com o sistema de coordenadas oficial em uso no município e conforme as normas da DGT. Transformação de coordenadas e alteração dos sistemas de referência para (PT-TM06/ETRS89) e garantida a inserção georreferenciada da informação geográfica dos processos de obras, recebidos no serviço de cadastro.
6. Divulgação e cooperação institucional
- a. Sessão de divulgação da tecnologia SIG o seu uso no município e a aplicação na monitorização dos Incêndios no âmbito do projeto europeu Erasmus + "Teens Climate Change Challenge Accepted" para alunos do ensino secundário oriundos da Estónia, Itália, Turquia e dos alunos da EB123 de Santa Catarina da Serra.
 - b. Acompanhamento de visita dos alunos no Pinhal de Leiria e na Lagoa da Ervideira com professores deste agrupamento escolar e em colaboração com militares da GNR e de técnicos do ICNF.
 - c. Acompanhamento dos trabalhos da ESRI em colaboração com a DIEV e DEGU.
 - d. Apoio técnico externo aos técnicos projetistas e de topografia às solicitações recebidos na caixa de correio electrónico "levtop@cm-leiria".
 - e. Apoio técnico telefónico aos munícipes, técnicos projetistas e às juntas de freguesia, na consulta à informação geográfica disponibilizada online no Portal Geográfico de Leiria, principalmente na emissão de plantas de localização e de plantas do PDM.

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
Recrutamento:

- Foi efetuado o acolhimento dos trabalhadores e demais procedimentos relativos à contratação por tempo indeterminado de 25 assistentes operacionais da área de ação educativa e 8 assistentes técnicos, bem como à contratação por tempo determinado de 1 técnico superior da área de psicologia, com recurso a reservas de recrutamento.
- Foi efetuado o acolhimento de 3 bombeiros sapadores que iniciaram funções em regime de mobilidade interna na categoria, na sequência de prévio procedimento de seleção.
- Foram efetuados os procedimentos relativos à designação de trabalhadores para integrarem o Gabinete de Apoio à Presidência (1 Adjunto) e o Gabinete de Apoio à Vereação (1 Adjunto).
- Na sequência da aprovação da nova Estrutura Orgânica dos Serviços do Município de Leiria, que entrou em vigor no dia 01 de janeiro de 2026, foram efetuados os procedimentos destinadas a garantir adequado enquadramento das funções de direção, coordenação e controlo das unidades orgânicas que integram os novos serviços do Município de Leiria, designadamente a designação de 12 Diretores de Departamento, 24 Chefes de Divisão e 5 Chefes de Unidade.
- Através do despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, por acumulação de 8 pontos nas avaliações de desempenho, foi reconhecido o direito dos trabalhadores a alterarem o seu posicionamento remuneratório na carreira e categoria de origem, ao abrigo do disposto n.º 7 do art.º 156 da LGTFP na sua redação atual (alteração obrigatória do posicionamento remuneratório), tendo sido pagos os retroativos devidos, com efeitos ao dia 01/01/2025;
- Foi, ainda, implementado o acelerador de carreiras previsto no Decreto-Lei n.º 75/2023, de 27 de agosto, aos trabalhadores seguintes que detinham 6 pontos, e reuniam os requisitos necessários, 18 anos de serviço na carreira, até ao dia 30 de agosto de 2023. Foram pagos os respetivos retroativos com efeitos ao dia 1 de janeiro de 2025;
- Foram analisados os requerimentos de abono de família apresentados pelos trabalhadores da Caixa Geral de Aposentações, tendo sido calculados os escalões de cada um e atualizados os montantes pecuniários.

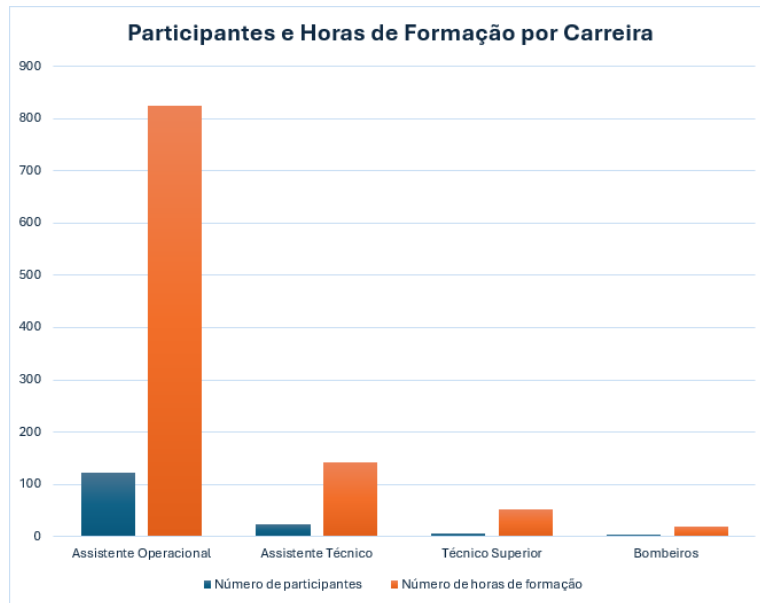
No âmbito do Gabinete do Trabalhador:

- Procedimentos inerentes ao acompanhamento de 10 acidentes de trabalho participados;
- 9 doenças profissionais qualificadas pelo Departamento de Proteção contra os riscos profissionais do ISS;
- Realização de ações de acolhimento e sensibilização no âmbito da segurança e saúde no trabalho aos novos trabalhadores (recrutamento) nos dias 3.11.2025 (17 trabalhadores abrangidos) e 2.12.2025 (20 trabalhadores abrangidos);
- No âmbito da Saúde Ocupacional foram realizadas as consultas/exames identificadas no quadro seguinte:

N.º consultas médicas periódicas	N.º consultas médicas admissão	N.º consultas ocasionais	N.º consultas de apoio psicossocial	N.º consultas aconselhamento alimentar	N.º Consultas de Medicina Curativa
336	37	7	26	42	18

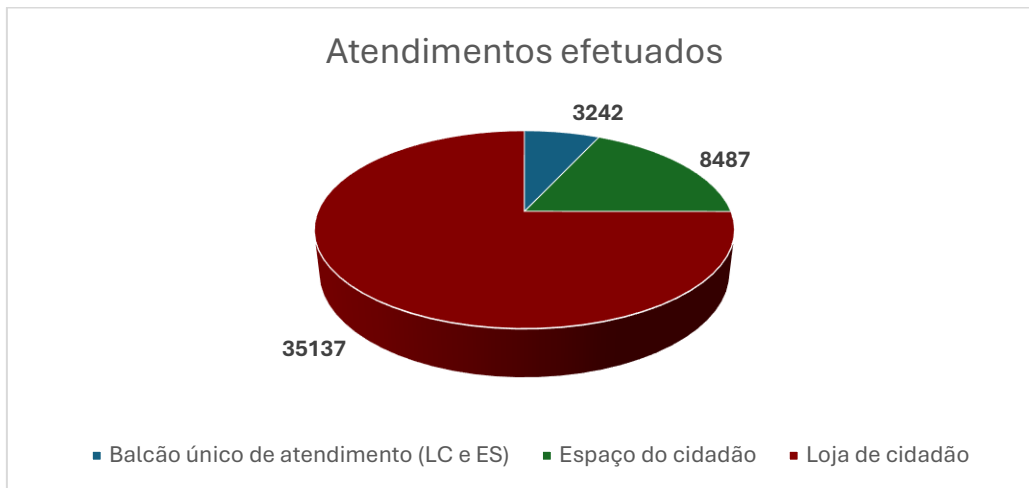
Gestão de carreiras:

Com referência à formação profissional, junto se remete gráfico com a informação de ações de formação realizadas:

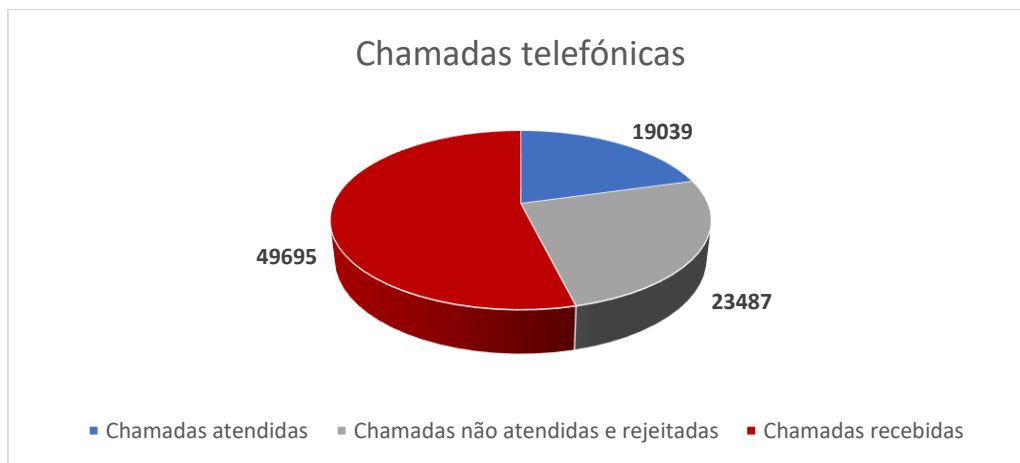


DIVISÃO DE ATENDIMENTO E APOIO AO CIDADÃO

Atendimento presencial

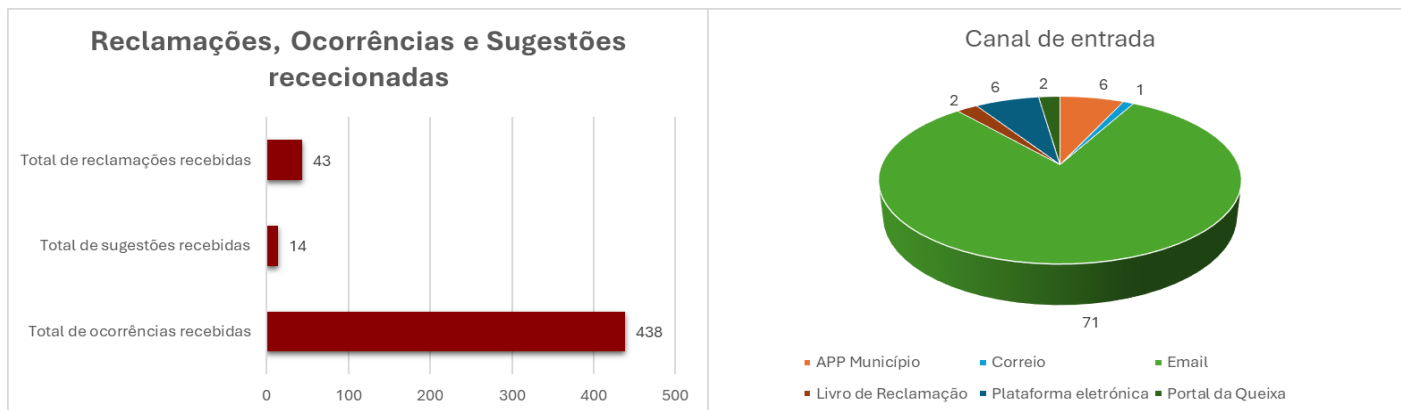


Atendimento de chamadas telefónicas



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

Gestão de reclamações, exposições, ocorrências e sugestões



Receção e expedição de correspondência

Para além da recção e distribuição de correspondência, foram expedidos **3.642** envelopes.

Classificação e registo de documentos

Correio eletrónico	Correio papel	Plataformas eletrónicas	Telefone	Documentos internos	Total
3.776	506	585	1	164	5.033

Modernização Administrativa

Desmaterialização e melhoria na tramitação de processos internos.

Documentos Internos	Formulários internos	Modelos internos	Requerimentos	Modelos externos	Circuitos	Grupos	Instruções de trabalho
Normalização		106	97	195	108	121	

Criação/ implementação	1	1		15	4	266	1
---------------------------	---	---	--	----	---	-----	---

Modelos Implementados e disponibilizados nos Serviços Online:

- Apoio à Medicação (ACS)
- Apoio ao Arrendamento Social (ACS)
- Teleassistência (ACS)
- Creche para todos (ACS)
- Ajudas Técnicas (ACS)
- Apoio Táxi Social 65+
- Isenção Taxas de estacionamento
- Responsabilidade civil extracontratual
- Inscrição ProLeiria
- Inscrição ProLeiria Coesão Social
- Pedido de auxílio ProLeiria
- Relatório de execução financeira Segurança ao Comércio
- Relatório de execução financeira Segurança ao Comércio - junção de elementos
- FMES (ACS)
- Avença de Parques

Apoio aos serviços

E-mail simplifica@cm-leiria.pt/suportespo@cm-leiria.pt - foram respondidos ou fechados **1753** pedidos.

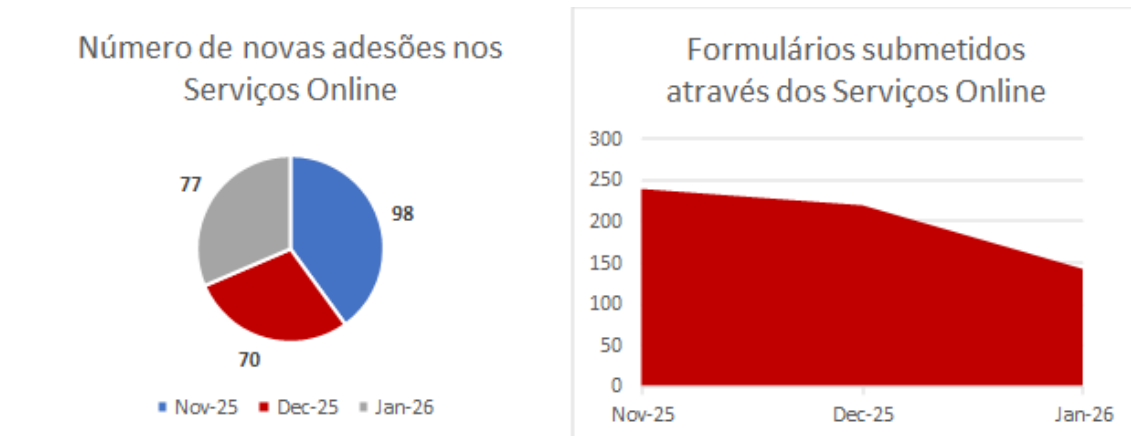


2. Desenvolvidos **8** processos de concurso.
3. Elaboradas **22** requisições de procedimentos ativos para o ano 2026.
4. Análise, preparação de informações relativo ao pedido de apoio financeiro à Associação das Obras Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Leiria (Pro Leiria), no âmbito do magusto e da época natalícia 2025 (festas-convívio e cabaz de Natal) e verificação do relatório de execução física e financeira;
5. Elaboração do Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços do Município de Leiria;
6. Elaboração do Organograma para a nova estrutura;
7. Apoio na recolha e tratamento de informação para o despacho de afetação de trabalhadores;
8. Criação e Atualização das páginas das Eleições – Presidenciais 2026;

9. Preparação de apresentação dos requisitos para instalação de Espaços Cidadão nas juntas/união de freguesias;
10. Análise, conferência e discussão da faturação da Culligan.

Serviços Online

O número de adesões aos SO, mantém-se estável, mas em relação aos formulários submetidos houve uma ligeira quebra, que também esteve relacionada com a substituição dos servidores e com os procedimentos da passagem de ano, que manteve os SO desativados durante algumas semanas, conforme se pode constatar nos gráficos seguintes:



2.6 Diretório de serviços

No diretório de serviços foram criados 89 modelos, carregados e validados na plataforma 36 modelos.

UNIDADE DE ARQUIVO MUNICIPAL

Unidade de Arquivo Municipal (UNAM)

Atividades desenvolvidas

Funções	Informatização de processos	Digitalizações	N.º total de pedidos	Consultas online	Consultas presenciais
Processos	5.489	1.065	2.379	1.894	485
Imagens		14.932			

Acesso online ao site do Arquivo Municipal

Utilizadores	35.970
Sessões	36.997
Visualizações	145.800
Distribuição geográfica	117 países

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS E INOVAÇÃO

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFRAESTRUTURAS DIGITAIS

1- Considerações Gerais - Principais Atividades desenvolvidas

O Departamento de Tecnologias Digitais e Inovação assegura a definição e execução da estratégia municipal de tecnologias de informação, promovendo a transformação digital, a inovação, a segurança e a interoperabilidade dos sistemas e serviços municipais. Compete-lhe garantir a gestão integrada das infraestruturas tecnológicas, aplicações e dados, assegurando a fiabilidade, eficiência e sustentabilidade dos recursos digitais. A Divisão de Segurança e Infraestruturas Digitais é responsável pela gestão,

manutenção e segurança das infraestruturas tecnológicas, redes e sistemas centrais. A Divisão de Sistemas de Informação e Aplicações desenvolve, integra e gere os sistemas aplicativos, assegurando o suporte aos utilizadores, a qualidade da informação e o apoio à decisão. Em conjunto, promovem a modernização administrativa, a desmaterialização de processos e a oferta de serviços digitais ao cidadão.

2 - Departamento de Tecnologias Digitais e Inovação

Procedimentos de contratação

- Concurso renovação de licenciamento *Medidata* e *AIRC*;
- Concurso para a renovação do *software* de gestão de Risco;
- Concurso para renovação do alojamento, suporte e manutenção da aplicação - *SBI Metrology*;
- Adenda contrato *Neyond*, serviço RPA's do Município de Leiria;
- Adenda contrato com a *Konica Minolta*, para o incremento de quatro impressoras departamentais;
- Renovação do *software SSGIP* para o Gabinete de Inserção Profissional;
- Renovação do *software wireGuide* - Serviço de diretórios;

Apoio e participação em projetos transversais

- Plataformas de denúncia;
- Plataforma de gestão de ocorrências;
- Serviços ao Cidadão;
- Modernização Administrativa;
- Apoio em diversas plataformas e *sites* para gestão diversa;
- Apoio à análise de projetos ITED de obras municipais;
- Preparação e participação nas reuniões da Assembleia Municipal e de Câmara;
- Orçamento Participativo;
- Cartão Municipal;
- Ações de intervenção relacionadas com a depressão Kristin;

Planeamento, reporte e articulação institucional

- Elaboração e consolidação de relatórios periódicos de atividades do Departamento;
- Participação em reuniões técnicas e estratégicas, assegurando a articulação institucional;
- Contributo para o alinhamento das soluções aplicativos com os objetivos de transformação digital e modernização administrativa do Município de Leiria.

3 - Divisão de Segurança e Infraestruturas Digitais

Gestão de *datacenters* e infraestruturas centrais

- Manutenção de máquinas virtuais, servidores e sistemas operativos, garantindo atualizações regulares de segurança;
- Gestão de *backups*, espaço de armazenamento, *firewalls*, *routers* e continuidade dos serviços tecnológicos;
- Migração de infraestruturas de servidores associadas a vários equipamentos e serviços municipais, numa perspetiva de melhoria contínua e atualização tecnológica.

Redes, comunicações e conectividade

- Gestão das centrais telefónicas, comunicações fixas e móveis, acessos à Internet, *M2M*, *VPN's*, *IPs* públicos e *DNS*;
- Implementação e planeamento do alargamento das comunicações (*internet*, *voz IP* e cablagem estruturada) a escolas, espaços do cidadão e edifícios municipais;
- Configuração, instalação e manutenção de equipamentos ativos de rede (*switches*).

Infraestruturação de espaços municipais

- Manutenção de bastidores, redes cabladas e redes *wireless*;
- Desenvolvimento de projetos de infraestruturação tecnológica em diversos edifícios e equipamentos municipais;
- Realização de levantamentos técnicos de infraestruturas de rede em múltiplos locais.

Segurança da informação e sensibilização de utilizadores

- Monitorização contínua de sistemas, redes, antivírus, *firewalls* e *VPN's*;
- Implementação e acompanhamento das medidas decorrentes do Decreto-Lei n.º 65/2021 (Cibersegurança);
- Auditorias técnicas, reforço de políticas de *passwords* e *compliance*, controlo de acessos físicos e utilização de ferramentas de gestão centralizada do parque informático;
- Desenvolvimento de ações de sensibilização sobre boas práticas de segurança da informação, proteção de contas e utilização adequada dos recursos digitais;
- Análise e mitigação de incidentes de segurança, nomeadamente relacionados com *phishing* e outras formas de fraude informática;
- Articulação com as políticas municipais de segurança e cumprimento dos normativos legais aplicáveis.

Redes *wireless* e videovigilância

- Gestão e reforço das redes *wireless* públicas, *WiFi4EU* (27 antenas) e redes *wireless's* privadas municipais (cerca de 150 antenas, distribuídas pelos vários edifícios Municipais);
- Gestão dos sistemas de videovigilância municipais e planeamento da sua modernização.

Procedimentos de contratação infraestrutural

- Apoio à gestão de concursos e aquisições relacionadas com comunicações, *hardware* de redes, fibras óticas, alojamento e manutenção de sistemas de suporte infraestrutural da responsabilidade do Departamento de Tecnologias Digitais e Inovação e de outros Departamentos em matérias relacionadas com a área de atuação tecnológica.

4 - Divisão de Sistemas de Informação e Aplicações**Suporte a utilizadores a apoio operacional**

- Encerramento de 2452 pedidos de suporte registados através do serviço de suporte;

- Prestação contínua de suporte técnico aos utilizadores, assegurando a resolução de pedidos relacionados com aplicações corporativas, ferramentas de produtividade e equipamentos informáticos;
- Apoio na organização, otimização e reestruturação de caixas de correio eletrónico e objetos da AD;
- Realização de intervenções técnicas locais e remotas, garantindo a continuidade operacional dos serviços municipais.

Formação, capacitação e apoio funcional

- Apoio funcional e formativo aos serviços municipais na utilização das aplicações de gestão autárquica;
- Promoção da correta utilização dos sistemas e contributo para a desmaterialização de processos e modernização administrativa;
- Apoio às áreas de contraordenações, financeira, recursos humanos, ação social e obras municipais.

Gestão aplicacional e continuidade dos sistemas

- Gestão, manutenção e acompanhamento das aplicações municipais, com especial enfoque na transição anual das plataformas AIRC, ERP, MyNet e SPO;
- Articulação com fornecedores e serviços internos para execução, validação e acompanhamento de procedimentos técnicos críticos;
- Monitorização da estabilidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de informação;
- Apoio à gestão das políticas de segurança aplicacional e sensibilização de utilizadores.

Gestão do parque informático e apoio a estabelecimentos de ensino

- Gestão, acompanhamento e manutenção do parque informático afeto aos utilizadores finais;
- Instalação e substituição de equipamentos informáticos;
- Apoio técnico aos estabelecimentos de ensino, incluindo acompanhamento de pedidos e incidentes reportados através das plataformas existentes.

Procedimentos de contratação aplicacional

- Apoio à gestão de procedimentos concursais relacionados com licenciamento de *software* aplicacional, plataformas digitais, soluções de inteligência artificial e ferramentas de produtividade infraestrutural da responsabilidade do Departamento de Tecnologias Digitais e Inovação e de outros Departamentos em matérias relacionadas com a área de atuação tecnológica.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

O presente Relatório de Atividades visa dar cumprimento ao dever de reporte à Assembleia Municipal, apresentando a atividade desenvolvida pelo Departamento Financeiro e respetivas divisões no período em referência, nos termos da estrutura orgânica vigente.

O Departamento Financeiro integra as seguintes unidades orgânicas:

- Divisão de Contabilidade e Gestão Financeira;
- Divisão de Controlo da Receita;
- Divisão de Património Municipal.

A atividade desenvolvida encontra-se sistematizada por divisão, evidenciando-se as principais ações e indicadores do período.

Considerações Finais

O Departamento Financeiro desenvolveu, no período em análise, as competências que lhe estão atribuídas no âmbito da estrutura orgânica vigente, assegurando a regularidade e o acompanhamento das áreas financeira, patrimonial e de controlo da receita.

Prosseguirá a consolidação dos procedimentos e a monitorização da atividade, em articulação com os serviços municipais.

DIVISÃO DE CONTABILIDADE E GESTÃO FINANCEIRA

No período em análise, a Divisão de Contabilidade e Gestão Financeira (anterior Divisão Financeira) assegurou o normal funcionamento dos circuitos contabilísticos e o cumprimento das obrigações legais em matéria de registo e reporte financeiro, bem como o apoio técnico-financeiro à gestão municipal.

Sem prejuízo da informação detalhada constante do Relatório Financeiro elaborado autonomamente, a atividade da Divisão incidiu, designadamente, na validação e acompanhamento dos registos contabilísticos, na articulação com a Tesouraria Municipal e no apoio técnico aos restantes serviços.

DIVISÃO DE CONTROLO E RECEITA

Enquadramento da atividade desenvolvida

A Divisão de Controlo da Receita, criada no âmbito da nova estrutura orgânica e em funcionamento desde 1 de janeiro de 2026, desenvolveu atividade no domínio da emissão e acompanhamento administrativo da receita municipal, assegurando a emissão de documentos de receita, designadamente faturas, anulações, estornos e declarações de não dívida.

Paralelamente, foram iniciados trabalhos preliminares com vista à definição de um modelo de controlo da receita municipal, designadamente no que respeita à identificação dos elementos essenciais a constar nos documentos de receita e ao levantamento dos prazos de vencimento aplicáveis às diferentes tipologias de receita, encontrando-se este processo ainda em fase inicial de desenvolvimento.

No mesmo período, a Divisão assegurou ainda a instrução, tramitação e acompanhamento dos processos de execução fiscal, nos termos legalmente previstos.

Indicadores do período

Área	Indicador	Resultado
Emissão e Gestão da Receita	N.º de documentos de receita relativos a transferências correntes e de capital emitidos	37
	Valor total das transferências correntes e de capital emitidas (€)	9 446 017,84 €
	N.º de documentos de receita relativos a rendas e concessões emitidos	40
	Valor total das rendas e concessões emitidas (€)	58 098,31 €
	N.º de anulações emitidas	3
	Valor total das anulações emitidas (€)	2 031,12 €
	N.º de anulações conferidas (emitidas pelos restantes serviços)	2
	Valor total das anulações conferidas (€) (emitidas pelos restantes serviços)	3 117,80 €
	N.º de estornos à receita emitidos	5
	Valor total dos estornos emitidos (€) (*)	67 978,92 €
	N.º de declarações de não dívida emitidas	147
Execuções Fiscais	N.º de processos de execução fiscal em curso (final do período)	13.839
	N.º de processos extintos (**)	86
	N.º de processos extintos por pagamento	86
	Valor total cobrado (€) (***)	2 226,88 €

(*) Parte significativa do montante de estornos registado no período decorreu do apuramento dos impostos diretos relativos a dezembro de 2025, correspondendo à regularização dos valores inicialmente emitidos face ao montante líquido efetivamente transferido pela Autoridade Tributária, após dedução de reembolsos e encargos de liquidação e cobrança.

(**) No período em análise, a totalidade dos processos extintos correspondeu a extinções por pagamento.

(***) O valor apresentado corresponde ao montante contabilizado no período, sendo que os pagamentos parciais referentes a processos instaurados pela AT apenas são refletidos quando o processo se encontra totalmente extinto por pagamento.

DIVISÃO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL
Enquadramento da atividade desenvolvida

No período em análise, a Divisão de Património Municipal assegurou a gestão, inventariação e acompanhamento do património municipal, promovendo os atos administrativos e procedimentais inerentes à aquisição, alienação, oneração e regularização de bens móveis e imóveis.

A atividade desenvolvida incidiu, designadamente, na atualização do inventário municipal, na tramitação de procedimentos de aquisição e alienação, na formalização de contratos de utilização de imóveis municipais e na regularização jurídico-patrimonial.

Indicadores do período

Área	Indicador	Resultado
Inventário geral	N.º total de bens inventariados	4646
	Valor total inventariado (€)	564 227 168,27 €
	N.º total autos de abate	10
Bens móveis – inventariação	N.º de bens móveis inventariados	4633
	Valor total dos bens móveis inventariados (€)	2 690 031,14 €
Bens imóveis – inventariação	N.º total de bens imóveis inventariados	13
	Valor total dos bens imóveis inventariados (€)	561 537 137,13 €
	N.º total de escrituras	3
	N.º de desafetações do Domínio Público	2
	Valor das desafetações do Domínio Público (€)	0,00 €
Imóveis – aquisições	N.º de imóveis adquiridos	3
	Valor dos imóveis adquiridos (€)	558 144 419,14 €
Imóveis – onerações – direitos de superfície	N.º de novos imóveis cedidos	1
	Valor contabilístico dos novos imóveis cedidos (€)	305 730,00 €
	N.º de escrituras de reversão	0
Imóveis – onerações – comodatos	N.º de novos imóveis cedidos	0
	Valor contabilístico dos novos imóveis cedidos (€)	0,00 €
	N.º de contratos extintos	0
Imóveis – onerações – arrendamentos/concessões	N.º de novos contratos de arrendamento/concessão	0
	Valor rendas emitido (€) (*)	127 297,58 €
Imóveis – alienações	N.º de imóveis alienados	1
	Valor dos imóveis alienados (€)	1 000,49 €
Procedimentos	N.º total de procedimentos tramitados	0
	N.º de novos contratos celebrados	0

(*) Indicador reportado até 31 de dezembro de 2025, tendo a competência transitado para a Divisão de Controlo da Receita (DICR) a partir de 1 de janeiro de 2026, no âmbito da nova estrutura orgânica.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DIVISÃO JURÍDICA E DE CONTENCIOSO

Passaremos a expor, embora de forma sumária, as atividades desenvolvidas, no período em análise, pelos serviços do Departamento Jurídico:

ÁREA	INDICADOR	RESULTADO
Pareceres	N.º de pareceres emitidos	17
	N.º minutas preparadas a pedido dos serviços	7
Regulamentos	N.º total procedimentos iniciados	0
	N.º de procedimentos elaboração iniciados	5
	N.º de procedimentos alteração/revisão iniciados	0
	N.º total procedimentos transitados	13
	N.º total procedimentos concluídos	3
Responsabilidade civil extracontratual	N.º de processo em curso	136
	N.º de processos concluídos	5
	N.º de processos desertos	0
	N.º de processos indeferidos	1
	N.º de processos deferidos	4
	Valor de indemnizações pagas pela seguradora	828,44€
Danos em património municipal	N.º de processo em curso	33
	N.º de processos concluídos	3
	Valor de indemnizações pagas ao ML	9.562,00€
Contraordenações gerais	N.º de processo em instrução	14
	N.º de processos com decisão	0
	N.º de Execuções judiciais	0
	N.º Impugnações judiciais	0
	Valor cobrado	0
Contraordenações ambientais	N.º de processo em instrução	8
	N.º de processos com decisão	0
	N.º de Execuções judiciais	0
	N.º Impugnações judiciais	0
	Valor cobrado	0
Contraordenações económicas	N.º de processo em instrução	12
	N.º de processos com decisão	0
	N.º de Execuções judiciais	0
	N.º Impugnações judiciais	0
	Valor cobrado	0

Contraordenações rodoviárias	N.º de processo em instrução	2773
	N.º de processos com decisão	607
	N.º de Execuções judiciais	2
	N.º Impugnações judiciais	2
	Valor arrecadado	16.341,93€
Execuções fiscais	N.º de processos em curso	13.839
	N.º de processos extintos	10.305
	N.º de processos pagos	484
	Valor cobrado	13.312,72€
Processos contencioso	N.º TOTAL de processos em curso	96
	N.º de processos em curso demandados pelo ML	38
	N.º de processos em curso demandados contra o ML	58
	N.º de novos processos	1
	N.º de processos concluídos	1
	N.º de processos concluídos com decisão favorável	1
	N.º de processos concluídos com decisão desfavorável	0

No âmbito da Jurídica, neste período, destaca-se:

- Três processos de inquérito, tendo-se verificado a conclusão de um;
- Despachos e respetiva publicação da Delegação de Competências nos Vereadores e de alguns Dirigentes.

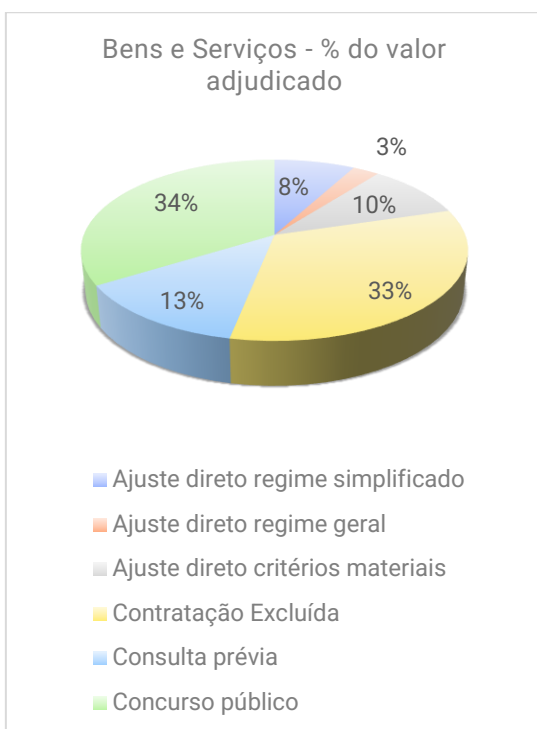
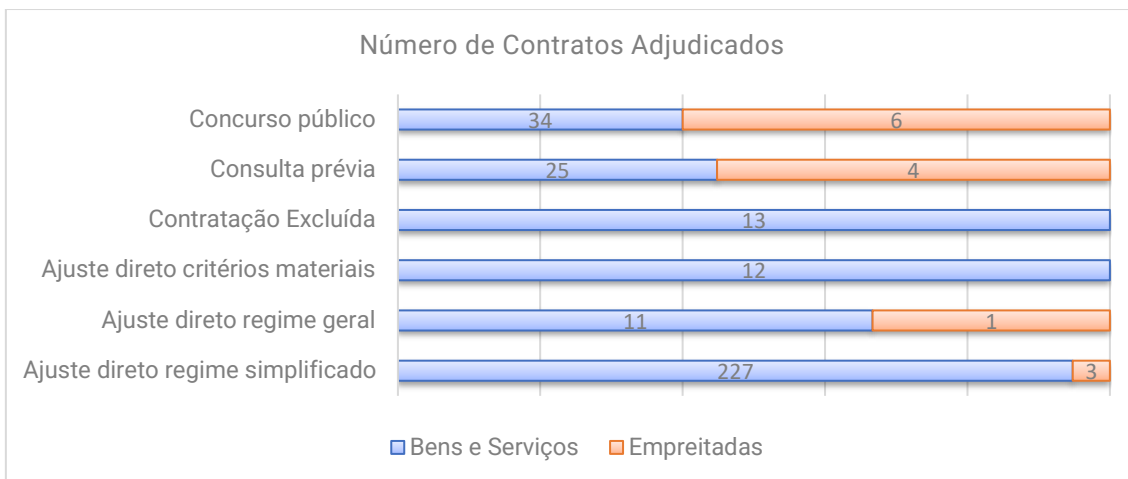
DEPARTAMENTO DE COMPRAS PÚBLICAS

DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No período a que se refere o presente relatório, a Divisão de Contratação Pública desenvolveu a sua ação procedendo à realização de procedimentos administrativos de contratação, no âmbito dos quais resultou:

- Prestação de informações técnicas, na sequência de pedidos de apoio realizados pelas unidades orgânicas em relação a procedimentos de contratação a iniciar e ou em instrução – 17 Informações;
- A **adjudicação** de 336 contratos, no valor global de **€7.025.260,32**;
- A tramitação, **em curso**, de **39** procedimentos, cujo preço base total dos mesmos é de **€23.015.370,32**.

Os gráficos seguintes ilustram, sucintamente, a atividade registada ao nível dos procedimentos de contratação adjudicados, por tipo de procedimento e por tipologia de contrato:



De destacar, ainda, os seguintes indicadores:

- As adjudicações de **bens e serviços** totalizaram **€4.641.225,11**, representando 66% do valor total adjudicado, predominando sobre as **empreitadas**, que totalizaram **€2.384.035,21**;
- Em termos de quantidades do total de contratos adjudicados, a maioria (68%) diz respeito a **ajustes diretos regime simplificado** (230 contratos).

Ao abrigo de ajuste direto por critérios materiais foram adjudicados 12 contratos, conforme tabela abaixo:

Nome Fornecedor	Objeto	Valor
IMPRESA PUBLISHING, S.A.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 153/2025/DICP - Contratação de serviços para a realização da gala do Prémios do Imobiliário 2025, a realizar em Leiria	€60.000,00
ECOFORTUNATO, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 173/2025/DICP - Contratação de serviços de piquete de resposta rápida para recolha de águas e resíduos do interior de contentorização em profundidade para resíduos urbanos no concelho de Leiria, na modalidade de prestação de serviços contínua	€10.920,00
CHEILA MARIZA SANTOS SANTANA RIBEIRO	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 179/2025/DICP - Contratação de prestação de serviços de criação e representação de espetáculo "A Fada Neva e o Elfo Nevão Rezingão"	€7.302,72
RUBEN JOSÉ JACINTO MILHEIRAS	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 178/2025/DICP - Contratação de prestação de serviços de criação e representação de espetáculo "A Fada Neva e o Elfo Nevão Rezingão"	€7.133,90
AIRC - ASSOCIAÇÃO DE INFORMÁTICA DA REGIÃO CE	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 174/2025/DICP - Renovação e ampliação do contrato de manutenção das aplicações universo AIRC	€46.386,00
PREVENTECH SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LDA	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 169/2025/DICP - Renovação de Licenças de Software para Gestão de Emergências no CMOS	€96.210,00
MEDIDATA - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA AUTARQUIAS, S.A.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 180/2025/DICP - Renovação e ampliação do contrato de manutenção das aplicações universo Medidata	€94.184,49
PALAVRAS DE SOBRA - ASSOCIAÇÃO DE ARTES	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 181/2025/DICP - Contratação de serviços de encenação e apresentação de peça teatral inserida na iniciativa do Município "Amassar o Pão" - conversas sobre gastronomia da região de Leiria	€600,00
ELENCO PRODUÇÕES, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 185/2025/DICP - Contratação de espetáculos infantis, no âmbito do Leiria Natal 2025	€7.000,00
AMERICO MONTEIRO ESTUDIOS DE GRAVAÇÃO AUDIO E VIDEO, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 188/2025/DICP - Contratação de serviços de produção de programa televisivo "Domingão", no âmbito do Leiria Natal 2025	€11.500,00
ATMOSENSATION, UNIPESSOAL, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 189/2025/DICP - Contratação de prestação de serviços de atuação musical no âmbito do evento Passagem de Ano 2025/2026	€74.770,00
GERAÇÃO DE DESAFIOS, LDA.	Ajuste Direto Critérios Materiais n.º 193/2025/DICP - Prestação de serviços para a promoção da marca VISITE LEIRIA no campeonato W2RC 2026	€39.980,00

No que diz respeito ao valor, destacam-se as adjudicações a seguir apresentadas, que correspondem a 32% do montante total adjudicado (€7.025.260,32):

Valor Adjudicado	Procedimento
€782.000,00	Contratação Excluída n.º 11/2025/DICP - Atribuição de subsídios à exploração e à programação ao Teatro José Lúcio da Silva, E.M., S.A., para o ano de 2026
€537.000,00	Concurso Público n.º 146/2025/DICP – T-53/2024 - Estabilização e valorização do Abrigo do Lagar Velho (ALV) – U.F. de Santa Eufémia e Boavista
€486.155,12	Concurso Público n.º 95/2025/DICP – T-03/2025 - Requalificação e beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 5
€432.000,00	Concurso Público n.º 139/2025/DICP – T-85/2022 - Requalificação de Rede de Águas Pluviais e de várias Ruas em São Romão – Fase 1 - Leiria

No mesmo período, foram ainda submetidos a fiscalização concomitante do Tribunal de Contas, os contratos respeitantes aos trabalhos complementares dos seguintes procedimentos:

- Concurso Público n.º 104/2024/DICP - T-124/2020 - Construção da Escola Básica Integrada (EBI) S. Romão – Leiria;

- Concurso Público n.º 45/2024/DICP - T-57/2018 - Construção de Rotunda na E.N. 242 (Variante da Barosa);
- Concurso Público n.º 8/2025/DICP - T-10/2021 - Construção de um espaço de utilização coletiva com estacionamento junto à Rotunda D. Dinis - Leiria;
- Concurso Público n.º 119/2023/DICP - T-67/2023 - Fase 1 - Execução das Infraestruturas para o Parque Empresarial de Monte Redondo, Leiria.

No período em análise, o Tribunal de Contas procedeu à aposição de visto a contratos anteriormente remetidos a fiscalização prévia, nos seguintes procedimentos:

- Concurso Público n.º 28/2025/DICP - T-42/2023 - Requalificação e beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria - Lote 1, contrato n.º 293/2025, celebrado entre o Município de Leiria e a entidade Azinheiro 1929 - Engenharia, S.A., visado na sua sessão diária de visto de 05/11/2025;
- Concurso Público n.º 59/2025/DICP - T-82/2024 - Conservação e manutenção de vias municipais no Concelho de Leiria 25/27, contrato n.º 232/2025, celebrado entre o Município de Leiria e a entidade Construções J.J.R. & Filhos, S.A., visado na sua sessão diária de visto de 10/11/2025;
- Concurso Público n.º 66/2025/DICP - T-03/2025 - Requalificação e beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria – Lote 4, contrato n.º 315/2025, celebrado entre o Município de Leiria e a entidade Matos & Neves, Lda., visado na sua sessão diária de visto de 26/11/2025;
- Concurso Público n.º 66/2025/DICP - T-03/2025 - Requalificação e beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria – Lote 8, contrato n.º 316/2025, celebrado entre o Município de Leiria e a entidade Manuel da Conceição Antunes - Construções e Obras Públicas, S.A., visado na sua sessão diária de visto de 26/11/2025;
- Concurso Público n.º 66/2025/DICP - T-03/2025 - Requalificação e beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria – Lote 14, contrato n.º 317/2025, celebrado entre o Município de Leiria e a entidade Matos & Neves, Lda., visado na sua sessão diária de visto de 26/11/2025;
- Concurso Público n.º 66/2025/DICP - T-03/2025 - Requalificação e beneficiação de diversos arruamentos no Concelho de Leiria – Lote 15, contrato n.º 318/2025, celebrado entre o Município de Leiria e a entidade Construções Vieira Mendes, Lda., visado na sua sessão diária de visto de 26/11/2025.

Neste período, foram apresentadas observações, em sede de audiência prévia, pelos seguintes concorrentes:

- **Valter Ferreira Arcanjo, Lda.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 108/2025/DICP - Aquisição, por lotes, de Elevador Portátil para Piscinas;
- **LIFTECH, S.A.**, relativa ao relatório final I, no âmbito do procedimento Concurso Público n.º 108/2025/DICP - Aquisição, por lotes, de Elevador Portátil para Piscinas;
- **TERCEIRASEGUR, Lda.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento do Concurso Público n.º 145/2025/DICP - Contratação de prestação de serviços de segurança para o evento Final Four Allianz Cup 2026;
- **Transportes Senhora da Agonia, Lda.**, relativa ao relatório preliminar, no âmbito do procedimento do Concurso Público n.º 127/2025/DICP - Prestação de serviços de apoio logístico para atividades, eventos e outros projetos de âmbito municipal, na modalidade de prestação de serviços contínua.

DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS

No que se refere às tarefas cometidas à Divisão de Gestão de Contratos, será de salientar, em termos do trabalho desenvolvido no período a que se refere o presente relatório, o seguinte:

- Prestação de informações técnico-jurídicas, na sequência de pedidos de apoio realizados sobre a execução de contratos decorrentes de procedimentos de contratação ou com estes relacionados – 40 Informações;
- Acompanhamento da execução dos contratos de fornecimento contínuo, ao nível financeiro e controlo das quantidades, tendo sido movimentadas **2.028 faturas**, no **montante total de €7.422.751,40** (IVA incluído);
- Promoção das diligências para a avaliação dos fornecedores / prestadores de serviços / empreiteiros, tendo sido avaliados no período em apreço **114 contratos**;
- O desencadeamento dos diversos processos de aquisição, por fornecimentos contínuos, bem como a monitorização e execução dos que se encontram em vigor, a fim de fazer face às necessidades decorrentes da atividade e/ou intervenção municipal;
- A execução dos procedimentos de fim de ano de acordo com os termos e prazos estabelecidos na OS 04/2024, cuja responsabilidade pertence ao DIAGC-Armazém.

DEPARTAMENTO DE COESÃO SOCIAL**DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL****1. Programa de Participação à Aquisição de Medicamentos do Concelho de Leiria**

Foram apresentadas 116 candidaturas, sendo que foram deferidas 24, indeferidas 11, apreciação liminar 1 e estando em análise 115.

2. Programa de Participação ao Arrendamento do Município Leiria

Foram rececionadas 19 candidaturas, das quais 8 deferidas, 4 indeferidas, 1 apreciação liminar, 6 em análise. Neste período existiam 226 processos ativos, dos quais — 2 cessaram, ficando ativos 224 processos familiares.

3. Programa Creche Para Todos

Não foram apresentadas candidaturas para a integração em creche da rede privada devido à existência do programa nacional Creche Feliz.

4. Fundo Municipal de Emergência Social (FMES)

Foram apresentadas 17 candidaturas, das quais, 8 foram deferidas, 5 indeferidas e 4 estão em análise.

5. Táxi Social 65+

Foram rececionadas 19 candidaturas, das quais 1 foi deferida e 18 estão em análise, que dizem respeito ao mês de janeiro porque o período de apresentação de candidaturas terminou em 31 de outubro último.

6. Banco Local de Voluntariado de Leiria

Foram registados 29 novos/as voluntários/as. Foi integrado 1 voluntário em programa de voluntariado de longa duração e 51 voluntários/as em atividade de voluntariado de curta duração.

7. Programa Teleassistência

Foi rececionada 1 candidatura. Foram deferidas 3 candidaturas. Houve 3 desistências. No total, estão a usufruir do apoio 49 beneficiários.

8. Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA)

Encontravam-se em situação de Sem Abrigo (na rua), 16 pessoas (14 Homens e 2 Mulheres, 17 pessoas no Morada Certa - Housing First (estão dois casais integrados em duas habitações) e 8 pessoas integradas em Apartamentos Partilhados. O NPISA recebeu 5 novas sinalizações de PSSA, que se encontram a ser objeto de análise e avaliação.

9. Gabinete de Atendimento Social (GAS)

Foram registados 275 atendimentos, realizados presencialmente.

10. Balcão da Inclusão

Foram realizados 5 atendimentos na área do balcão da inclusão.

11. Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)

Foram realizados 498 atendimentos, 482 a particulares e 16 entidades;

12. Projeto Viver Melhor

Classes Mobilidade – 20 sessões com uma média de 17 participantes por sessão; Capoeira – 10 sessões com uma média de 6 participantes por sessão; Oficinas Criativas: 11 sessões, com uma média de 10 participantes; Visita cultural à Vila Portela, com 17 participantes; Atividade conjunta com alunos pré-escolar Escola José Matoso: 17 participantes e Almoço de Natal com utentes e parceiros: 33 participantes.

13. SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social) do Concelho de Leiria – Transferência de competências na área social

Realizados 1763 atendimentos descentralizados, 578 visitas domiciliárias, 1620 contactos telefónicos e 1341 articulações com serviços; 32 novos requerimentos de Rendimentos Sociais de Inserção (RSI) atribuídos; 110 candidaturas a Programas de Apoio do Município de Leiria; 7 ocorrências LNES.

14. Habitação

Continuação das obras de reabilitação de edifício para Centro de Alojamento de Emergência Social (Candidatura ao Aviso N.º 2/CO2-i02/2021 – Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário – CAES). Relativamente à ELH, no âmbito do 1º Direito - AVISO Nº1 - RE-CO2i01/2021 – PRR. Conclusão da requalificação das HS, Casas 1, 2, 3 e 4 – Barreira e Casa 5 – Bairro dos Parceiros. Continuação da construção 6 fogos de HS – Coimbrão e requalificação de 1 fogo - Milagres. Continuação da requalificação da HS, Casa 2 – Bairro dos Parceiros. Início da requalificação das HS casas 1 e 4 no Bairro Social dos Parceiros. Conclusão da requalificação da casa 80 Ortigosa e início da requalificação da HS casa 52 - Ortigosa

No período em apreço a DIDDS, em articulação com o SAAS, acompanhou 2 ações de despejo judicial efetiva de habitação.

15. Habitação Social Municipal

Foram realizados 18 pedidos de habitação social, no período em apreço.

16. Pro Leiria

Foram analisadas e aprovadas, em Reunião de Câmara, 6 instituições para implementação de atividades/projetos no valor de 79.289€. 1 candidatura para apoio ao investimento a efetuar por IPSS's, no valor de 76.789,60€.

17. Saúde

Continuidade do Projeto Bata Branca.

DEPARTAMENTO DE DESPORTO E JUVENTUDE

DIVISÃO DE DESPORTO E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

1. ASSOCIATIVISMO, FORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DESPORTIVA

1.1. Apoio ao Associativismo Desportivo

1.1.1. PRO Leiria 2023, 2024 e 2025: Desbloqueamento das verbas referentes aos montantes do apoio, consoante os casos, após assinatura dos Contratos-Programa (40% do apoio) e entrega de 70% ou 100% dos comprovativos de despesa, relativas às correspondentes tranches do apoio;

1.1.2. PRO Leiria 2025: PRO Leiria - Atribuição de Auxílios do Município de Leiria – comunicação de documentação em falta, relativamente às candidaturas apresentadas neste âmbito, designadamente Prática Desportiva Federada, Apoios Pontuais e atribuição de Espaços Desportivos;

1.1.3. PRO Leiria 2025: Atribuição de Auxílios do Município de Leiria – Apoio ao Associativismo Desportivo 2025 – 4.ª Fase, aprovados em Reunião de Câmara de 02.12.2025, no valor de €19.532,00 (dezanove mil quinhentos e trinta e dois euros), a conceder a 3 Clubes/Associações;

1.1.4. PRO Leiria 2025: Atribuição de Auxílios do Município de Leiria – Apoio ao Associativismo Desportivo 2025 – 5.ª Fase, aprovado em Reunião de Câmara de 15.12.2025, no valor de €3.690,00 (três mil seiscentos e noventa euros), a conceder a 1 Clube/Associação;

1.1.5. PRO Leiria 2025: Atribuição de Auxílios do Município de Leiria – Apoio ao Associativismo Desportivo 2025 – Apoios Pontuais, aprovados em Reunião de Câmara de 02.12.2025, no valor de €3.691,87 (três mil seiscentos e noventa e um euros e oitenta e sete cêntimos) - €1.100,00 ao Modelis – Modelismo do Lis, para a “Aquisição de Equipamento Informático - Decoder”; €1.591,87 à Escola de Ginástica de Formação Acrobática, para a “Aquisição de Equipamento Desportivo – Lona de Trampolim”; e €1.000,00 à Associação Nacional Desporto para o Desenvolvimento Intelectual – Portugal (ANDDI – Portugal), para a realização das “Supertaças de Futsal e Andebol da ANDDI”;

1.1.6. PRO Leiria 2025: Atribuição de Auxílios do Município de Leiria – Apoio ao Associativismo Desportivo 2025 – Apoios Pontuais, aprovados em Reunião de Câmara de 15.12.2025, no valor de €8.700,00 (oito mil e setecentos euros) - €1.200,00 ao Motor Clube, para a realização do “Motor Cup 2025”; e €7.500,00 à Vive & Surpreende - Associação, para a “Aquisição de Viatura de 7 Lugares”;

1.1.7. PRO Leiria 2026: Atribuição de Auxílios do Município de Leiria – Critérios de Apoio ao Associativismo Desportivo 2026, aprovados em Reunião de Câmara de 02.12.2025;

1.1.8. Outros Apoios Pontuais e Parcerias (apoios financeiros e logísticos - cedências de materiais, espaços e ofertas institucionais, a diversas entidades):

- Apoio financeiro de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), cedência do Complexo Municipal de Piscinas de Leiria e respetiva logística, no valor de €2.263,10 (dois mil duzentos e sessenta e três euros e dez cêntimos) à Vive e Surpreende - Associação, para a realização da “IV Torneio Fundação Clube Náutico Leiria – II Leiria Open Meeting”, ratificado em Reunião de Câmara de 21 de novembro de 2025;
- Apoio financeiro de €500,00 (quinhentos euros), cedência do Complexo Municipal de Piscinas de Leiria e respetiva logística, no valor de €1.216,81 (mil duzentos e dezasseis euros e oitenta e um cêntimos) à Associação de Natação do Distrito de Leiria, para a realização do “Campeonato Distrital de Piscina Curta”, aprovado em Reunião de Câmara de 21 de novembro de 2025;
- Apoio financeiro de €20.000,00 (vinte mil euros), ao Núcleo de Desportos Motorizados de Leiria, para a realização do “6.º Leiria Festival Rallye”, aprovado em Reunião de Câmara de 21 de novembro de 2025;

- Apoio financeiro de €1.250,00 (mil duzentos e cinquenta euros), à União Desportiva da Serra, para a realização do “8.º Trail do Chicharo da Serra”, ratificado em Reunião de Câmara de 21 de novembro de 2025;
- Apoio financeiro de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), ao Trampolins Clube de Leiria, para a participação no “Campeonato do Mundo por Grupo de Idades – Pamplona 2025”, ratificado em Reunião de Câmara de 21 de novembro de 2025;
- Cedência do Castelo de Leiria, no valor estimado de €459,71 (quatrocentos e cinquenta e nove euros e setenta e um cêntimos), à Associação Vícios do Campo – Companhia de Arqueiros, para a realização da “Rota dos Castelos – Prova de Tiro com Arco”, aprovada em Reunião de Câmara de 21 de novembro de 2025;
- Cedência do Estádio Municipal de Leiria, no valor estimado de €307,50 (trezentos e sete euros e cinquenta cêntimos), ao Grupo Recreativo Amigos da Paz, para a realização da iniciativa “Evento de Natal do Voleibol do GRAP”, aprovada em Reunião de Câmara de 15 de dezembro de 2025;
- Apoio financeiro de €1.000,00 (mil euros), Associação Desportiva e Recreativa da Mata, para a realização do evento “Trilhos da Mata – 8.ª Edição”, no âmbito do Pro Leiria 2026, aprovado em Reunião de Câmara de 29 de dezembro de 2025;
- Apoio financeiro de €750,00 (setecentos e cinquenta euros), cedência do Complexo Municipal de Piscinas de Leiria e respetiva logística, no valor de €1.216,81 (mil duzentos e dezasseis euros e oitenta e um cêntimos) à Associação de Natação do Distrito de Leiria, para a realização do “Campeonato Distrital de Inverno de Categorias”, aprovado em Reunião de Câmara de 29 de dezembro de 2025;
- Apoio financeiro de 404.000,00 (quatrocentos e quatro mil euros), à União Desportiva da Serra, Alteração do Programa de Desenvolvimento Desportivo e respetiva Adenda ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, aprovadas em Reunião de Câmara de 29 de dezembro de 2025.

1.2. Programa de Formação Desportiva

1.2.1. Leiria Bike

Coordenação do programa Leiria Bike, em parceria com os 8 Agrupamentos de Escola do concelho, que conta com a participação de 2000 crianças do primeiro ciclo no programa.

1.3. Divulgação Desportiva

Atualização e publicação de conteúdos no Site, Facebook e Instagram do “leiriadesporto.pt”, com informação alusiva aos diversos programas desportivos municipais, eventos e iniciativas desportivas das Associações/Clubes Desportivos do Concelho, que decorreram entre os meses de novembro de 2025 e janeiro de 2026.

2. PROGRAMA DE DESPORTO INFORMAL

2.1. Eventos Desporto Informal

Fazem parte desta programação os eventos, Meia Maratona de Leiria e Rede de Percursos Pedestres de Leiria, entre outros. Para o efeito, tendo sido preparados os respetivos cadernos de encargos, planos de comunicação e dossiers de marketing, para apresentação junto dos eventuais parceiros públicos e privados (freguesias, clubes e associações/federações de modalidade, entidade privadas, etc.).

2.1.1. Rede de Percursos Pedestres de Leiria

a) **Percurso Pedestre da Bajouca:** decorreu na data de 9 de novembro 2025, com a participação de 200 caminhantes e colaboração logística da Freguesias de Bajouca e Clube Bairro dos Anjos;

b) **Percurso Souto da Carpalhosa:** decorreu na data de 16 de novembro de 2025, com a participação de 270 caminhantes e colaboração logística da Freguesias do Souto da Carpalhosa;

c) **Percurso Leiria Natal:** decorreu na data de 14 de dezembro de 2025, com a participação de 350 caminhantes e colaboração logística da união de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, e do Núcleo de Espeleologia de Leiria;

2.1.2. Corrida de São Silvestre Leiria | 21 dezembro 2025

Preparação e Coordenação do evento desportivo municipal, com realização no dia 21 de dezembro contanto com a presença de mais de 2000 atletas entre as 2 provas que compunham o evento. Articulação com as diversas unidades orgânicas e entidades de forma a coordenar toda a logística necessária para a boa realização do mesmo, bem como com a entidade contratada para a coordenação técnica e logística do evento, a Juventude Vidigalense.

3. PROGRAMA DE DESPORTO FORMAL

Programa Viver Activo e Academia Sénior

- Atendimento geral, de forma a dar resposta a questões relacionadas com os dois programas;
- Realização de reuniões com a coordenação da equipa de professores e também com a equipa administrativa para preparação e planificação do ano letivo 2025/2026.
- Realização de reuniões com a coordenação da equipa de professores novas atividades e monitorização e avaliação das aulas e dos testes de aptidão física;
- Coordenação e acompanhamento do rastreio visual, realizado no dia 12 de novembro de 2025, com a participação de 60 pessoas.
- Coordenação e acompanhamento da excursão ao convento de cristo em Tomar, realizada no dia 16 de novembro de 2025, com a participação de 150 pessoas.
- Coordenação e acompanhamento da excursão ao convento de cristo em Tomar, realizada no dia 30 de novembro de 2025, com a participação de 100 pessoas.
- Organização e coordenação da festa de Natal, realizada no dia 22 de dezembro de 2025, com a participação de 720 pessoas.
- Coordenação da sessão de testes de aptidão física, realizada no dia 14 de janeiro, com a participação de 30 pessoas.

4. GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS – ACORDOS

4.1. Pavilhões Desportivos Municipais

Face à continuidade do modelo de gestão definido para os Pavilhões Desportivos Municipais (PDM), designadamente a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia e União das Freguesias, a DID operacionaliza e coordena com estas entidades a utilização dos espaços desportivos protocolados por parte dos Clubes, bem como centraliza todo o processo de marcações de jogos/ eventos.

Face à desagregação da UF Monte Redondo e Carreira e Souto da Carpalhosa e Ortigosa, foi efetuado todo o procedimento administrativo para a celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para a Gestão e Manutenção do PDM Carreira e Souto da Carpalhosa, com a Freguesia de Carreira e Souto da Carpalhosa respetivamente.

Foram marcados/alterados jogos, torneios, etc. dos respetivos campeonatos oficiais, num total de 32 competições.

De acordo com os contratos supracitados, a DID presta apoio técnico e supervisiona a gestão das instalações, sobretudo ao nível da manutenção e elabora as respetivas informações de desbloqueamento de verbas protocoladas para este fim.

Procedeu-se ainda, à análise dos relatórios quadrimestrais dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências dos PDM, no período de vigência 2021/2025.

Efetuuou-se mensalmente o controlo dos formulários de presença dos clubes utilizadores nos PDM, bem como no pavilhão desportivo de Marrazes, Pavilhão da Escola Rodrigues Lobo, Pavilhão da Escola José Saraiva, Pavilhão Escola Secundária Afonso Lopes Vieira e no Pavilhão Desportivo do Grupo Desportivo e Recreativo de Parceiros.

Quanto à gestão do Pavilhão Desportivo dos Silvas, que o ML reassumiu desde o dia 1 de janeiro de 2013, a DID desenvolve as tarefas de gestão relacionadas apenas com a limpeza regular e pontual/extraordinária do espaço.

4.2. Piscinas Municipais de Caranguejeira e Maceira

- Acompanhamento de trabalhos e pequenas reparações a realizar pelas empresas de tratamento de água e manutenção (DPM e KINGMAN);
- Análise e acompanhamento da execução do Contrato Interadministrativo em vigor;
- Acompanhamento empreitada realizadas na substituição das duas caldeiras e acessórios de forma a normalizar as temperaturas necessárias ao bom funcionamento da instalação.

5. GESTÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO MUNICIPAL – Complexo Municipal de Piscinas de Leiria

- Reorganização de procedimentos de forma a melhorar continuamente o bom funcionamento dos diversos serviços da infraestrutura desportiva – CMPL;
- Controlo e monitorização dos acessos à infraestrutura desportiva - CMPL;
- Análise e resposta aos munícipes, na sequência das reclamações/ sugestões apresentadas;
- Realização das correspondentes reuniões de operacionalização com as empresas de tratamento de águas e de manutenção, respetivamente, DPM e Kingman;
- Realização de reparações, manutenções e limpeza geral garantindo o bom funcionamento do equipamento;
- Realização das iniciativas “IV Torneio de Fundação do Clube Náutico de Leiria - II Leiria Open Meeting”, entre os dias 7 e 9 de novembro – organizadas pela Vive & Surpreende Associação;
- Realização da iniciativa “Campeonato Nacional Universitário de Natação em Piscina Curta”, no dia 15 de novembro – organizada pela Federação Académica do Desporto Universitário;
- Realização da iniciativa “Campeonato Nacional de Juniores e Seniores”, entre os dias 13 e 16 de dezembro – organizada pela Federação Portuguesa de Natação;

Realização da iniciativa “Campeonato Distrital de Inverno de Categorias”, nos dias 24 e 25 de janeiro – organizada pela Associação de Natação do Distrito de Leiria.

6. GESTÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO MUNICIPAL – Estádio Municipal de Leiria - Dr. Magalhães Pessoa

6.1. No período em referência, evidencia-se o impacto e a relevância das atividades realizadas para a comunidade, onde se cruzaram importantes competições com eventos diversos, tendo sido recolhidos os seguintes dados estatísticos:

- Registaram-se 4199 entradas de atletas dos clubes do Concelho de Leiria para utilização da pista de atletismo;
- Assinalou-se o registo de 1052 entradas de atletas dos clubes do Concelho Leiria para utilização dos espaços desportivos para Xadrez, Ténis mesa, Dança, Bilhar, Esgrima, Tiro com arco, Kickboxing e Pentatlo moderno;
- Relativamente aos espectadores dos jogos de futebol e participantes em atividades pontuais, foi registado o número de 62.094

6.2. No âmbito das atividades acolhidas pelo Estádio Municipal de Leiria – Dr. Magalhães Pessoa, durante o período supracitado em título, entre muitas outras, destacam-se as seguintes:

- O Campeonato Oficial da Liga Portuguesa de Futebol, da Liga 2, com a realização de 06 jogos, entre as equipas da União Desportiva de Leiria versus, Grupo Desportivo de Chaves, Benfica B, FC Felgueiras, FC Vizela e Sporting B, onde estiveram presentes cerca de 10 750 espectadores;
- A Final Four Allianz Cup 2026, que se realizou nos dias 06, 07 e 10 de janeiro e contou com a participação nas meias-finais das equipas de Sporting Clube de Portugal, Vitória de Guimarães, Sport Lisboa Benfica e Sporting Clube de Braga, com assistência de 31.737 indivíduos, tendo sido disputada a final entre as equipas de Vitória de Guimarães e Sporting Clube de Braga, onde se registou uma audiência de 19.607 pessoas. Assim, esta competição obteve um total global de público de 51.344 espectadores.
- Evidencia-se a realização da Festa de Natal do Município de Leiria, a Gala da Juventude Vidigalense e o Evento de Voleibol do GRAP, onde o espírito natalício esteve presente, proporcionando em simultâneo o convívio e o espírito de partilha entre atletas e familiares.
- Destacam-se ainda outros eventos como o IV Fórum Ambiente Leiria e o Fórum PPCIRA da ULS Região de Leiria, entre muitos outros;
- Refere-se que, devido às obras de requalificação dos edifícios, as aulas de alguns cursos do Instituto Politécnico de Leiria decorreram no Piso 1 – Nascente até à data de 15 de dezembro, tendo-se registado a passagem de cerca de 600 alunos;
- Para finalizar, realça-se que neste período o Estádio Municipal de Leiria foi palco de uma intensa dinâmica desportiva, cultural e académica, consolidando-se como um verdadeiro centro de experiências e partilhas. De acordo com os dados recolhidos, totalizaram-se aproximadamente 85.345 utilizadores, englobando atletas, alunos, espectadores de jogos de futebol e participantes nos eventos e provas que se realizaram no intervalo considerado.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

O Departamento de Educação integra a Divisão de Gestão Escolar (DIGE), a Divisão de Programas Educativos (DIPE) e a Unidade de Biblioteca Municipal (UNMB).

No âmbito da política educativa municipal, nos dias 27 de novembro, 18 de dezembro de 2025 e 15 de janeiro de 2026 reuniu o Conselho de Diretores (constituído pelos diretores dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas).

Iniciou-se a 14 de janeiro a iniciativa “Município vai à Escola” no Agrupamento de Escolas D. Dinis e no Agrupamento de Escolas Henrique Sommer, no dia 21 de janeiro. A iniciativa visa aproximar o município das escolas, provendo visitas aos espaços escolares com necessidades de intervenção e definir estratégias de atuação, reunindo com a direção do agrupamento de escolas, a(s) Junta(s) de Freguesia e a Associação(ões) de Pais.

Decorreu nos dias 27 e 28 de janeiro, no Teatro Miguel Franco, o XI Fórum Melhorar a Escola, com o título: “Comunicar com Empatia no Espaço Escolar”, dinamizado pelo formador João Vaz. Contou com a participação dos Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos em funções nos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas.

Nota para o facto de a partir de 2 de janeiro o Departamento passou a integrar a área da Cultura, passando a denominar-se Departamento de Educação e Cultura.

DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

No período em avaliação, os serviços culturais da responsabilidade da Divisão de Ação Cultural, no âmbito do seu conteúdo funcional e de acordo com um planeamento e cronograma coordenado com o Executivo, desenvolveram um conjunto de ações, com destaque para o abaixo exposto:

1. No Gabinete de Apoio à Cultura, na sequência do preconizado no Regulamento de Atribuição de Auxílios – PRO Leiria, em vigor no Município de Leiria, foram entregues, durante o período em apreço, 4 candidaturas para o programa de apoios municipais em 2026. Foi efetuado atendimento pessoal a 135 Entidades Associativas na área da Cultura e efetuado atendimento telefónico a 415 Entidades Associativas. No universo dos apoios financeiros atribuídos ao associativismo de escopo cultural foram instruídos e regularizados pela Divisão Financeira 65 pagamentos.

2. No Centro Cultural Mercado de Sant’Ana, no período em referência, as atividades desenvolvidas fundamentaram-se na gestão corrente dos recursos humanos da equipa afeta e no acolhimento de 13 ações.

No recinto do Pátio, destaca-se o acolhimento da iniciativa Danças de Segunda, promovida pela Associação Asteriscos; São Martinho com o Viver Ativo; Festival de Sopas do Coro do Orfeão de Leiria; Formação de Suporte Básico de Vida, promovida pela Proteção Civil; Festival de Sopas da AMITEI; Festival de Massas do Hóquei Clube de Leiria e Encontro de PME Inovação. Entre os dias 25 de novembro e 2 de janeiro decorreram os concertos e espetáculos de Natal no Palco Leiria Natal, bem como a Exposição de LEGO e a Oficina dos Duendes. De 3 a 13 de janeiro, o CCMS recebeu a Final Four.

No Auditório Manuel Artur Santos realizou-se uma reunião com a ACILIS e com os comerciantes do centro histórico de Leiria, as X Jornadas Luso-Ibéricas de História Medieval, sessões de formação do GIP Imigrante da Associação InPulsar, sessões da Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT) de Leiria, no âmbito do Programa para Agressores de Violência Doméstica. Entre os dias 25 de novembro e 2 de janeiro, o auditório funcionou como camarins do *Leiria Natal* e, entre os dias 3 e 13 de janeiro, como espaço de apoio à equipa técnica da Federação Portuguesa de Futebol, no âmbito da *Final Four*.

Por último, destaca-se o apoio diverso prestado pela equipa aos restantes espaços culturais afetos à DIAC, bem como equipamentos afetos à DIMPC e ainda ao Teatro Miguel Franco e ao Teatro José Lúcio da Silva.

Registou-se, no período em análise, um total de 43 990 visitantes e 4 alugueres de espaço, com uma receita no valor de 101,70 €.

Desde 28 de janeiro, todas as ações previstas para o Centro Cultural Mercado de Sant'Ana foram canceladas devido à tempestade Kristin.

3. No Banco das Artes Galeria – BAG, esteve patente, nas salas principais, a exposição “Um olhar itinerante – obras da coleção da Fundação PLMJ”, com curadoria de João Silvério. No âmbito desta exposição foram dinamizadas diversas atividades de mediação cultural, nomeadamente:

- Atividade prática com alunos do Mestrado em Intervenção Artística do Instituto Politécnico de Leiria, no dia 6 de novembro;
- realizaram-se ainda as seguintes iniciativas:
- Visita orientada pelo curador dirigida aos alunos do Instituto Politécnico de Tomar, a 10 de novembro;
- Sessão destinada ao clube de leitura A Sociedade das Raposas, realizada a 12 de novembro, com o apoio da Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira;
- Atividade, dinamizada por Marcelo Marques, no âmbito do projeto Redes na Escola “Dá o Salto”, a 13 de novembro;
- Intervenções de teatro dinamizadas por alunos do curso de Educação Básica do Instituto Politécnico de Leiria, dirigidas a alunos do ensino primário, nos dias 9 e 10 de dezembro.

Destaca-se, igualmente, a inauguração da exposição Territórios Sonoros – O Gesto do Som, de João Sobreira, com curadoria de José Quaresma, realizada a 16 de novembro, na Project Room. No contexto desta exposição, as ações de mediação incluíram:

- Sessões “Domingar”, dinamizadas por Cláudia Jerónimo, nos dias 23 de novembro e 28 de dezembro;
- Acolhimento de uma iniciativa promovida pela empresa Lusiaves.

No âmbito da extensão territorial, procedeu-se à preparação e pré-produção do projeto Juntar.te, cuja inauguração estava prevista para o dia 1 de fevereiro, no Centro de Artes do Arrabal, tendo sido adiada devido à tempestade Kristin.

As atividades e o atendimento ao público no Banco das Artes Galeria encontram-se suspensos desde o dia 28 de janeiro de 2026, em virtude dos danos e condicionamentos resultantes da tempestade Kristin, aguardando-se a reposição das condições de segurança.

No período em análise, registou-se um total de 2.965 visitantes. Todas as iniciativas mantiveram o carácter gratuito e asseguraram a acessibilidade ao público.

4. NA LCCM - Leiria Cidade Criativa da Música | UNESCO, observa, para período sob amostra:

- Realização de reuniões de trabalho referentes ao projeto Filarmonias: Música para Todos”, que pretende promover a inclusão social e cultural de jovens dos 10 aos 16 anos, migrantes e/ou que se encontrem em situação de vulnerabilidade social em atividades musicais e na dinâmica das 11 bandas filarmónicas do nosso concelho. Foi assinado o contrato com a Associação de Filarmónicas de Leiria referente à Consulta Prévia n.º 160/2025/DICP - Contratação de serviços de formação musical no âmbito do projeto no montante de 26.475€+iva.
- Realização de reuniões de trabalho referentes à candidatura “Cidades Criativas UNESCO Centro de Portugal” cofinanciado pelo PT2030/Centro2030.
- Preparação do Jazz Day Relay e desencadeados todos os trabalhos preparatórios e adjudicações do IV Festival Leiria Cidade Criativa da Música, entretanto adiados.

5. No Teatro Miguel Franco, as atividades desenvolvidas fundamentaram-se no acolhimento de 86 ações, sendo 11 de teatro, 4 de dança, 9 de música, 42 de cinema e 20 de outros eventos.

Total de espetadores: 8009.

Receita no valor de €28 694,50.

6. Na Black Box - Plataforma de Criação Artística de Leiria, as atividades desenvolvidas fundamentaram-se no acolhimento de 18 ações, sendo 6 de teatro, 2 de dança, 5 de música e 5 de outros eventos.

Total de utilizadores: 1263.

7. Nos Grandes Eventos, a iniciativa Leiria Natal 2025, decorreu entre 28 de novembro de 2025 e 04 de janeiro de 2026. A DIAC ficou responsável pela programação do palco Leiria Natal, no pátio do CCMS e pela animação deambulante, em todos os fins de semana e feriados, no período compreendido entre 28 de novembro e 21 de dezembro.

A oferta programática foi idealizada numa ótica de continuidade do apoio aos agentes culturais locais, de sustentabilidade financeira do evento e ainda de celebração com todos e para todos, com espetáculos de teatro infantil, dança, musicais infantis, concertos de Natal e muita música. Foi ainda dinamizada a “Oficina do Duende” com oficinas temáticas aos fins de semana e feriados e a organização da exposição de peças Lego. Todas as atividades foram de entrada gratuita.

A despesa com a animação e respetivos licenciamentos autorais foi de €59 035,17, com IVA incluído.

O Leiria Natal teve o Centro de custo OBM 40.25 A 38 e a rubrica orçamental 2025 A 156.

Neste período foi dado início ao planeamento dos grandes eventos de 2026, nomeadamente a “Festa do Povo” e o “Leiria Medieval”, com a realização de reuniões de trabalho com algumas das entidades envolvidas. Foi também, no âmbito do Pro Leiria, iniciada a análise e implementação dos apoios não financeiro submetidos para o ano de 2026.

8. No Stay Lab – Galeria MAS, durante o período em análise, destacam-se os seguintes dados estatísticos:

A inauguração da exposição “CresCer”, a 4 de dezembro de 2025, uma mostra artística que reúne trabalhos realizados por alunos de várias escolas de Leiria, nomeadamente a Escola Profissional de Leiria, a Escola Secundária Domingues Sequeira e a Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo, no âmbito do Plano Nacional das Artes. A exposição celebra o crescimento pessoal e a criatividade dos jovens. As obras exploram o conceito de “crescer e ser”, isto é, a jornada individual de descoberta, expressão e construção da identidade. No período em referência, a exposição recebeu um total de 117 visitantes.

Total de utilizadores das diferentes valências do espaço: 372.

9. No Cine-Teatro de Monte Real, as atividades desenvolvidas fundamentaram-se no acolhimento de 3 ações: duas conferências e um espetáculo de dança.

Total de espetadores: 455.

Receita no valor de €1 045,00.

10. No Centro de Artes Villa Portela – CAVP, desenvolvimento de um conjunto de ações, em torno da exposição “Sonho Manifesto” e “Subir ao palco” de João Paulo Feliciano. Mediação cultural e atividades de

serviço educativo, preparativos para o arranque da nova exposição “Corpo Fantasma” e o decorrer da programação artística e cultural.

1. Exposição Sonho Manifesto:

Levantamento fotográfico e emissão de parecer sobre patologias encontradas na obra de Alberto Carneiro em colaboração com a técnica Paula Costa; Acompanhamento e reporte de inconformidades para assegurar a operacionalidade integral do Centro de Artes, Galeria de Arte e Cafeteria; Acompanhamento da assistente de curadoria Beatriz Hilário e técnica de conservação de Serralves para emissão de relatório de conservação da peça de Alberto Carneiro.

2. Exposição de João Paulo Feliciano, Fundação de Serralves:

Realização de oficina para famílias e formação para professores com formador de Serralves.

3. Exposição Corpo Fantasma

Início dos procedimentos administrativos relacionados com a exposição incluindo contratação de serviços especializados: Acompanhamento da visita técnica das curadoras da nova exposição Sandra Vieira Jurgens e Marta Espiridião Vasques; Pré-produção de dispositivos expositivos para a nova Exposição “Corpo Fantasma;

4. Mediação cultural e educativa:

- As oficinas “Natal no Jardim Interior: observar, habitar, colectar, transformar” para famílias, oficina criativa “Luz e sonho” explora a relação de época festiva e arte contemporânea, oficina de mediação artística “Um olhar geométrico” trabalhando uma obra da exposição “Sonho Manifesto” com um total de 100 participantes; 8 visitas guiadas orientadas a diversos grupos incluindo grupos de escuteiros e escolas; Planeamento da programação de ações de mediação e formação para 2026; Planeamento de exposições e programação cultural e artística para 2026 do CAVP.

5. Comunicação e desenvolvimento digital

Avaliação e proposta de sinalética interior e exterior em falta no CAVP; Produção de conteúdos e atualização do website e das redes sociais do CAVP; Registo fotográfico de atividades.

6. Outras atividades e utilização do parque:

Acompanhamento e produção de atividades culturais programadas pela Arquivo; Visita técnica a professores para exposição do PNA a realizar em março 2026.

7. Loja Villa Portela

Vendas registadas no período (01 nov – 30 jan): €888,37.

8. Total de visitantes: cerca de 12.000 no período em análise.

DIVISÃO DE MUSEUS E PATRIMÓNIO CULTURAL

O **Agromuseu Municipal Dona Julinha** acolheu, neste período, um total de 155 visitantes, tendo o serviço educativo promovido 1 oficina pedagógica, envolvendo 41 participantes.

Para além das atividades gerais, no âmbito da programação cultural, foi realizada a oficina ‘Enfeites de Natal em Massa de Moldar’. Tem estado encerrado desde o dia 28 de janeiro, em virtude dos danos provocados pela depressão Kristin, nos telhados, queda de caleiras, queda de árvores, inundações e colapso do palheiro.

No **Castelo de Leiria** há a considerar, neste período, um total de 16678 visitantes, incluindo visitantes em regime de visitas livres, visitas orientadas, visitas guiadas, participantes em atividades pedagógicas, cedências de espaço e das entradas em Datas Comemorativas.

No que diz respeito ao serviço educativo, foram dinamizadas 26 atividades: 9 visitas livres, com 234 participantes, 12 visitas guiadas, com 407 participantes, 5 oficinas pedagógicas, com 148 participantes; atividade com o kit Pedagógico “À Descoberta do Castelo de Leiria”, com 407 participantes.

No âmbito da programação cultural, foram dinamizadas 4 atividades totalizando 638 participantes:

“Pão Por Deus” no âmbito da Data Comemorativa do Dia de Todos os Santos, com 492 participantes; Prova Nacional “Rota dos Castelos” – Tiro com Arco Federado, a 24 de novembro de 2025, organizada pela Associação Vícios do Campo, com 78 participantes; Ciclo de Música Medieval de Leiria VI, a 20 de dezembro de 2025 – Exposição e Oficina Interativa “Construção de Instrumentos dos Trovadores”, e Concerto “Comemorar o Rei Poeta”, com 68 participantes.

Exposição de Longa Duração “Castelo de Leiria, Construções de um Lugar e a Exposição Temporária “Azul”, de Rodrigo Baeta, nas Cisternas do Castelo, integradas no circuito de visita.

No período homólogo, há a assinalar 4 atividades em regime de cedência por aluguer.

Mediaram-se atividades de pré-produção: Ciclo de Música Medieval de Leiria e acompanhamento às produções na Igreja de São Pedro.

Foi registada no Livro de Reclamações, a Reclamação N.º 0110010 (Registo 131/26 – NIPG 145/26 – Pendente 868427), do visitante Paulo Elias, residente em Lisboa, apresentada a 30 de dezembro de 2025, relativa ao encerramento de grande parte do Castelo para montagens da pirotecnia de final do ano, e avaria do ascensor norte com ausência de informação. Resposta enviada a 09 de janeiro de 2026.

Na sequência dos efeitos causados pela depressão Kristin, o Castelo de Leiria encontra-se encerrado desde o dia 28 de janeiro de 2026, tendo-se verificado, grosso modo, os seguintes danos: Estruturas: derrocada parcial de muralha; Fissuras e fendas nos Paços Novos, varandins, Torreão Sul e Porta da Traição; Coberturas: telhados levantados/danificados (Igreja da Pena, Casa da Guarda, Paços Novos), destelhamentos e infiltrações generalizadas; Interiores: humidades em tetos (madeira e falsos), queda pontual de revestimentos; Vãos: portas, janelas e claraboias danificadas ou destruídas; Sistemas: iluminação exterior avariada e falhas de energia; Exterior: queda massiva de árvores, forte erosão dos solos e risco acrescido para muralhas e encostas; Outros: danos na sinalética;

O **CDIL – Centro de Diálogo Intercultural de Leiria**, na Igreja da Misericórdia recebeu um total de 2263 participantes/visitantes: 1345 visitantes em regime de visita livre, 5 participantes em reunião de trabalho, 113 visitantes em 3 grupos organizados sem visita guiada, 254 participantes em 5 eventos de programação e mediação cultural, dinamizados pelo município ou por entidades externas, para público em geral (Performance “Léguas de Línguas”; Concerto do CMEP; Concerto de Harpa – Orfeão de Leiria; Concerto “Miga e Formiga” – Orfeão de Leiria; Museus Imaginários”; Festival Letra – Sound and Concrete Poetry Festival; Encerramento do Ano Jubilar); 102 participantes em 2 atividades de mediação cultural destinada a escolas (performance “Léguas de Línguas”).

A Casa dos Pintores recebeu um total de 240 participantes/visitantes, em regime de visita livre.

Na sequência dos efeitos causados pela depressão Kristin, o CDIL encontra-se encerrado desde o dia 28 de janeiro de 2026, tendo-se verificado, grosso modo, danos ao nível das coberturas/telhados.

O **CIALV - Centro de Interpretação do Abrigo do Lagar Velho e Vale do Lapedo** contabilizou neste período um total de 109 visitantes/utilizadores, tendo realizado visitas guiadas e atividades de serviços educativos; preparação da programação cultural colaborativa e própria; formação técnica da equipa responsável pela abertura do espaço.

Na **Igreja de S. Pedro** durante o período em análise, há a assinalar as seguintes produções: X Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, com 74 participantes; 8 sessões da peça teatral “O Pranto de Maria Parda”, no âmbito do Apoio Sustentado DGArtes e o Projeto Educativo, pelo NARIZ – Teatro de Grupo, com 480 participantes; Performance “Nem Bestas, Nem Santas”, organização m|ilmo e a Associação Artística Nem Marias Nem Manéis, com 62 participantes; Espetáculo de teatro “Cruza as Pernas como uma Rainha”, organizado pela Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde e a Associação Artística Nem Marias Nem Manéis, com 47 participantes; Projeção de cinema mudo musicado - cine-concerto “Earth” (1930) de Aleksandr Dovjenko, musicado ao vivo a solo por mr.gallini no âmbito do 29.º Aniversário do m|ilmo – museu da imagem em movimento, com 66 participantes; Workshop de Fotografia de Estelle Valente, organizado pelo m|ilmo – museu da imagem em movimento, com 11 participantes.

Exposição “O Clamor da Ruína: Que Futuro para o Antigo Seminário de Leiria?”, patente até 30 de novembro de 2025, com 330 visitantes.

Na sequência dos efeitos causados pela depressão Kristin, a Igreja de S. Pedro encontra-se encerrada desde o dia 28 de janeiro de 2026, tendo-se verificado, grosso modo, danos do telhado, e portas de entrada.

O **m|ilmo - museu da imagem em movimento** acolheu neste período 2151 visitantes. O serviço educativo contabilizou 9 visitas guiadas, com 215 participantes, e 16 oficinas pedagógicas, com 208 participantes.

No âmbito da programação cultural, foram registados 217 participantes nas atividades realizadas, incluindo a exibição do filme “Ai Flores do Verde Pinho” e a performance artística “Nem Bestas nem Santas”, pela Associação Artística “Nem Marias nem Maneis”, bem como a finissage da exposição “Artista na Fábrica”, com uma performance da bailarina Inesa Markava.

No âmbito do Plano Nacional de Cinema, realizaram-se 4 sessões da atividade “Câmara, Ação, Debate! – Clube de Cinema para a Infância”, com a participação de 2 turmas da EB Arrabalde (Agrupamento de Escolas D. Dinis).

No âmbito da programação cultural do 29.º aniversário do m|ilmo, foi inaugurada a exposição de fotografia “A Luz do Meu Lugar”, de Jorge Bacelar, com um apontamento musical do Coro “Ninfas do Lis”, realizou-se a oficina “Retrato Silhueta”, pela Oficina da Cor com Dina Fonseca, e uma sessão de cinema de animação com curtas-metragens da Monstrinha, integrada na MONSTRA – Festival de Animação de Lisboa. Teve ainda lugar um cine concerto com exibição do filme “Earth”, de Alexander Dovzhenko (Ucrânia, 1930), com composição e interpretação musical de Bruno Gallini.

No âmbito da exposição “L’ART EN SCÈNE”, de Estelle Valente, realizou-se a oficina “Olhar em Cena – Fotografia de Cena (Teatro e Dança)” e, durante a tarde, uma visita orientada à exposição, seguida de uma conversa sobre trabalho fotográfico em cena, com a participação de Estelle Valente, Paula Magalhães e Filipe Figueiredo.

Em termos de programação geral, no projeto “Domingar nos Museus”, realizaram-se 3 atividades, com um total de 25 participantes.

Foram também efetuadas 5 cedências de utilização, com um total de 320 participantes.

Na sequência dos efeitos causados pela depressão Kristin, o m|ilmo – museu da imagem em movimento encontra-se encerrado desde o dia 28 de janeiro de 2026, tendo-se verificado inumeros danos nas coberturas/telhados, claraboias, infiltrações de água, danos significativos no sistema de AVAC, vãos e janelas, entre outros.

O **Moinho do Papel** acolheu neste período um total de 1656 visitantes, tendo o serviço educativo promovido 35 oficinas pedagógicas, envolvendo 701 participantes.

Para além das atividades gerais, foram realizados vários projetos educativos e de programação cultural, dos quais se destacam:

- Amassar o pão | Conversas sobre gastronomia da região de Leiria: Oficinas de fabrico de pão caseiro cozido em forno de lenha, seguidas de conversas sob os temas: “Nem só de Pão vive o homem” – O Pão no contexto da religião Católica, Muçulmana e Judaica com Padre David Barreirinhas, Khalid Jamal e Faisal Karin. Oficina de fabrico de Pães Doces de Natal sob o tema “O meu amor é um Pão” - uma conversa com o ator Joaquim Nicolau, o casal de atores, Sara Barradas e José Raposo, a psicóloga Rita Morais, e, a moderação do Chef Rui Lopes (É DE LEIRIA) e ainda a participação do Grupo de Teatro o Gato.

- Moinho Fora de Portas – numa perspetiva de divulgação e valorização do Moinho do Papel, o Moinho deslocou-se às instalações da Escola Superior de Artes e Design – IPLeiria, nas Caldas da Rainha, para a realização da oficina “Com nasce o papel”.

- Domingar nos Museus – “O pente do careca” - oficina de ilustração por Nídia Marques.

Apresentação do livro - Integrado na Programação do Moinho do Papel decorreu a apresentação de um livro da autoria de Carlos Lopes Pires.

- Exposição – Inauguração da Exposição - Poem'Arte - Exposição de pintura, de Olinda Mota.

- Microfone Aberto – Integrada na programação do Moinho, a iniciativa “Microfone Aberto” realizou-se com o apoio da Associação Sisifus que consistiu num recital de poesia aberto a todos os visitantes deste Espaço.

O **Museu de Leiria** recebeu um total 3078 visitantes/utilizadores: 1276 visitantes em regime de visita livre; 521 participantes em 19 visitas guiadas/ roteiros e visitas técnicas; 1007 participantes em 28 eventos de programação e mediação cultural, dinamizados pelo município e por entidades externas, para público em geral (“Orfeão Fora de Portas”; Apresentação da revista Monumentos; Territórios em construção – 2 sessões; X Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval; Teatro de Marionetas “O Menino do Lapedo”; Atividade “As Pedras do Convento”; Leiria Cuida; inauguração da 4ª exposição Capítulo; Domingar nos Museus; Concerto Capítulo; Residência Artística “Museus Imaginários”; Concerto Comentado sobre a exposição de Adriano de Sousa Lopes; Lançamento do livro “Nutrilândia”; Conferência ComceptCon); 274 participantes em 6 atividade de mediação cultural destinada a escolas (O Rebelde do Lapedo; “Exposição Dançada”; Teatro de Marionetas; Leitura dramatizada “Trocado por miúdos; oficina de origamis).

Atividades pedagógicas e ações de valorização e divulgação do património cultural local: produção das atividades de serviços educativos contratualizados e contactos com estabelecimentos de ensino para participação em sessões; planeamento, mediação, contratação, produção e divulgação de programação cultural e artística; realização de visitas guiadas e serviço educativo interno; planeamento da programação própria/interna; elaboração de fichas de atividades, com orçamentos; gestão das sessões de serviços educativos e programação cultural (divulgação das atividades a escolas e público livre, gestão das inscrições); criação e divulgação de conteúdos para as redes sociais do Museu, CDIL e Leiriagenda; gestão e participação no grupo de trabalho sobre temática religiosa; contactos com o Museu Nacional de Arte Antiga e preparação de contrato de comodato, para integração na campanha “O MNAA está cá”.

O museu tem participado em vários projetos de investigação, preservação, valorização e na área do património cultural, com especial relevância para o processo de inventário em curso das coleções de pintura moderna (séc. XVI – XIX) e de objetos em plástico do Museu; inserção de dados do Inventário do acervo do

Museu de Leiria na plataforma *In Patrimonium*; catalogação do fundo documental do museu, em articulação com a BMALV; gestão do processo com vista ao restauro de obras de Lino António e das obras de Teresa Arriaga (doadas ao Município e existentes no edifício da CML); acompanhamento do processo de fotografia das obras da exposição “Sousa Lopes”; gestão do processo de elaboração do Plano de Segurança e do Plano de Conservação Preventiva do Museu, com vista à credenciação na Rede Portuguesa de Museus; monitorização geológica e estrutural das Muralhas do Castelo de Leiria: participação em reuniões técnicas; acompanhamento da contratação do Projeto de Valorização do Abrigo do Lagar Velho (ALV) - Vale do Lapedo, Leiria. – Fase 2, integrada no projeto geral de Estabilização e Valorização do Abrigo do Lagar Velho, no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência; acompanhamento da candidatura do Abrigo do Lagar Velho/ Criança do Lapedo/ Vale do Lapedo a Marca do Património Europeu 2025; produção de 38 pareceres/ informações/ análises de arqueologia e património para informar DOM, DGU, DITSR, DIADS, Gabinete Técnico Florestal e arqueólogos responsáveis por intervenções no concelho; participação na comissão de vistorias a edifícios degradados no centro histórico (participação em reuniões técnicas/ de monitorização; produção de pareceres); produção de cadernos de encargos, análise de relatórios e fiscalização técnica de arqueologia nas seguintes empreitadas municipais: Parque de estacionamento Avenida Papa Francisco; Parque Empresarial de Monte Redondo; Remodelação da rede de distribuição de água e rede de drenagem de águas residuais domésticas na Rua de São Miguel; T67/2022 + T2/2022 - Arranjos Exteriores e Reabilitação do Armazém do edifício municipal Ponte Hintze Ribeiro e Reabilitação do antigo edifício EDP – espaços CoWork; intervenção na Rua Barreto Perdigão; intervenção na Rua Tenente Valadim nº 2 e 4.

Na sequência dos efeitos causados pela depressão Kristin, o Museu de Leiria encontra-se encerrado desde o dia 28 de janeiro de 2026, tendo-se verificado, grosso modo, danos na cobertura/telhado, mobiliário da receção, portas e janelas.

A partir de 28 de janeiro de 2026, entre 50% a 60% da equipa da Divisão de Museus e Património Cultural foi mobilizada para o apoio à população - distribuição de lonas, alimentos, materiais de construção e outros no Pavilhão dos Pousos e Estádio de Leiria, bem como para o diagnóstico de danos e monitorização de dados para realização de relatórios internos e para entidades externas.

DIVISÃO DE GESTÃO ESCOLAR

No que toca à reabilitação do parque escolar, em articulação com as juntas de freguesia, realizaram-se pequenas reparações nos estabelecimentos de ensino, no âmbito da transferência de competências para estas entidades.

Foi iniciada a avaliação de prioridades para obras de maior dimensão, especialmente em edifícios do pré-escolar e 1º Ciclo, com base no diagnóstico efetuado pelos técnicos do Departamento de Educação e propostas das Juntas de Freguesia. Estas intervenções aguardam priorização e decisão para execução durante o mandato autárquico, ao abrigo de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia.

Durante as obras previstas na EB de Bouça, as turmas foram acomodadas provisoriamente na Associação Cultural e Desportiva de "Igreja Velha", prevendo-se a conclusão dos trabalhos em maio.

No âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência para substituição de eletrodomésticos e outros aparelhos elétricos em escolas, foram transferidas para as Freguesias e União de Freguesia verbas no valor de 12.693,02€.

Prossegue o apetrechamento das escolas básicas e jardins de infância com mobiliário escolar, conforme a Carta Escolar do Concelho, abrangendo mais sete escolas, incluindo intervenções faseadas nas Escolas Básica D. Dinis e Secundária Afonso Lopes Vieira, com fornecimento de mobiliário, material didático e informático.

Encontram-se em curso as obras de requalificação na Escola Básica D. Dinis e Escola Secundária Afonso Lopes Vieira, bem como a construção da EB de São Romão, que contará com quatro salas para o 1.º Ciclo e três para Educação Pré-Escolar, ao abrigo do Programa Regional do Centro 2021-2027.

Foram equipados sete Centros de Apoio à Aprendizagem e Ensino Estruturado com materiais específicos para abordagem pedagógica Snoezelen, adaptados a alunos com Necessidades Educativas Especiais e Permanentes, num investimento total de 47.430,06€, acrescido de IVA.

No âmbito do processo de transferência de competências da administração central para o Município, na área da educação (2.º, 3.º ciclos e secundárias), continuou o trabalho de acompanhamento, monitorização e avaliação do processo, nomeadamente ao nível da criação de condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino. Assim, na sequência da monitorização efetuada, foi aprovada a Quinta Modificação ao Contrato Interadministrativo de delegação de Competências celebrado com os agrupamentos de escolas e com as escolas secundárias (deliberação camarária de 12 de dezembro de 2025) para vigorar no ano económico de 2026 (ano letivo 2025/2026 e primeiro período do ano letivo 2026/2027), tendo-se efetivado a transferência da 1ª tranche no valor de 118.211,92€.

De referir que, está em curso o estudo/planeamento de necessidades, para reforço e colocação de assistentes operacionais, visando o equilíbrio do ratio definido pelo Ministério da Educação, decorrente da recente saída destes profissionais de educação por motivos diversos (aposentação, cessação de funções, regime de mobilidade e baixas prolongadas). Processo que conta com a articulação da Divisão de Recursos Humanos.

DIVISÃO DE PROGRAMAS EDUCATIVOS

No período em análise, foram desenvolvidos diversos projetos e ações no âmbito do Projeto Educativo Municipal:

- Plano Inovador de Promoção do Sucesso Escolar da Região de Leiria: continuidade da intervenção da equipa multidisciplinar (psicólogos, mediadores sociais, terapeutas da fala e nutricionista) em sete agrupamentos de escolas.
- Redes na Escola – Dá o Salto: intervenção da equipa multidisciplinar nos 2.º, 3.º ciclos e secundário para combate ao insucesso escolar, em parceria com a Inpulsar e Global Diáspora.
- Programa Investir na Capacidade: desenvolvimento do potencial de crianças e jovens com capacidades acima da média, com três sessões realizadas (visita ao Leiria Natal, atividade de esgrima e jogos de tabuleiro).
- Pequenos Cantores de Leiria: projeto musical dinamizado pela Academia Coral Mezzo, com participação de várias escolas no 1.º semestre e continuidade nos oito agrupamentos no 2.º semestre, culminando com um concerto a 21 de dezembro de 2025 no Teatro José Lúcio da Silva.
- Crianças ao Palco: 12.ª edição em curso, com eliminatórias realizadas a 17 e 18 de janeiro no Black Box, após atividades formativas nas escolas.

UNIDADE DE BIBLIOTECA MUNICIPAL

A Unidade de Biblioteca Municipal é uma das componentes do Departamento de Educação, desempenhando um papel relevante no apoio à comunidade educativa.

No período referido em epígrafe, a Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira- BMALV, a “Casa dos Livros de Leiria”, deu continuidade ao seu plano de ação, como espaço de estudo, investigação, oferta cultural eclética, promoção do livro, da escrita, dos autores e da leitura.

Entraram na Biblioteca neste período 22.786 utilizadores.

Neste período realizaram-se 228 novos cartões de leitor.

Neste período realizaram-se 5.656 empréstimos.

Na Caixa de Devoluções entregaram 688 documentos.

Acessos aos computadores: 228 utilizadores.

Listagem de Livros/Documents TOP Existências Mais Empréstadas

Posição	Título	Quantidade
1	Os mauzões	19
2	Visão	10
3	Spy x family	10
4	Demon Slayer	8
5	Blue exorcist	7
6	O cavaleiro da Dinamarca	5
7	Não abras este livro outra vez	5
8	O cavaleiro da Dinamarca	4
9	Onde está o Wally?: em Hollywood	4
10	Portatil Leap T303 [Objecto]	4

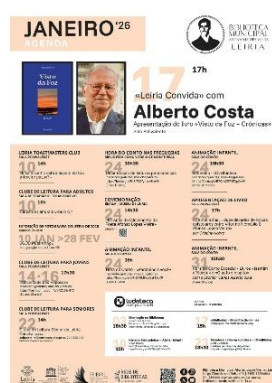
Atualmente, as redes sociais da BMALV têm:

- Facebook – 10.799 seguidores
- Instagram – 4.198 seguidores
- Youtube - 347 seguidores
- X - 25 seguidores
- Threads – 565 seguidores

Relativamente aos canais de comunicação da BMALV:

- WhatsApp – 44 seguidores
- Telegram – 112 seguidores

Neste período em apreço a BMALV apresentou a sua agenda cultural eclética, com oferta relativa a diversas manifestações culturais, com destaque para o Leiria Convida com Francisco Teles da Gama, Leiria Convida com Alberto Costa, apresentação de livros, exposições, ateliês, e outras atividades para todos os públicos.



Apresentação dos Livros:

- Lucy: uma história de esperança» de Tânia Bailão Lopes
- «Amanhecer ao teu lado» de José Carvalho
- «Eu sou assim» de Adriana Ferreira

Realizaram-se ainda na galeria de arte da BMALV, as exposições «MEMÓRIAS E TRADIÇÕES» do Centro Social Paroquial de Regueira de Pontes, «Porcarias» de Tiago Cabeça e «GOD Publishing».

Decorreu ainda, o Clube de Leitura Livros & C.^a, o Clube de Leitura para Jovens «Sociedade das Raposas», o Clube de Leitura Sénior de Leiria, a Meditação na Biblioteca, a Malharia – Encontro de Malhas, o atelier «Ideias e Brincadeiras», a Hora do Conto nas Freguesias, a Hora do Conto, Bebeteca, o Teatro de Natal «Cartas ao Pai Natal», a Comemoração do «80 Anos do falecimento do Poeta Afonso Lopes Vieira» e o XVIII Encontro da Rede de Bibliotecas de Leiria.

ANIMAÇÃO

- Hora do Conto – 2 sessões – 40 crianças + 20 acompanhantes
- Teatro de Natal – 12 sessões – 300 crianças + 40 acompanhantes
- Bebeteca - 2 sessões – 20 crianças + 30 acompanhantes
- Ideias e Brincadeiras - 2 sessões – 30 crianças + 20 acompanhantes
- Hora do Conto das Freguesias - 2 sessão – 40 crianças + 20 acompanhantes
- Histórias de Fio a Pavo - 4 sessões – 50 utentes + 10 acompanhantes

Neste período em apreço decorreram também os projetos:

Serviço Empréstimo na Unidade de Internamento de Doentes de Evolução Prolongada de Psiquiatria (UIDEPP) nos Andrinos - Hospital de Leiria

- 1 Tertúlias; 20 participantes; 40 empréstimos

Tertúlia "Janelas para o mundo - livros que nos tocam":

- Estabelecimento Prisional Preventivos - 2 tertúlias; 23 participantes; 70 empréstimos
- Estabelecimento Prisional Jovens - 3 tertúlia; 30 participantes; 120 empréstimos
- «Conta-nos histórias» para crianças internadas nos Serviços de Pediatria e UCEP do Hospital de Leiria – 72 empréstimos
- XVIII Encontro da Rede de Bibliotecas de Leiria – 22,24 e 26 de novembro de 2025 – 130 participantes

**DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

- Plano Pormenor do Vale da Cabrita. Alteração de todas as Peças Desenhadas (adaptação à nova cartografia 1/500);
 - Alteração à proposta de estacionamento para carros na Avenida Bernardo Pimenta;
 - Nova proposta de perfil no nó da Barosa;
 - Parque Empresarial de Monte Redondo, planta com alienação dos lotes 8,21, 29, 40 e 45 hasta pública;
 - Estação de comboios de Leiria, proposta de estacionamento;
 - Feira levante na Praia do Pedrogão, nova proposta de implantação;

- Mercado Falcão, alteração à proposta;
- Mercado Municipal de Leiria, nova proposta para Unidades Suscetíveis de Utilização Independente;

- Variante da Estação da Barosa – Nível II.

Plano Pormenor do Vale da Cabrita

- Apresentação de pedido de esclarecimento jurídico de dúvidas cadastrais/legitimidade
- Continuação de desenvolvimento do desenho urbano do plano, em função da sobreposição cadastral observada, e da necessidade de afetação de lotes não edificados a habitação a custos controlados
- Continuação de elaboração do quadro síntese de parâmetros urbanísticos do Plano
- Elaboração de proposta de minuta de deliberação para prorrogação de elaboração do Plano
- Elaboração de plano de ação para desenvolvimento do Plano de Pormenor do Vale da Cabrita

No que respeita à 6.ª alteração ao PDM de Leiria, no período em análise, foi efetuada a Conferência Procedimental com a presença da CCDR Centro e as demais entidades convocadas. No seguimento foi elaborado o relatório de ponderação dos pareceres emitidos no âmbito da Conferência Procedimental. Posteriormente foi iniciado o período de Discussão Pública da 6.ª alteração, que decorrerá até ao dia 28 de novembro. Conclusão do Relatório de Avaliação Ambiental (e respetivo Relatório Não Técnico), levado a cabo no âmbito do procedimento da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da 6.ª Alteração ao PDM de Leiria, após ponderação dos pareceres das Entidades com Interesses Relevantes a Ponderar (ERIP).

No âmbito do Plano de Pormenor do Vale da Cabrita foi efetuada a recolha de informação com vista a adaptação às novas intenções do Município para o desenvolvimento urbano da área, que passa pela previsão de lotes para habitação a custos controlados. Deu-se continuidade à elaboração de proposta para desenho urbano, desenvolvimento volumétrico dos lotes não edificados e quadro síntese de parâmetros urbanísticos em elaboração. Procedeu-se à elaboração de proposta de minuta de deliberação para sujeição do Plano a procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e deu-se início à elaboração do Relatório de Definição de Âmbito da AAE do Plano.

No âmbito do Plano de Pormenor de Santo Agostinho foi elaborada o relatório técnico de fundamentação da proposta de revogação do Plano, para discussão em reunião de Câmara Municipal e posterior decisão em Assembleia Municipal.

No que respeita ao Plano de Pormenor do Outeiro Pelado, foi elaborada a certidão relativa ao PP para efeitos registais a apresentar na Conservatória do Registo Predial.

No período em análise foi dado início ao processo da 3ª Alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) de Leiria, inserida no âmbito do PIP da SECIL.

Os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho dos Sistemas de Informação Geográfica foram repartidos entre trabalhos internos da DIPOT e trabalhos desenvolvidos em resposta a necessidades de outras unidades orgânicas, dos quais de destacam:

- Implementação do formulário para a discussão pública da 6ª alteração ao PDM e conclusão do

email a receber pelos munícipes de confirmação após submissão da participação, com informação anexa que resume a exposição.

- Criação de um webservice com informação geográfica para consulta (números de polícia, lugares, rede viária, processos de edificação e implantação, loteamentos e arqueologia).

Ainda no âmbito da colaboração com outras unidades orgânicas e apoio a munícipes, dos vários projetos que decorreram, destacam-se:

- Elaboração de certidões de usos, condicionantes e servidões.
- Resposta a pedidos de esclarecimentos sobre questões colocadas no âmbito do PDM.
- Emissão de pareceres e informações de enquadramento nos instrumentos de gestão territorial, quer a solicitação de outras unidades orgânicas dos serviços, quer a pedido de munícipes ou entidades terceiras;
 - Atendimento telefónico auxiliando no acesso e exploração interativa com os mapas do Portal Geográfico de Leiria (SIG).
 - Análise e parecer sobre Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD), relativos a processos T-94/2023 – Habitação a custos controlados – Rua da Mata, UF Parceiros e Azóia e T-31/2019 – Projeto Topo Norte do Estádio Municipal de Leiria, UF Leiria, Pousos, Barreira e Cortes;
 - Colaboração com a DIPIU na elaboração de peças escritas de projetos, nomeadamente enquadramento no PDM, elaboração de Memórias Descritivas e garante do cumprimento de formalismos legais (submissão nas plataformas SIRJUE e SILIAMB), para o processo T-08/2023 – Centro Logístico Municipal.
 - No âmbito do apoio técnico, foram georreferenciados no sistema de coordenadas oficial em uso no município, os levantamentos topográficos recebidos na caixa de email levtop@cm-leiria e garantida a sua compatibilização com os dados inseridos pelo serviço de cadastro;
 - Apoio técnico e fornecimento de informação geográfica (cartografia e ortofotomapas) aos técnicos de outras divisões no âmbito de vários projetos em curso;
 - Apoio técnico ao balcão único de atendimento presencial e apoio técnico telefónico à emissão de plantas e análise da informação geográfica disponível online.

No âmbito da 6.ª Alteração ao PDM

- Tramitação da fase de Discussão Pública, designadamente com análise e ponderação das participações apresentadas.
- Tratamento de participações na respetiva plataforma, formulação de respostas e identificação classificação do solo e condicionantes.
- Solicitação de elementos complementares no âmbito de audiência do interessado relativamente às participações submetidas (avaliação dos elementos entregues e respostas).
- Contributos para a redação de alguns artigos do regulamento do PDM.
- Contributos para o relatório de Discussão Pública.
- Elaboração de apresentação com análise estatística da participação na Discussão Pública, para divulgação aos presidentes de junta.
- Dinamização de reuniões de trabalho informais para análise, avaliação da situação do andamento dos trabalhos, execução de tarefas na sequência e sua coordenação.

- Participação em diversas reuniões com vista ao esclarecimento de munícipes relativamente à fase de discussão pública.

No âmbito do PP de St. Agostinho

- Elaboração, conjunta, de documento técnico fundamentado com vista ao apoio a uma tomada de decisão quanto à oportunidade da revogação do plano de pormenor.
- Subsequente tramitação de procedimentos tendentes à revogação.

No âmbito do PP do Vale da Cabrita

- Avaliação do ponto da situação do andamento dos trabalhos de elaboração do plano de pormenor.
- Elaboração conjunta de um pedido de esclarecimentos jurídicos sobre questões de legitimidade e efeitos práticos dela resultantes.
- Promovida a realização de um plano de ação com vista à identificação das tarefas e meios necessários à célere concretização do plano.
- Recolha de informação com vista a adaptação às novas intenções do Município para o desenvolvimento urbano da área, que passam pela previsão de lotes para habitação a custos controlados.

No âmbito do PP do Arrabalde da Ponte

- Participação em reunião conjunta com a unidade de Toponímia e Cadastro, com munícipe, no sentido de prestar esclarecimentos sobre o plano de pormenor.

Diversos

- Participação em duas reuniões de trabalho com as Infraestruturas de Portugal, SA sobre a linha de alta velocidade (LAV).
- Colaboração na elaboração de certidão referente ao Plano de Pormenor do Outeiro Pelado.
- Elaboração de diversas informações e prestação de esclarecimentos ao Vereador do Pelouro do Urbanismo sobre o PDM e casos práticos.
- Colaboração no transporte do arquivo físico da Divisão que se encontrava alojado noutra Serviço.
- Elaboração de 57 certidões de usos e condicionantes;
- Informações técnicas e gráficas em resposta a 107 solicitações via e-mail por parte dos munícipes;
- Informações técnicas e gráficas em resposta ao solicitado por outras unidades orgânicas;
- Apoio técnico ao balcão único de atendimento presencial e apoio técnico telefónico à emissão de plantas e análise da informação geográfica disponível online;
- Elaboração de peças desenhadas de apoio a iniciativas privadas, de acordo com solicitações do Executivo e das demais unidades orgânicas, nomeadamente identificação e execução de documento com as várias áreas de interesse para colocação de pista de operação de drones da empresa Tekever e realização de peças gráficas de apoio à análise do projeto para criação de vala para abastecimento com Biometano – Valorlis;
- Apoio à 6.ª alteração com tratamento de participações na respetiva plataforma, formulação de respostas e identificação/classificação do solo e condicionantes.

6.ª Alteração ao PDM

- Análise e ponderação das participações recebidas na discussão pública;
- Alteração ao regulamento;
- Colaboração na elaboração do relatório de ponderação da discussão pública;
- Colaboração no relatório – proposta final a submeter a aprovação da Assembleia Municipal;
- Elaboração de informação para submissão à reunião de Câmara- Aprovação da Assembleia Municipal.

Declaração de Interesse Público Municipal

- Colaboração na definição de critérios para efeitos de emissão da Declaração de Interesse Público Municipal, elemento instrutório necessário para a instrução do pedido de reconhecimento do Relevante Interesse Público (RIP) de ações que se insiram em área de Reserva Ecológica Nacional e ou Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- Elaboração de informação para remeter à Assembleia Municipal para aprovação.

Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

Elaboração de nota explicativa dos artigos 72.º, 72.º- A e 72.º- B do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT), aprovado pelo Decreto-lei 80/215 de 14 de maio, na redação atual.

Colaboração com outras Unidades Orgânicas-

- Alteração de via e Estacionamento A19- Informação enquadramento PDM;
- Proposta de aquisição da herança de João Carlos Almeida - Informação enquadramento PDM;
- Construção de um mercado de produtos locais e parque de estacionamento de apoio ao Museu D. Julinha- Informação enquadramento PDM.
- Abertura de vala da E redes- Informação enquadramento PDM;
- Abertura de vala de Gás Parceiros – Azoia- Informação enquadramento PDM.
- Informação sobre de viabilidade de edificação de moradia a custos controlados em terreno rústico - Enquadramento PDM.

SIGMA

- NIPG 58276/25 PP Santo Agostinho, elaboração da súmula para aprovação da Assembleia Municipal de 28.10.2025;
- NIPG 58276/25- PP Santo Agostinho, apresentação de novo cronograma tendo em conta reuniões da AM 28.11.2025 e 12.12.2025;
- NIPG 49361/25 Confirmar os documentos submetidos Discussão Pública;
- NIPG 60418/25- Enquadramento no PDM Parque de Campismo na Serra do Branco;
- NIPG 55521/256. Alteração ao PDM Sugere alteração estruturais de reclassificação do solo da freguesia do Souto da Carpalhosa- Elaboração.

Notificações da Reserva Agrícola Nacional

- 624/ER-RAN.C/2025 – Informação com o enquadramento no PDM
- 625/ER-RAN.C/2025 – Informação com o enquadramento no PDM

- 37_ER_RANC_2026 – Informação com o enquadramento no PDM
- 38_ER_RANC_2026 – Informação com o enquadramento no PDM
- 39_ER_RANC_2026 – Informação com o enquadramento no PDM

No período em análise:

1. No âmbito da 6.ª alteração ao PDM Leiria

b) Gestão documental de processos/participações submetidas no âmbito da 6.ª alteração ao PDM, para efeitos de análise posterior, aquando do término do período de discussão pública, o qual decorreu de 7 a 28 de novembro de 2025;

b) Promoção das diligências necessárias para efeitos de apresentação em sede de reunião de Câmara e Assembleia Municipal dos elementos da 6.ª alteração ao PDM Leiria, nomeadamente do Relatório Ambiental final e do Relatório Não Técnico, da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano.

2. No âmbito do Plano de Pormenor do Vale da Cabrita (PPVC)

b) Elaboração do Relatório de Definição de Âmbito da AAE do PPVC.

3. Análise e parecer sobre Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPRCD) de projetos a tramitar pelo DEDT, nomeadamente:

b) T-11/2020 – Lote 2 – Projeto de Requalificação da Escola EB 2/3 Marrazes, UF Marrazes e Barosa;

b) T-22/2025 – Elaboração de Projeto de Execução do Espaço da Polícia Municipal, UF de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes;

b) T-31/2019 – Topo Norte do Estádio Municipal de Leiria, UF de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes;

b) T-38 de 2023 – Substituição da cobertura do Centro de Saúde Gorjão Henriques, UF de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes;

b) T-67/2022 – Arranjos exteriores e Reabilitação de Armazéns em Edifício Municipal_ Ponte Hintze Ribeiro, UF de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes;

b) T-02/2022 – Reabilitação do Antigo Edifício da EDP_Espaços CoWork, UF de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes;

4. Colaboração com a DIPIU/DIOM/ na elaboração dos fatores e subfatores ambientais do critério de adjudicação por proposta economicamente mais vantajosa do concurso internacional da empreitada relativa ao projeto “T-31/2019 - Construção do Leiria Innovation Hub, Leiria”, nomeadamente elaboração do Fator C – Desempenho Ambiental da Proposta e respetivos subfatores.

5. Colaboração com a DIPIU/DIOM na elaboração de peças escritas de projetos, nomeadamente enquadramento no PDM, elaboração de Memórias Descritivas e garante do cumprimento de formalismos legais (submissão nas plataformas SIRJUE, SILIAMB/LUA), nomeadamente no período em causa, para os seguintes processos:

b) T-72/2022 – Complexo Piscinas ao Ar Livre (Aquapolis);

b) T-26/2023 – Projeto Ponte Pedo-ciclável sobre o rio Lis e Lena;

b) T-42/2023 – Lote 6 – Requalificação e Beneficiação de Diversos Arruamentos no Concelho de Leiria.

6. Colaboração com a DIPIU na elaboração/validação de Check-List Ambientais para efeitos de instrução de processos de candidaturas a fundos comunitários dos projetos/empreitadas da CML, no período em causa:

- b) T-11/2020 - Lote 2 – EB 2/3 Marrazes – Check-List Ambiental;
- b) T-31/2019 – Construção do Leiria Innovation Hub – Check-List Ambiental.

3ª alteração à delimitação da REN do município de Leiria

PIN SECIL

Preparação de informação (NIPG 57777/25) relativa à 3.ª alteração à delimitação da REN do município de Leiria, para a Reunião de Câmara de 10 de novembro;

Em anexo à informação vão os seguintes documentos: Memória Descritiva e Justificativa; Declaração assinada pelo sr. Presidente da Câmara e elementos do projeto em causa e comprovativo de Projeto de Interesse Nacional (PIN);

Elaboração de ponto de situação para a AICEP, relativamente ao procedimento de alteração da REN;

Envio dos elementos para a CCDRC para dar início ao procedimento e elaboração da Conferência

Procedimental: Quadro_Anexo; shapes; carta da REN (geotiff tfw); cartografia base; metadados e projeto secil.

6ª Alteração

Envio de elementos para a DGADR, relacionados com as áreas a excluir do AHVL e verificação das situações já excluídas do AHVL;

Reuniões de trabalho com requerentes para esclarecimentos sobre a 6ª alteração;

Atendimento telefónico para esclarecimento de dúvidas relativamente aos elementos a apresentar no âmbito da Discussão Pública da 6ª alteração ao PDM;

Introdução das reclamações que deram entrada via papel e email na plataforma;

Inserção de vários polígonos de localização das participações apresentadas;

Verificação de todas as participações no que se refere à delimitação do polígono alvo de reclamação;

Análise e ponderação das participações de acordo com os critérios definidos;

Elaboração de várias respostas para as participações da Discussão Pública;

Unidade de Execução da JJR E FILHOS

Breve análise dos elementos remetidos pelo promotor da Unidade de Execução e solicitação de elementos em falta;

Delimitação da REN do Município de Leiria de acordo com as Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais;

Reunião com a equipa da Terraforma, no qual ficou combinado o reinício do procedimento concursal aquando da finalização da discussão pública da 6ª alteração;

As AUC já irão com as propostas da 6ª alteração;

Informações:

Reunião sobre a Quinta do Faria, património da Câmara, relativamente aos usos e condicionantes e sobre o que se poderá efetuar à luz do PDM;

Resposta a informações relativas ao NIPG 55130/25;

Resposta ao NIPG 60761/25 - ARH-Centro – Pedido de cartografia das áreas inundáveis e risco de inundação - Compilação de todos os elementos para enviar à APA;

NIPG 55740/25 - Resposta a município sobre a forma como poderia apresentar a participação no âmbito da discussão pública da 6ª alteração;

Enquadramento do PDM para a empresa Lambert Bioenergy e Green valley;

Enquadramento do PDM relativo à ponte das Mestras;

Resposta ao NIPG 47339/25 relativamente à Altriflorestal, sobre o entendimento no que se refere à plantação de espécies de crescimento rápido na categoria de espaços florestais de conservação.

PP do Outeiro Pelado

Reunião sobre a questão de poder ser alterado para enquadrar um novo polígono de implantação diferente do existente no PP.

Green Venture - Instalação de uma unidade de produção de energia para injeção no gasoduto

- Elaboração de enquadramento no PDM e na perigosidade

DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS MUNICIPAIS

Elaboração, acompanhamento e coordenação dos seguintes projetos/ações:

- Projetos e candidaturas: apoio ao Departamento na coordenação dos projetos financiados, no âmbito do PRR, e outros Avisos, de acordo com calendarização prevista e respetivos procedimentos concursais: projetos de arquitetura e especialidades e pareceres de entidades;
- Grupo de trabalho sobre projeto de Parque Urbano em Maringá - conceção de projeto;
- T31/19 Revisão de alteração do projeto de execução do Topo Norte (Fase 2): em projeto de execução
- T 65/19 - Reabilitação de 35 Habitações Sociais - Acompanhamento do desenvolvimento de peças necessárias à candidatura, em fase de Assistência Técnica (Certificado Energético);
- T11/20 (Lote1) D Dinis – obra em curso - apoio técnico;
- T 19/20 Requalificação e Apetrechamento da Esc. Afonso Lopes Vieira – obra e apoio técnico;
- T 37/20 - Requalificação da Antiga Adega Cooperativa, Cortes - revisão do projeto (equipa projetista a desenvolver resposta à equipa revisora);
- T124/20 EBi S. Romão – obra e apoio técnico;
- T 10/21 – Parque de Estacionamento junto à Rotunda D. Dinis – Preparação de elementos para futura instalação de doca de bicicletas;
- T 48/21 - Reabilitação do Solar das Artes da Barreira - Revisão do projeto de execução (Fase do Jardim);
- T 127/21 - Elaboração do Projeto de Requalificação da Rua Emídio Agostinho – Leiria – Fase de anteprojecto com agendamento de reunião para a definição final de traçado;
- T 130/21 – Requalificação da Rua de Santa Clara – Aguarde-se a entrega do anteprojecto/ projeto base, com as alterações solicitadas na última reunião com a equipa projetista;
- T 131/21 – Requalificação da R. N. S.ra Amparo – A aguardar entrega de elementos por parte da equipa projetista em fase de anteprojecto;
- T 02/22 - Antigo Edifício EDP, Espaço Co-work - Projeto de execução em processo de revisão.

- T52/22 - Requalificação da Rotunda Dom Dinis e envolvente: Reunião com executivo para definição de estratégia. A aguardar nova reunião com projetistas com propostas de acordo com o discutido na última reunião;
- T 67/22 - Projeto de arranjos exteriores e reabilitação de armazéns em edifício municipal - Ponte Hintze Ribeiro – Revisão de projeto de execução;
- T 72/22 – Projeto de Complexo de Piscinas ao Ar Livre – A aguardar pareceres das entidades externas competentes para aprovar projeto base;
- T 75/22 – Requalificação da R. D. José Alves Correia da Silva – Fase 2 – A aguardar aprovação de projeto de execução;
- T 08/23 – Projeto de Execução Centro Logístico Municipal – aguarda projeto base - arquitetura;
- T 26/23 – Projeto de Execução ponte pedo-ciclável sobre rios Lis e Lena – a aguardar projeto de execução e pareceres das entidades externas competentes;
- T 51/23 – Alteração ao Parque Verde de Leiria – Fase 1: em empreitada. Fase 2 – a aguardar informações relativas a caminho hidráulico;
- T 92/23 - Habitação Custos Controlados - Rua da Cova, Bidoeira de Cima – Trabalhos Complementares - projeto de execução e procedimento de empreitada em condições de ser aprovado;
- T 93/23 - Habitação Custos Controlados – Granja, Monte Real – Projeto de execução;
- T94/23 - Habitação Custos Controlados – Rua da Mata, Parceiros – Projeto de execução concluído;
- T 98/23 - Projeto Centro de Recolha Oficial Animal – Projeto Base Terminado - Preparação de declaração de cedências da via;
- T 101/23 - Revisão de Projeto (T66/19) Assembleia Municipal - Revisão Concluída;
- T 103/23 - Projeto de requalificação da envolvente da EN356-2 – A aguardar contratação de revisão de projeto;
- T 28/24 – Projeto de execução de estacionamento Avenida Papa Francisco – A aguardar início de empreitada;
- T 31/24 – Requalificação de 7 habitações (8 fogos) do Bairro Secil, Maceira – aguarda entrega de Fase 1 corrigida - levantamento topográfico, arquitetónico e relatório de diagnóstico;
- T 53/24 – Projeto Valorização Abrigo Lagar Velho, Lapedo – ajuste direto;
- T 04/25 - Percurso pedo-ciclável AQUAPOLIS – projeto de execução em elaboração;
- T 10/25 - Proposta nº 423 OP 24/25 - Edifício apoio Mercado Bajouca - Reabilitação de Edifício de Apoio ao Mercado dos 13 Bajouca: Estudo Prévio Aprovado; Contratação de especialidades Anteprojecto;
- T 20/25 - Projeto Requalificação e Ampliação CS Dr. Gorjão Henriques – em fase de elaboração de projeto base;
- T22/25 Proj. Execução Espaço Polícia Municipal – Projeto de Especialidades e Arquitetura: recolha de pareceres, análise e solicitação de alterações finais ao projeto de execução;
- T32/25 OP 23/24 - Proposta nº460-Sala Polivalente – EB. José Saraiva – Estudo Prévio;
- T 33/25 - Projeto de Execução de Obras de Urbanização nos Parceiros (Acesso a Habitações de Custos Controlados) – Fase de anteprojecto a aguardar elementos por parte da equipa projetista para correta instrução do anteprojecto;

- T 34/25 - Aquisição de serviços para execução de levantamento topográfico das antigas instalações do Instituto da Vinha e do Vinho de Leiria – Suspensão
- T 55/25 - Aquisição de serviços para execução de levantamento topográfico e levantamento cadastral de redes de infraestruturas - rua Paulo VI - Leiria. O contrato foi assinado a 04-11-2025 – A aguardar entrega final do LT e contratação do LC;
- T 63/25 - Projeto de execução para construção de parque de estacionamento do Centro de Saúde Dr. Gorjão Henriques, Leiria – Aguarda-se entrega de Estudo Prévio;
- T 72/25 - Aquisição de serviços para Elaboração de projeto ordenador da Rua Paulo VI: Contrato assinado a 12-11-2025 - Reunião com SMAS e a aguardar disponibilização de informação à equipa projetista incluindo levantamento topográfico e levantamento cadastral;
- T 78/25 - Proposta nº 424 -OP24/25 – Pista de corta-mato, Bajouca; Projeto de execução aprovado;
- T 86/25 - Projeto de execução para a requalificação do arruamento de acesso à Quinta da Malta e respetivo parque de estacionamento – A aguardar assinatura de contrato para prestação de serviço;
- T 92/25 - Projeto de Execução para edificação de Unidade de Saúde da Ortigosa e Regueira de Pontes – em fase de contratação da prestação;
- T96/25 - Balneários Parque Campismo Pedrógão - início de procedimento (aguarda Cabimento)
- T 02/26 - Levantamento topográfico e Infr. Cadastrais_U.S. de Ortigosa e Reg. De Pontes – em fase de contratação da prestação;
- T 04/26 - Projeto de Execução CDI para Inst. Equipamento de Radiologia Digital no C.S. Gorjão Henriques – em fase de aprovação de Estudo Prévio pela ULSRL;
- EB2,3 Parceiros – apoio técnico na definição de programa e escolha de terreno para construção de nova escola
- Requalificação da EB2,3 de Sta Catarina da Serra – recolha de elementos e visita ao local para início de procedimento
- Requalificação da EB2,3 de Caranguejeira - recolha de elementos e visita ao local para início de procedimento;
- Avaliações no âmbito do Código de Imposto sobre Imóveis, Finanças Leiria 1 e Leiria 2, (vogal do ML);
- Loja de Cidadão. Execução da descrição base para efeitos de alteração do título constitutivo de Propriedade Horizontal -. Enviado para Divisão de património para os devidos efeitos;
- Loja de Cidadão - Finalização das plantas e respetivo cálculo de áreas. para efeitos de alteração do título constitutivo da Propriedade Horizontal;
- Alterações ao projeto da Unidade de Saúde dos Pousos, para implementação em outras Unidades de Saúde;
- Estudo para Kiss&Ride junto à Escola D. Dinis, no espaço do actual posto combustível da GALP e reorganização do espaço exterior;
- Edição na plataforma SIG, das “PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS”, Obras Municipais, referentes ao ano 2025;
- Apoio continuado aos múltiplos pedidos de tarefas feitos por todos os técnicos da DiEPM;

UNIDADE DE REGENERAÇÃO URBANA**Áreas de Reabilitação Urbana da Cidade de Leiria - ARU**

- Atualização do cadastro matricial das ARU da cidade de Leiria – permanente;
- Emissão de Certidões de localização de edifícios em ARU;
- Criação da base de dados de recolha de elementos do espaço público (mobiliário urbano/luminárias/sinalização/sentidos de trânsito);
- Colaboração com a Divisão do Património Municipal na identificação e implantação em SIG das respetivas matrizes;
- Acompanhamento de proposta de requalificação do espaço público - rua Barreto Perdigão. Edifícios Devolutos para efeitos fiscais - 2025 - Decisão Final - Reunião de Câmara, de 21 de novembro de 2025.
- Análise e informação técnica dos elementos rececionados no âmbito da Audiência Prévia;
- Atualização das “Listas dos edifícios Devolutos da ARU do Centro Histórico e da ARU N.ª S.ª da Encarnação - 2025 - Decisão Final” e respetivos relatórios.
- Elaboração das comunicações resultantes das pronúncias recebidas no âmbito da Audiência Prévia, e aos restantes proprietários constantes nas listas finais.

Benefícios fiscais Reabilitação

- Taxa reduzida de IVA (verba 2.23 do Anexo I do código do IVA) certificação de obra de reabilitação - emissão de pareceres e prestação de esclarecimentos face à alteração do CIVA.

Estudos sobre o Centro Histórico

- Recolha de dados do edificado referente ao Centro Histórico e inserção em SIG.
- Análise do estudo sociodemográfico do Centro Histórico, 2006, e elaboração relatório (métodos, técnicas e os meios humanos a adotar na repetição do estudo).
- Levantamento dos pontos de iluminação pública das fachadas do Centro Histórico (em elaboração);
- Interação e intervenção com restantes serviços no âmbito da gestão do espaço público do C.H.;
- Projeto de pintura das fachadas da Rua Barão de Viamonte (rua Direita) - em elaboração;

Exercício do Direito de Preferência

- Gestão dos pedidos, através da plataforma “Casa Pronta” - referentes aos edifícios inseridos nas áreas definidas para o efeito.

Gestão Urbanística nas ARU

- Acompanhamento dos projetos em licenciamento e de vistoria nas ARU’S da cidade.
- Apoio técnico - Disponibilização aos proprietários e projetistas;
- Apoio administrativo, informático e outros, em colaboração com os técnicos.

DIVISÃO DE GESTÃO E FUNDOS ESTRUTURAIS

Mapa de Monitorização das Candidaturas

Divisão de Gestão de Fundos Estruturais

CANDIDATURAS PRR

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ 29 139 247,79	97%	€ 28 209 038,58	€ 4 230 570,49	€ 11 929 467,14	41%	€ 10 811 816,66	38%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ -	00%/00	€ -	€ -	€ -	00%/00	€ -	00%/00
TOTAL	€ 29 139 247,79		€ 28 209 038,58	€ 4 230 570,49	€ 11 929 467,14	41%	€ 10 811 816,66	38%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS POR APROVAR	€ 1 297 153,90	100%	€ 1 297 153,90	€ 95 211,24				
TOTAIS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS	€ 30 436 401,69	97%	€ 29 506 192,48	€ 4 325 781,74				

CANDIDATURAS PORTUGAL2030

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ 9 460 215,63	83%	€ 7 871 234,92	€ 2 775 454,29	€ 5 595 301,56	59%	€ 4 592 473,29	58%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ -	00%/00	€ -	€ -	€ -	00%/00	€ -	00%/00
TOTAL	€ 9 460 215,63		€ 7 871 234,92	€ 2 775 454,29	€ 5 595 301,56	59%	€ 4 592 473,29	58%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS POR APROVAR	€ 18 383 019,47	75%	€ 13 751 606,59	€ 14 333 000,31				
TOTAIS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS	€ 27 843 235,11	78%	€ 21 622 841,51	€ 17 108 454,59				

CANDIDATURAS CCDRC-BEI

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ -	00%/00	€ -	€ -	€ -	-	€ -	00%/00
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ -	00%/00	€ -	€ -	€ -	-	€ -	00%/00
TOTAL	€ -		€ -	€ -	€ -	00%/00	€ -	00%/00
TOTAIS DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS POR APROVAR	€ 9 505 321,25	100%	€ 9 505 321,25	€ 462 623,18				
TOTAIS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS	€ 9 505 321,25	100%	€ 9 505 321,25	€ 462 623,18				

CANDIDATURAS PORTUGAL 2020

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ -	00%/00	€ -	€ -	€ -	-	€ -	00%/00
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ 35 066 203,92	91%	€ 31 981 768,09	€ 15 687 183,51	€ 35 066 203,92	100%	€ 31 952 159,78	100%
TOTAL	€ 35 066 203,92	91%	€ 31 981 768,09	€ 15 687 183,51	€ 35 066 203,92	100%	€ 31 952 159,78	100%

CANDIDATURAS OUTROS APOIOS

	Inv. Elegível	Taxa média	Comparticipação	AL	Valor total dos pedidos de pagamento submetidos	Taxa de execução financeira, submetida	Comparticipação transferida	Taxa comp. transferida
TOTAIS DAS CANDIDATURAS APROVADAS EM EXECUÇÃO	€ 69 434,18	69%	€ 48 000,00	€ 21 434,18	€ 46 033,43	66%	€ 9 434,20	20%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS ENCERRADAS E/OU SALDO FINAL VALIDADO	€ 470 168,38	70%	€ 330 416,16	€ 139 752,22	€ 330 416,16	70%	€ 330 416,16	100%
TOTAL	€ 539 602,56	70%	€ 378 416,16	€ 161 186,40	€ 376 449,59	70%	€ 339 850,36	90%
TOTAIS DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS (OU NEGOCIADAS) POR APROVAR	€ 13 979,00	100%	€ 13 979,00	€ -				
TOTAIS DOS COMPROMISSOS FINANCEIROS COM CANDIDATURAS	€ 553 581,56	71%	€ 392 395,16	€ 161 186,40				

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E MOBILIDADE
DIVISÃO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES**1. Contratos de avença**

A operação dos parques de estacionamento cobertos da Fonte Quente e do Mercado de Sant'Ana registou uma variação positiva de **27,50%** no número de contratos ativos, que passaram de **160 para 204**, evidenciando uma procura crescente e contínua por soluções de estacionamento de utilização regular. O tempo médio de resposta administrativa fixou-se em **10 dias úteis**, verificando-se o integral cumprimento dos prazos estabelecidos nos instrumentos regulamentares aplicáveis.

2. Cartões de residente

Foram emitidos **58 cartões de residente, com crescimento de 5,45% face ao período anterior**, aqui justificado pela recente emissão de cartões para o centro histórico. O tempo médio de resposta administrativa situou-se em **12,5 dias úteis**. A **Zona A** continua a evidenciar maior pressão sobre a oferta disponível, (74% das vagas disponíveis) justificando a monitorização contínua e a eventual revisão da política de quotas, em sede de futura revisão regulamentar, de forma a assegurar a gestão equilibrada do espaço de estacionamento e a conformidade com os objetivos regulatórios municipais.

3. Sistema BICLIS

O sistema registou uma **variação negativa de 7,75%**, passando de **142 para 131 utilizadores ativos**, refletindo o encerramento de candidaturas.

Encontra-se em curso o processo de recolha das bicicletas, na sequência do termo de vários períodos de subscrição. Os equipamentos estão a ser sujeitos a revisão técnica e manutenção, com vista a assegurar as condições operacionais necessárias à abertura de uma nova fase de candidaturas.

DIVISÃO DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**RESÍDUOS URBANOS:**

- Continuidade dos projetos "Se Não Vestes, Valoriza";
- Leiria + Verde, BioLeiria e RecicLar.

LUTA ANTI-MURINA:

- Ações preventivas de controlo de pragas urbanas;
- 2 ações de desbaratização;
- 3 ações de Desinsetização;
- 32 ações de desratização.

SERVIÇO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL:

- Gestão da Informação no Processo de Controlo e erradicação da Vespa Velutina (389 ocorrências reportadas); Resposta a denúncias recebidas e a ocorrências ambientais detetadas no âmbito das atividades de vigilância: (Poluição e descargas em linhas de água – 2;
- Poluição e descargas no solo – 6;
- Deposições indevidas – 1; Obstrução de Linhas de água – 2;

- Realização de 2 Vistorias conjuntas nos termos do artigo 41.º (reexame) do Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária (NREAP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho.

RECURSOS HÍDRICOS – Acompanhamento de intervenções em linhas de água integradas na rede hidrográfica do concelho.

UNIDADE DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

No âmbito do Centro de Interpretação Ambiental foram realizadas as seguintes atividades:

- A 07 de novembro de 2025, foi atribuído ao Município de Leiria o prémio internacional Bandeira Azul 2025, tendo sido distinguido como um dos vencedores do Concurso Internacional de Boas Práticas Bandeira Azul, na categoria *Medidas para prevenir a perda de polinizadores e insetos*, no Hemisfério Norte, pelo trabalho desenvolvido pelo Centro de Interpretação Ambiental nesta área.
- Decorreu no dia 08 de novembro de 2025 a 4.ª edição do Fórum Ambiente – *Quanto vale a Natureza*, que contou com 103 participantes, um evento de reflexão, partilha e debate sobre os atuais desafios ambientais e soluções para o futuro, com a presença de oradores de renome nacional e especialistas em sustentabilidade.
- No dia 14 de novembro de 2025 realizou-se no CIA uma ação de formação sobre Compostagem Doméstica destinada a assistentes operacionais, funcionários do Município de Leiria, a exercer funções em estabelecimentos de ensino.
- A 18 de novembro de 2025, o Teatro José Lúcio da Silva, em parceria com o CIA e no âmbito do Plano Local de Cinema, exibiu o filme *Lindo*. Nesse mesmo dia recebemos no CIA as alunas do Mestrado em Educação Básica do IPL, na componente de História e Geografia de Portugal, que tiveram oportunidade de conhecer as nossas atividades e metodologias de trabalho com crianças, explorando formas inovadoras de promover a educação ambiental.
- No dia 20 de novembro de 2025, demos uma aula aberta aos alunos de Engenharia da Energia e do Ambiente da ESTG.
- A 21 de novembro de 2025 celebrámos o Dia Mundial da Floresta Autóctone (assinalado oficialmente a 23 de novembro), através da realização de uma visita destinada a presidentes de junta e elementos dos respetivos executivos aos talhões 263 e 264 da Mata do Urso, para conhecimento dos trabalhos de restauro de ecossistemas em desenvolvimento pelo Município de Leiria. Foram também plantadas várias árvores e removidas plantas exóticas e invasoras, nomeadamente Chorão-das-Praias e acácias.
- No dia 22 de novembro de 2025 realizou-se o segundo *Conservando, Conversando* na Mata de Monte Real – Rota da Mata Real do Bosque dos Afetos, na União das Freguesias de Monte Real e Carvide, com a participação de 21 pessoas. Ainda neste dia celebrámos o Dia Nacional do Mar (assinalado a 16 de novembro), com a atividade *Praia Limpa*, em parceria com os Escoteiros de Leiria. Foram recolhidos 38,92 kg de resíduos.
- Durante a Semana Europeia para a Prevenção de Resíduos (22 a 30 de novembro de 2025) iniciámos a distribuição das *return box* da Edding Portugal para recolha de material de escrita (exceto lápis) pelos estabelecimentos de ensino, juntas de freguesia e espaços municipais.
- No dia 24 de novembro de 2025 comemorámos o Dia da Floresta Autóctone no Centro Escolar de Parceiros com a realização de atividades de educação ambiental e plantação de árvores autóctones.

- No dia 25 de novembro de 2025 realizámos uma atividade de retanchar junto à linha de água da Quinta da Gordalina, com a participação de utentes da Amitei e de crianças do O Pinóquio – Creche/JI.
- A 26 de novembro de 2025 dinamizámos uma atividade, no Centro de Interpretação Ambiental de Leiria, sobre Lixo Marinho com 76 alunos do 5.º ano do Colégio João de Barros de Pombal, refletindo sobre a importância da correta gestão dos resíduos, dos comportamentos diários e das suas consequências.
- No dia 27 de novembro de 2025 decorreu atividade de educação ambiental sobre compostagem, na EB1 Bidoeira.
- Durante este período foram realizadas sete atividades sobre a importância dos polinizadores no ecossistema e construção de hotéis de insetos, na Escola Básica José Mattoso.
- Com início a 03 de dezembro de 2025, encontra-se em desenvolvimento o Projeto Clim'arte, nos seguintes estabelecimentos de ensino: EB de Guimarota; EB da Barosa; Centro Escolar da Barreira; Escola Básica Amarela; EB de Bouça; EB Bidoeira de Cima; EB1 de Outeiro da Fonte; EB1 do Arrabal; EB de Chãs; EB de Agodim; EB1 Dr. Correia Mateus; EB1 Courelas; EB da Branca; Escola Básica de Capuchos e Centro Escolar de Monte Redondo.
- A 04 de dezembro de 2025 foram instalados novos ninhos para chapins, na Lagoa da Ervedeira, reforçando o compromisso com a biodiversidade e proteção das florestas.
- No dia 12 de dezembro de 2025 o Município de Leiria renovou o Galardão ECOXXI, obtendo a melhor pontuação de sempre: 93%.
- No dia 13 de dezembro de 2025 realizou-se a terceira sessão do *Conservando, Conversando* na Senhora do Monte, Cortes. A iniciativa reuniu 21 participantes.
- A 18 de dezembro de 2025 os alunos do TESP em Intervenção em Espaços Educativos, da ESECS – Politécnico de Leiria, estiveram no CIA para conhecer o nosso trabalho em educação ambiental e conservação. Construíram ainda um hotel de insetos no âmbito da reflexão sobre a importância dos polinizadores.
- A 29 de dezembro de 2025 o CIA procedeu ao controlo de Ervas das Pampas, nas instalações da CML da Guimarota, no estacionamento junto à Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo e no estacionamento entre o Orfeão de Leiria e o Estádio Municipal Dr. Magalhães Pessoa.
- No dia 12 de janeiro de 2026 decorreu a atividade Guardiões das Dunas com os alunos da EB1 Vidigal, que plantaram 640 pés de estorno (*Ammophila arenaria*) nas dunas junto à rotunda norte do Pedrógão, e recolheram 94,5 kg de lixo marinho do areal.
- No dia 21 de janeiro de 2026 realizámos na Escola Básica de Santa Catarina da Serra para um grupo do programa Erasmus, uma palestra sobre ações de conservação de ecossistemas, que permitiu compreender melhor os desafios associados à recuperação das matas nacionais do centro litoral.
- Nos dias 21 e 22 de janeiro de 2026, no âmbito do Projeto Educativo Municipal, realizaram-se visitas de estudo à ETAR das Olhalvas com turmas do Colégio Dinis de Melo, EB Correia Mateus e Escola Secundária Rodrigues Lobo.
- Participação em Conselhos Eco-Escolas: Colégio Dinis de Melo; Escola Secundária Domingos Sequeira; CE Parceiros; CE Barreira; EB1 Azóia; EB1 Reixida/Cortes; JI Barreira; JI Telheiro; JI Cortes; JI Reixida; JI Parceiros; JI Pernelhas; Casa da Árvore/JI Fraldinhas; Centro de Bem-Estar Infantil de Monte Real; Centro Escolar de Monte Redondo; Escola José Saraiva.

- No dia 26 de janeiro de 2026, assinalando o Dia Mundial da Educação Ambiental, 12 utentes do Lar Social do Arrabal visitaram o CIA para uma atividade sobre Lixo Marinho, causas e consequências, com o apoio da coleção de itens recolhidos em ações de limpeza da Praia do Pedrógão.
- No dia 27 de janeiro de 2026 decorreu a atividade *Pequenos polinizadores, grandes heróis* com as crianças do ATL da EB Branca, no CIA.
- Ao longo deste período participaram nas atividades do CIA e/ou visitaram o CIA 1.309 pessoas.

Outros

- Entrega das candidaturas ao Galardão Bandeira Azul da Europa: Praia do Pedrógão Centro; Praia do Pedrógão Sul; Lagoa da Ervedeira.

DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

DIVISÃO DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES E ESPAÇO PÚBLICO

AÇÕES RELEVANTES

A) No período em causa, destaca-se a elaboração de proposta de informação para efeito de aprovação pela Câmara Municipal, e subsequente submissão à Assembleia Municipal, do percentual inerente à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a vigorar para o ano de 2026, em cumprimento do estabelecido na Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, na sua redação atual (Lei das Comunicações Eletrónicas);

B) No âmbito do evento desportivo Final Four – Allianz Cup 2026, a DILAEP desenvolveu esforços para garantir o licenciamento de ocupação de espaço público para instalação extraordinária de “bancas” para atividade de venda ambulante, salientando-se a realização de vistoria/apoio logístico aos operadores económicos de restauração e bebidas não sedentários, em estreita colaboração com as outras entidades intervenientes;

C) No período em causa, destaca-se a participação da dirigente da unidade orgânica e de técnica em reuniões subjacentes à instalação da Task Force da Mobilidade e Task Force da Segurança, aprovação dos respetivos calendários de funcionamento, projetos estratégicos e definição de prioridades e ações;

D) No âmbito do contrato de concessão de uso privativo do domínio público do Município de Leiria para instalação de mobiliário urbano e sua exploração publicitária n.º 123/2018, destaca-se a emissão de fatura inerente à remuneração correspondente ao ano de 2025, no valor de € 156 157,11 + IVA, aguardando-se a respetiva regularização;

COLABORAÇÕES

A) No período considerado e atendendo à constituição do novo executivo, salienta-se a colaboração com a DEJ na análise de minuta do despacho de delegação e subdelegação de competências no Exmo. Sr. Vereador, Sr. José Manuel da Cunha;

B) No período em causa destaca-se a colaboração com a DIADS relativamente à apresentação de proposta de datas para a época balnear de 2026, a vigorar nas praias do Concelho de Leiria;

C) Pela sua relevância, destaca-se a colaboração com a DEMAGP no âmbito da implementação do novo diretório de serviços do Município de Leiria, englobando a revisão de conteúdo relacionado com os vários procedimentos tramitados na unidade orgânica;

D) No período considerado, destaca-se a colaboração com a DEMAGP, no âmbito da criação da plataforma de gestão de ocorrências (revisão e validação de tipos e subtipos);

E) Destaca-se, de igual modo, a colaboração da unidade orgânica com o DEJ no âmbito do contrato de transação outorgado entre o Município de Leiria e a Petrogal, S.A., inerente ao direito de ocupação de um terreno do domínio público para instalação de um posto de revenda de combustíveis lubrificantes e habituais serviços complementares, na zona de Porto Moniz (Leiria);

F) No período em análise salienta-se a colaboração com a DEMAGP em reunião com os serviços da Medidata, relacionada com o procedimento de anulação parcial de licenças e emissão de nota de crédito no âmbito dos procedimentos de publicidade;

G) Salienta-se, de igual modo, a colaboração mantida com o DEJ, consubstanciada no envio de propostas de elaboração e revisão de regulamentos municipais para o ano de 2026;

H) No período considerado, destaca-se a colaboração com a DITE no âmbito do procedimento concursal de conceção e exploração dos espaços para a instalação de operadores económicos de restauração e bebidas não sedentários no âmbito do evento Final Four – Allianz Cup 2026.

RECURSOS HUMANOS

A) No período considerado, e com efeitos a 29/12/2025, efetivou-se a reafectação de nova colaboradora, contando a Unidade Orgânica (DILAEP) com 14 colaboradores (incluindo a dirigente), estando 5 daqueles alocados aos serviços do Cemitério Municipal de Leiria.

DESEMPENHO DE ATIVIDADES – No período considerado, foram desenvolvidas as atividades constantes no quadro seguinte:

Tipo de operação	Publicidade	OEP	Serviços cimiteriais	Táxis	RJACSR	Alojamento Local	Meras Com. Natureza Artística	Eventos Ações promocionais	Espetáculos e Divertimentos Públicos				
									Recinto Improvisado	Recinto Itinerante	Prova Desportiva	Licença Especial Ruído	Autorizações Fogo
Registo de pedidos	21	145	29	8	73	18	149	26	9	0	9	49	6
Registo de pedidos de renovação Prorrogações	39	68	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

RECEITA – A Unidade Orgânica gerou, através das várias áreas de atuação, um total de receita de € 121.558,49, conforme seguinte discriminação:

Origem da receita	Valor cobrado (em €)
Emissão/prorrogação de alvarás de licenciamento de publicidade	76.880,02
Licenciamento de ocupação de espaço do domínio público Municipal	27.331,12
Alvarás de licenciamentos vários (Recinto Improvisado, Recinto Itinerante, Provas Desportivas, Alargamento de Horário)	1.064,70
Alvarás de licença especial de ruído	2.589,72
Licenças de táxi	299,85
RJACSR	8.899,17
Alojamento Local	0
Serviços Cemiteriais	4.493,91

DIVISÃO DE COMÉRCIO E ATIVIDADES ECONÓMICAS

Na vertente da parceria na área do comércio com a ACILIS, decorreu o evento "**Leiria Natal é no Comércio Tradicional**"

Quanto à atividade do CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, deu-se continuidade à divulgação no Site e Redes Sociais do ML, de diversa informação/documentação recebida da DGC (Avisos, Informação e Nota de Imprensa). Relativamente a atendimentos, somos de reportar 16 atendimentos entre telefónicos e presenciais. Realizaram-se 2 Feiras de Artesanato do Município de Leiria, a 07 de dezembro de 2025 e a 03 de janeiro de 2026, não havendo receita destas, uma vez que não ainda não há um regulamento em vigor.

Realizaram-se 3 Feiras de Antiguidades e Velharias do Município de Leiria, a 14 de novembro, 12 de dezembro de 2025 e a 09 de janeiro de 2026, com ocupação de todos os 50 lugares disponíveis, não havendo receita desta, uma vez que não ainda não há um regulamento em vigor.

Quanto aos mercados e feiras de levante.

A receita total obtida neste período foi de **65.258,68 €**, nos seguintes termos:

i) Mercado Municipal da Praia do Pedrogão:

Receita 631,50 €

ii) Mercado Municipal de Leiria:

Receita 18.436,80 €

Receita banca ocasional 773,08 €

iii) Mercado de Venda por Grosso do Falcão:

Têxteis e Hortofrutícola: Receita total 19.722,07 €

Receita banhos: 30,72 € (24,96 € + 5,76 € iva)

iv) Feira de Leiria: Receita 16.941,32 €

v) Feira de Leiria (ocasional): Receita 6.274,24 €

vi) Feira da Praia de Pedrogão: Receita 2.268,63 €

vii) Feira da Praia de Pedrogão (ocasional): Receita 180,32 €

No que se refere à aferição Metrológica, é de referir a entrada de 18 pedidos de controlo metrológico efetuados através do portal do Município de Leiria e a inexistência de reclamações.

Foram sujeitos a controlo metrológico 594 instrumentos e emitidos 211 documentos comprovativos de controlo metrológico, bem como a emissão de 412 certificados de verificação legal.

Rejeitados foram 3 instrumentos de medição por não se encontrarem em conformidade.

A receita referente ao número de instrumentos de medição verificados foi de **17.778,65€**.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA**DIVISÃO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS****DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES****1. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS:**

Analisando os valores das entradas mais relevantes relativamente ao período homólogo (novembro a janeiro), em termos de entradas totais, no período em análise, em 2024/2025 ocorreram 3286 entradas e em 2025/2026 ocorreram 3056 entradas, o que representa uma diminuição de aproximadamente 7 %.

Analisando individualmente, por entradas mais relevantes, verifica-se que na generalidade todas as entradas obtiveram uma pequena diminuição, à exceção dos pedidos de certidão, que obtiveram um aumento de aproximadamente 32 %.

Em termos de totais de entradas anuais, contabilizou-se em 2025/2026, um número de entradas, dentro da média dos últimos 14 anos, relativo ao período homólogo.

Quanto ao número de saídas, emissões de Alvarás e Certidões, relativamente ao período homólogo (novembro a janeiro), verifica-se que ocorreram 971 emissões, no ano de 2024/2025 e 970 emissões, no ano de 2025/2026, sendo valores muito semelhantes.

No que diz respeito às emissões de alvarás, foi nas certidões/declarações que se verificou um aumento mais significativo de 9 %, o que corresponde ao respetivo número de entradas.

Quanto ao número de fogos, relativamente ao período homólogo, neste caso, de novembro a dezembro, foram emitidos alvarás de obras de alteração e ampliação, para 175 fogos durante o ano de 2025 (valores elevados, quer no mês de novembro quer no mês de dezembro), 93 fogos durante o ano de 2024, 86 fogos durante o ano de 2023 e 83 durante o ano de 2022. Quanto às utilizações para habitação, relativamente ao período homólogo neste caso, de novembro a dezembro, foram emitidos alvarás de utilização, para 123 fogos durante o ano de 2025 (grande parte diz respeito ao mês de dezembro), 109 fogos durante o ano de 2024, 78 fogos durante o ano de 2023 e 95 fogos durante o ano de 2022; traduzindo-se num aumento de cerca de 12 % relativamente ao ano de 2024 e de 585 e 30% relativamente aos anos de 2023 e 2022 respetivamente.

Gráfico 1 – Entradas mais relevantes (nov, dez e jan)

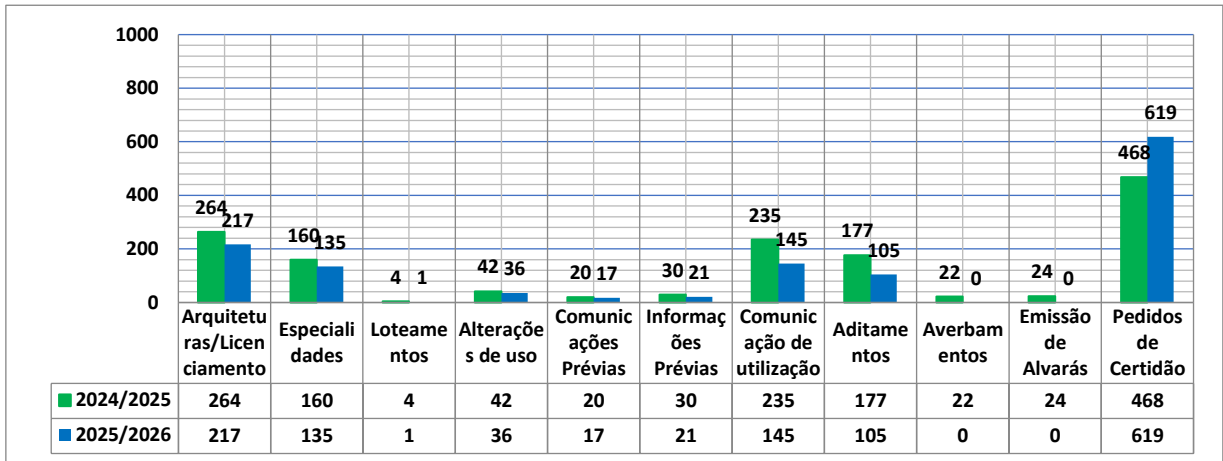


Gráfico 2 – Total de entradas ao longo dos anos (nov, dez e jan)

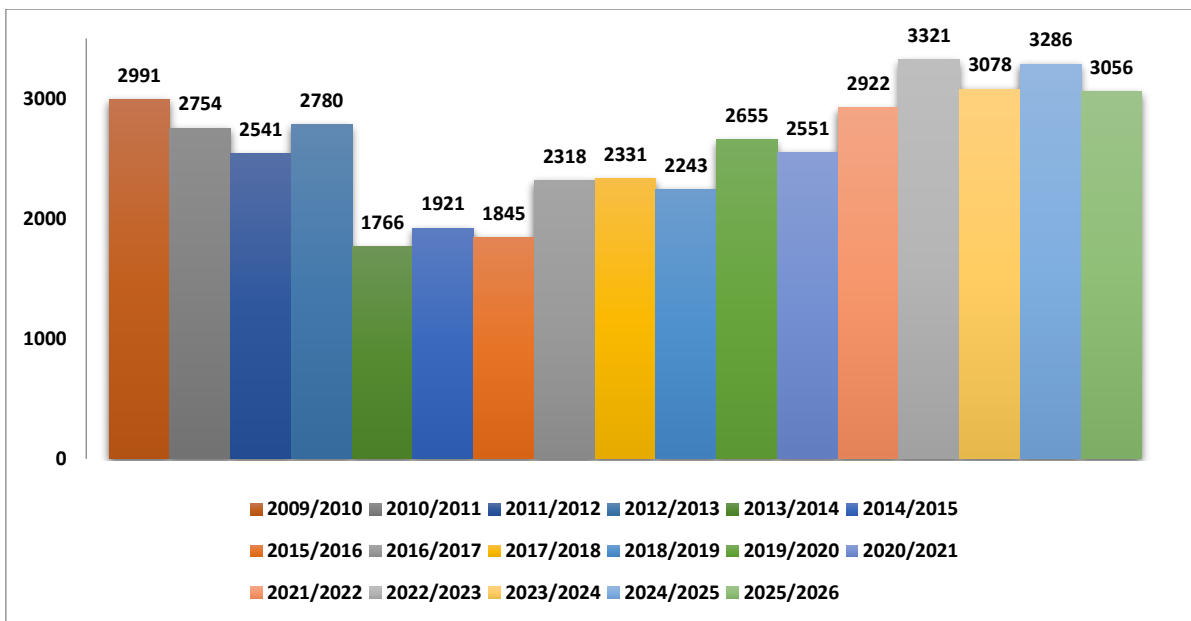


Gráfico 3 – Emissão de Alvarás e Certidões (nov, dez e jan)

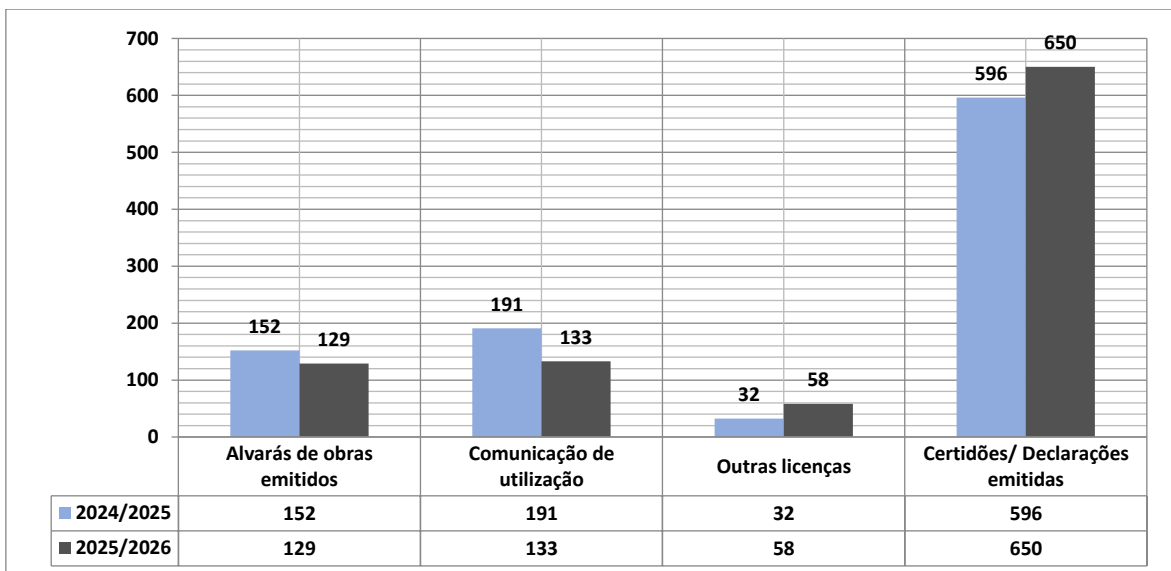


Gráfico 4 – Total de saídas (nov, dez e jan)

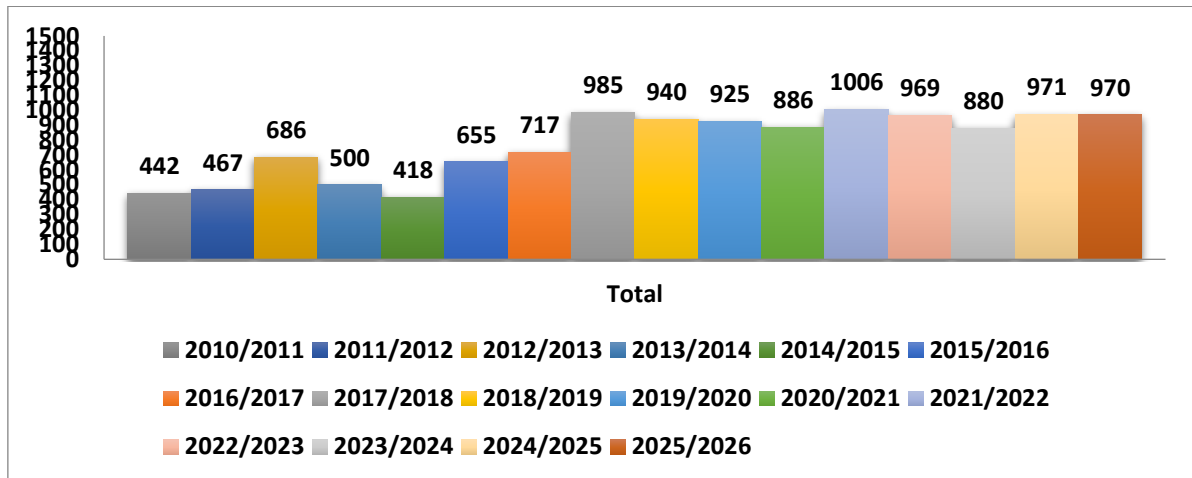
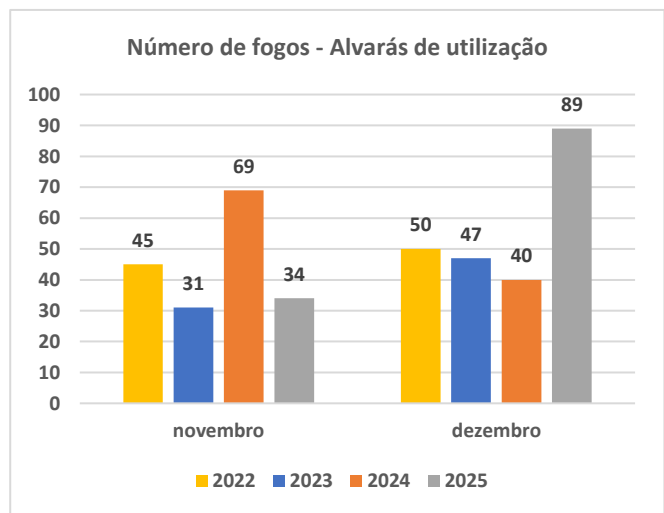
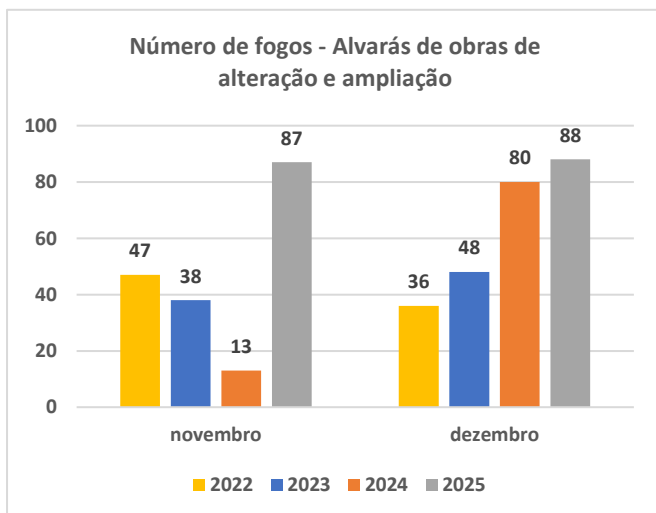
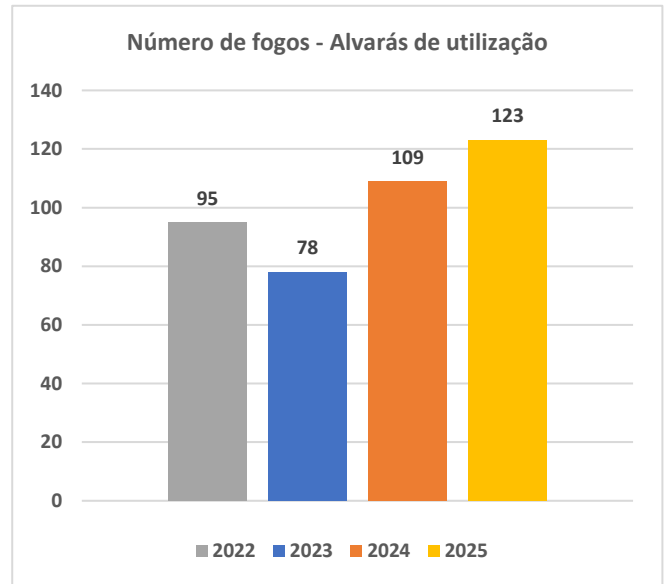
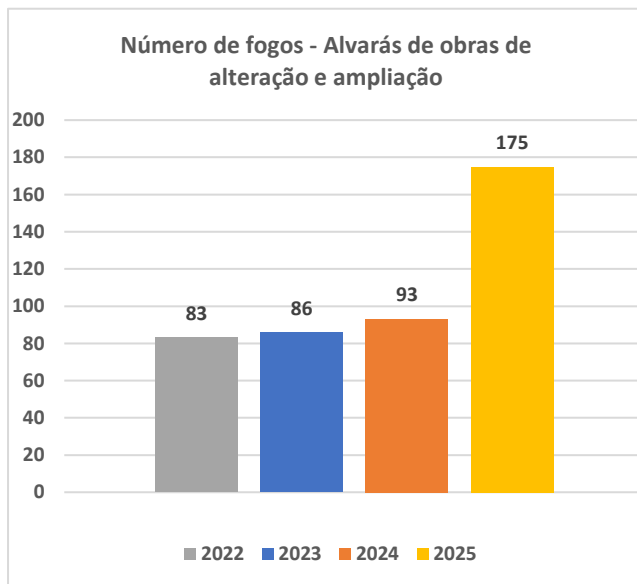


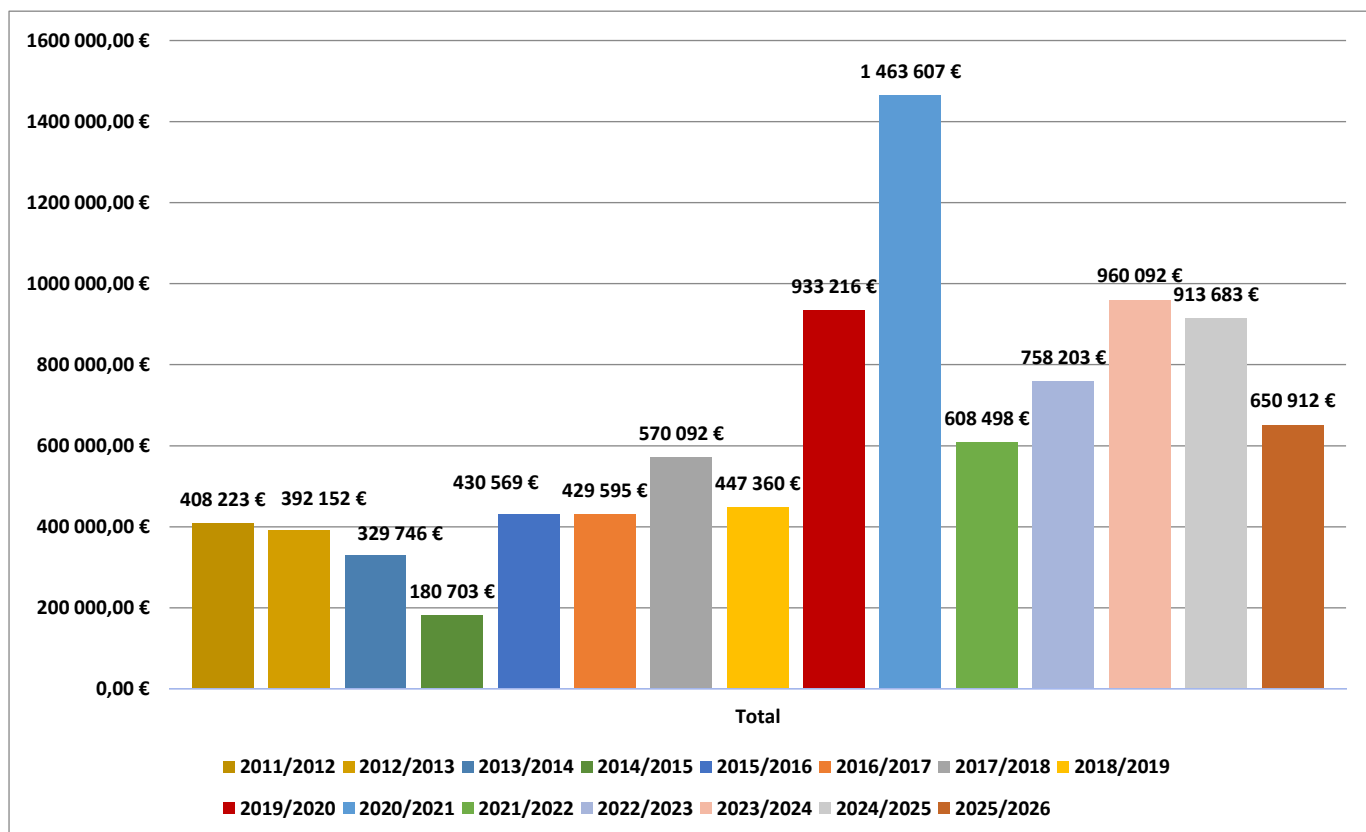
Gráfico 5 – Número de fogos (nov a dez)



2. INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO DEPARTAMENTO

Constata-se que em termos de receita, comparando os períodos homólogos, de novembro a janeiro, ocorreu uma diminuição, de cerca de 29 %, comparativamente ao ano de 2024/2025, o valor da receita durante o ano de 2024/2025 é um dos valores mais baixos dos últimos 6 anos.

Gráfico 6 – Receita total (nov, dez e jan)



3. TOPONÍMIA E CADASTRO / UNTC

3 de novembro 2025 a 30 de janeiro 2026

- Inserção de 386 processos de operações urbanísticas e 176 processos antecedentes de operações urbanísticas na base de dados das operações urbanísticas. Inserção de 146 alvarás de utilização na base de dados das operações urbanísticas. Foram efetuadas 101 informações técnicas no âmbito do cadastro;
- Foram inseridas 45 plantas com áreas de cedência no âmbito do licenciamento das operações urbanísticas;
- Foram efetuadas 74 correções na base de dados das operações urbanísticas;
- Foram efetuadas 50 representações gráficas georreferenciadas no âmbito do Sistema de Informação Cadastral Simplificada. Foram recusadas 24 representações gráficas georreferenciadas;
- Continuação da análise da base de dados da Toponímia Oficial relativamente aos atributos e geometria, na identificação e retificação de inconformidades. Inserção de 11 novos topónimos na base de dados da toponímia municipal. Foi efetuada a edição de 15 topónimos para correção da base de dados da toponímia municipal;
- Instrução de 27 processos de atribuição de topónimos e respetiva inserção na base de dados da toponímia do município de Leiria;
- Análise de requerimentos e elaboração de informações para emissão de certidões de localização e/ou para desencadear procedimentos prévios, num total de 185;
- Analisado 3 processos (certidões de dominialidade e Processos de operações urbanísticas) ao nível da dominialidade de caminhos;
- Colaboração com a DIATGU/Núcleo de Apoio à Gestão Urbanística, com informações técnicas da UNTC em 10 certidões narrativas;
- Colaboração com a DIATGU/Núcleo de Apoio à Gestão Urbanística, nas certidões de edifícios antigos em como à data não era exigida autorização de utilização, em 1 certidão;
- Foram efetuados 14 atendimentos presenciais ao nível da toponímia, dominialidade e certidões;
- Emitidas 250 certidões de localização com as respetivas faturas (SPO e POCAL) e respetivos ofícios.
- Contratos Interadministrativos de delegação de competências entre o município de Leiria e as Freguesias, no âmbito da colocação e manutenção de placas toponímicas e sinalização vertical não iluminada. Foram efetuados os trabalhos de validação no terreno das seguintes freguesias:
 - União das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça;
 - Arrabal;
 - Bidoeira de Cima;
 - Regueira de Pontes;
 - União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes;
 - Caranguejeira;
- Foram efetuadas 17 publicitações de topónimos à Gestão do Código Postal;
- Foram efetuadas 23 pesquisas no arquivo físico da toponímia municipal;
- Foram requisitados 102 processos de operações urbanísticas ao arquivo;

4. **CONCLUSÃO**

Foi dada continuidade às ações alteração e adaptação dos procedimentos internos no DEGU, incluindo aplicação informática AIRC- SPO, na perspetiva da maior eficácia e eficiência do serviço, que se encontram ainda em curso nesta data.

DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO E GESTÃO OPERACIONAL

DIVISÃO DE GESTÃO DE EDIFÍCIOS E EQUIPAMENTOS

A Divisão de Manutenção de Edifícios, Equipamentos e Sistemas (DIMEES) tem diversas vertentes de serviços transversais às diversas unidades orgânicas do Município de Leiria. Os grandes grupos de serviços podem ser identificados abaixo,

- Manutenção de edifícios - por meio de recursos internos (oficinas) ou por recurso a serviços e empreitadas externas
- Operação de edifícios e eventos com serviços transversais – Vigilância; Limpeza; manutenção de elevadores, climatização, sistemas de segurança; eficiência energética; energia (água e gás); águas residuais.
- Apoio à montagem e desmontagem de eventos

No período a que respeita o presente relatório, para além das atividades normalmente desenvolvidas, procedeu-se ao levantamento e verificação técnica de alguns dos edifícios afetados pela depressão *Kristin*. Foi também prestada colaboração no acompanhamento aos trabalhos de limpeza da via pública realizados após a queda de árvores, estruturas e coberturas, resultantes da passagem da depressão *Kristin*.

No período destaca-se os seguintes procedimentos:

Acompanhamento e Fiscalização de Obras

- T 57/2025 – Reparação de coberturas no M|i|mo, EB Marrazes e Centro Escolar da Barreira
- T 64/2024 – Substituição do Piso dos Pavilhões Desportivos Municipais, Lotes 1, 2 e 3 (Pousos, Carreira e Cruz d'Areia)
- T 67/2025 – Reparação de fachadas e cobertura no Gimnodesportivo da EB José Saraiva
- T 81/2025 – Reparações no Posto de Turismo na Praia do Pedrógão

Preparação de empreitadas

- T 65/2025 – Reparações no Pavilhão de Padel da Boa Vista
- T 77/2025 – Trabalhos de melhoramento do Centro de Saúde de Maceira
- T 80/2025 – Reparação de coberturas na Escola Básica e Secundária Henrique Sommer e Mercado Municipal de Maceira
- T 90/2025 – Reparação de muro de suporte da Escola Básica de Capuchos
- Substituição de rede de abastecimento de água no piso térreo do Museu de Leiria
- Substituição de pavimento vinílico no Estádio Municipal de Leiria

- Reabilitação de muros de vedação de Escolas Básicas 2/3 de Carreira, Colmeias e Correia Mateus
- Trabalhos de melhoramentos e adaptação no Mercado Falcão

Preparação e lançamentos de concursos de serviços e bens

- Certificação energética dos edifícios municipais – foram assinados os contratos de prestação de serviços
- Fornecimento e instalação de equipamentos de climatização para os edifícios municipais
- Manutenção das instalações técnicas do Estádio Municipal de Leiria;
- Recolha de resíduos domésticos (fossas) e desentupimentos – foi assinado o contrato de prestação de serviços
- Requalificação de caleiras de habitações sociais no Bairro Cova das Faias
- Melhoramentos no Cineteatro de Monte Real e Teatro Miguel Franco

Acompanhamentos de serviços

Destacam-se,

- Serviços de higiene e limpeza nas instalações e eventos municipais
- Instalação de módulos novos para equipar salas de aula de apoio à atividade escolar - EB Branca – Leiria, EB Henrique Sommer – Maceira, EB da Cruz D’Areia- EB Branca – Leiria);
- Serviços de Vigilância e segurança humana nas instalações e edifícios municipais
- Manutenção de elevadores
- Manutenção de climatização
- Acompanhamento e análise de consumos de água e gás

SETORES OFICINAIS

- Foram abertos **243 pedidos de intervenção**, na Plataforma da Intranet pelas diversas U.O., dos **quais 46 foram resolvidos**, estando 197 com resolução iniciada ou em preparação para resolução.

A Divisão de Gestão de Edifícios e Equipamentos procedeu ao levantamento dos estragos verificados nas infraestruturas e no edificado municipal na sequência da Tempestade Kristin, destacando-se danos em centros de saúde, edifícios escolares, habitações sociais, espaços museológicos e demais edifícios municipais.

A Divisão presta igualmente apoio técnico na identificação e resolução das anomalias detetadas, assegurando o acompanhamento das intervenções necessárias à reposição das condições de segurança e funcionamento.

DIVISÃO DE GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

O presente Relatório de Atividades tem como objetivo apresentar as ações desenvolvidas pela Divisão de Espaço Público (DIMEP) durante o período trimestral em referência, destacando os principais trabalhos desenvolvidos e/ou executados, bem como alguns dos indicadores de desempenho observados.

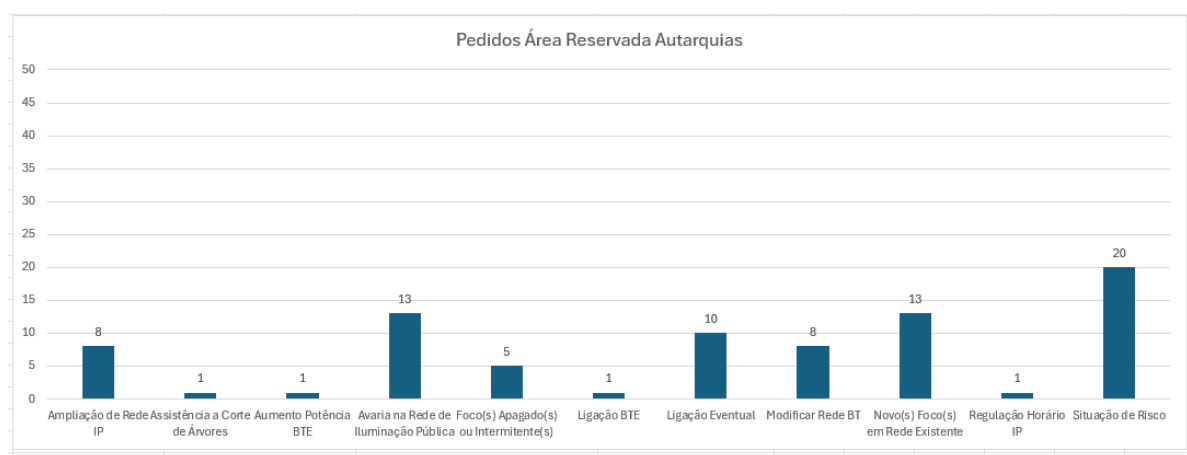
A DIMEP mantém seu compromisso com a manutenção, conservação e requalificação do espaço público urbano, atuando de forma contínua para promover ambientes organizados, seguros e acessíveis à população. As iniciativas empreendidas ao longo do período refletem a dedicação das equipas em garantir a preservação e a valorização dos espaços públicos, contribuindo diretamente para o bem-estar dos munícipes e a melhoria da qualidade de vida nas áreas urbanas.

Apesar dos desafios operacionais e estruturais enfrentados, as ações realizadas tiveram impacto positivo e demonstraram avanços significativos nos objetivos propostos para o período.

Reiteramos que o compromisso com a melhoria contínua permanece como diretriz central da DIMEP, juntamente com os princípios de eficiência e eficácia, os quais são os alicerces orientadores das nossas ações, tendo como objetivo primordial dar continuidade a essas diretrizes e atividades nos próximos trimestres.

ATIVIDADES REALIZADAS:

Iluminação Pública:



Limpeza Espaço Público – Deservagem

Para além dos trabalhos executados pelas brigadas de Vias Integradas do DECGO, com especial enfoque nas freguesias de Leiria e Marrazes, verificou-se a necessidade de proceder a intervenções adicionais em diversas vias municipais e espaços públicos. Essas ações foram realizadas ao abrigo dos procedimentos internos em vigor, assegurando o cumprimento das normas técnicas e operacionais aplicáveis.

A priorização das intervenções resultou da avaliação da urgência e da relevância dos serviços solicitados, tendo em consideração critérios como segurança rodoviária, mobilidade dos cidadãos e preservação das condições de utilização dos espaços públicos. Desta forma, garantiu-se uma resposta célere e eficaz às necessidades identificadas, contribuindo para a manutenção da qualidade da infraestrutura municipal.

Das tarefas executadas, destacam-se as seguintes:

CP 96/2025/DICP - Aquisição de serviços para execução de ceifa em bermas, valetas, sumidouros e limpeza de canais de drenagem de águas pluviais em estradas, ruas e caminhos, do espaço público urbano

- Rua do Moínho de Papel;
- Zona contígua ao Hospital e St.º André;
- Zona contígua à Escola Correia Mateus;
- Rua Paulo VI;
- EN n.º 113;
- Rua da Cooperativa e Travessa da Cooperativa;
- Av.ª 22 de maio;
- S. Romão/Rua da Cooperativa;
- Estrada dos Marinheiros e ruas adjacentes;
- Zona contígua à Escola Profissional de Leiria;
- Gândara dos Olivais;
- Zona contígua ao Estádio Municipal, Ponte Euro 2004;
- Zona contígua ao Hospital da CUF e McDonald's.

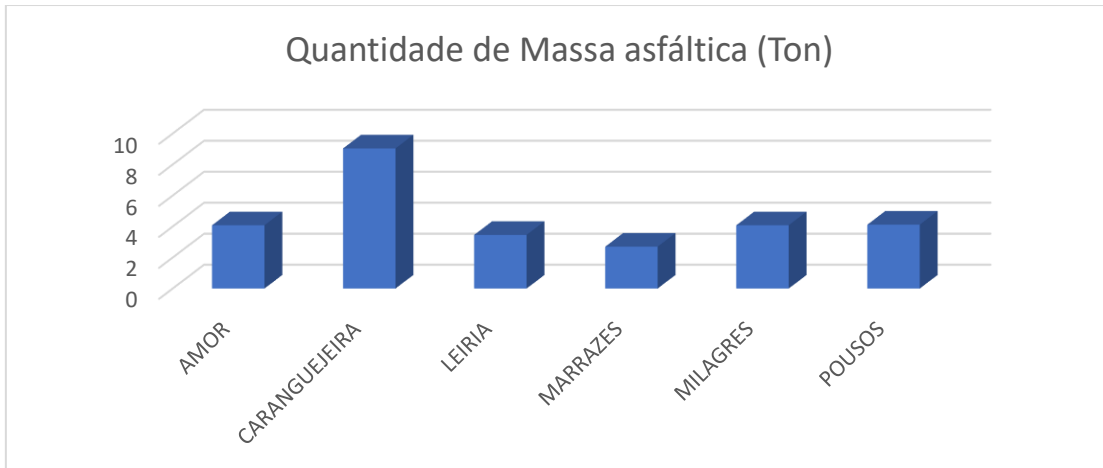
Manutenção da iluminação na zona urbana, nomeadamente:

- Percurso Polis (8 km somadas as distâncias de ambas as margens do Rio Lis)
- Parque Radical de Leiria e adjacências
- Largo do Município
- Jardim Luis de Camões
- Rua Direita
- Zona Junto ao banco de Portugal

Manutenção de vias – Brigadas do DECGO (Intervenções por administração direta):

	Nr.º Intervenções	Locais	Horas/ Quantidades
Deservagem	70 Ruas	Leiria/Marrazes/Pousos	974h - Brigadas

Intervenção Abatimento (aplicação massa asfáltica):



	Nr.º Intervenções	Trabalhos	Horas/ Quantidades
Manutenção Diversas	60 Ruas	Colocação de massa asfáltica	295h - Brigadas
	110 Ruas	Limpeza de Sarjetas /Sumidouros	914h - Brigadas

Manutenção de pilaretes e calçadas, incidindo maioritariamente os trabalhos nas freguesias de Leiria e Marrazes:

	Nr.º Intervenções	Locais	Horas/ Quantidades
Calçadas	135 Ruas	Leiria/ Marrazes	171 m2 35 pilaretes

Gestão da Frota Automóvel:

Viaturas Frota Automóvel	Nr.º total de Viaturas	Contrato (AOV)	37
		Próprias	113
	Tipologia de Viaturas	Ligeiros de Passageiros	73
		Ligeiro de Mercadorias	41
		Camiões	17
		Outros	19
	Km 's Percorridos	Ligeiros	109648
		Pesados	2202
	Intervenções oficiais	Ligeiros	10
		Pesados	2
		Máquinas	0
	Avarias	Ligeiros	15
		Pesados	1
		Máquinas	0
	Revisões Efetuadas	Ligeiros	4
Pesados		1	
Máquinas		0	

2- Procedimentos e Fiscalização:

Acompanhamento e Fiscalização de Obras

- T 68/2023 – Parque Estacionamento Junto ao CS Gorjão Henriques – Leiria
- T 61/2024 – Requalificação de Diversos Parques Infantis, Pisos, Vedações e Outros Trabalhos (lotes 1, 2 e 3)
- T 40/2025 – Execução e Manutenção de Passeios e Pavimentos em Calçada no Concelho de Leiria
- T 82/2024 – Conservação e manutenção de vias municipais no concelho de Leiria, 25 a 27
- T 50/2025 – Reparações Pontuais na EN 109
- T 73/2025 – Reparação de Conduta e Caixas Pluviais na Rua Nossa Sra. da Encarnação
- T 74/2025 – Intervenção na Rede Pluvial da Rua dos Mártires
- T 76/2025 – Reparação de Talude na Rua da Quinta, Caranguejeira
- Verificação *in loco* das reclamações e pedidos de indemnização de responsabilidade civil extracontratual dos munícipes em espaço público: NIPG:54646/25; NIPG:58131/25; NIPG:20169/25; NIPG:54705/25; NIPG:58114/25; NIPG:55859/25; NIPG:26449/25; NIPG:59030/25; NIPG:58625/25; NIPG:47166/25; NIPG:62226/25.

Contratos Interadministrativos:

- Manutenção de Vias
- Viver Freguesias 2025, Análise e Avaliação Técnica e Financeira

Início de outros procedimentos

- T 03/2026 – Trabalhos de melhoramento do Mercado Falcão

No período em apreço, foram propostos diversos procedimentos de contratação de serviços e aquisição de bens junto a empresas especializadas, conforme descrito a seguir:

- Serviço com camião hidrolimpador para o despejo fossas, limpeza e desobstrução de coletores pluviais;
- Acompanhamento e Fiscalização de Obras
- Limpeza e manutenção de vias municipais (com especial relevância nas freguesias de Leiria e Marrazes);
- Apoio a eventos.

Após a passagem da depressão Kristin fez-se a coordenação de equipas na limpeza de vias após a queda de árvores e estruturas diversas. Colaborou-se no levantamento de estragos de edifícios públicos municipais.

De entre os trabalhos de maior relevância levados a cabo por esta Unidade Orgânica, destaca-se o apoio prestado desde as primeiras horas após a ocorrência da tempestade Kristin, designadamente na verificação dos estragos e no estabelecimento dos primeiros contactos com as forças de segurança, tendo sido mobilizadas várias equipas de trabalhadores para apoiar as intervenções no terreno.

Este apoio prolongou-se nos dias subsequentes, assegurando a continuidade da resposta às necessidades entretanto identificadas.

A articulação eficiente com as diversas entidades assumiu, e continua a assumir, um papel preponderante na prestação do apoio municipal às populações, que reconhecem a exigência e a magnitude dos trabalhos a desenvolver.

Paralelamente, tornou-se necessária a articulação com as diversas empresas envolvidas no processo de reabilitação das infraestruturas, procedendo-se à afetação e adequação dos meios humanos e mecânicos às intervenções a realizar.

Destaca-se ainda o apoio na instalação a instalação, no Mercado Falcão, de um centro logístico de apoio à população, destinado à recolha e distribuição de materiais de construção, com o objetivo principal de apoiar as populações mais afetadas pelos danos provocados pelo temporal.

DIVISÃO DE GESTÃO DOS ESPAÇOS VERDES

A Divisão de Espaços Verdes desenvolveu durante o período em análise e conforme plano, atividades de plantações, conservação e manutenção dos jardins e demais espaços verdes e respetivos sistemas de rega, quando aplicável.

- Fiscalizou a intervenção de prestadores de serviços de manutenção no âmbito do Concurso Público Internacional 105/2023/DICP – Manutenção e Conservação de Espaços Verdes Públicos, no Concelho de Leiria, excluindo podas;
- Fiscalizou a intervenção de prestadores de serviços de manutenção no âmbito do Concurso Público 90/2024/DICP – Manutenção e Conservação de Espaços Verdes Públicos existentes em Centros de Saúde, no Concelho de Leiria, excluindo podas de árvores.
- Foi dado continuidade à realização o inventário do arvoredo em meio urbano, no âmbito do procedimento de consulta prévia n.º 71/2025/DICP – Contratação de serviços de elaboração do inventário municipal do arvoredo em meio urbano, tendo sido já implementada a plataforma de gestão de arvoredo em ambiente SIG, tendo sido inventariadas até ao final do mês de outubro 2791 árvores.
- Foram realizados os trabalhos de manutenção do arvoredo no âmbito do procedimento por concurso público n.º 94/2025/DICP - Prestação de serviços de arboricultura para o arvoredo urbano, com realização de podas e tratamento fitossanitário de árvores em espaços públicos do município de leiria.

Aquisição de serviços de tratamento fitossanitário, em arvoredo urbano, por método de endoterapia (ajuste direto simplificado), foram realizados os tratamentos de prevenção da processionária dos pinheiros;

T - 69/2025 – Execução de furo nas Hortas Verdes de Santa Clara, foi realizada a adjudicação e solicitada o pedido de autorização prévia à APA

T75/25 Serviços de elaboração de projeto de arranjo Paisagístico da Rotunda do Pedrome, foi aprovado o estudo prévio, aguardando-se o projeto de execução.

Procedeu-se ao abate dos seguintes 18 exemplares arbóreos:

Tilia sp.	1	Marachão	Quebra por intempérie
Cercis siliquastrum	1	Urb Santa Clara	Quebra por intempérie
Populus sp.	1	Rua da Torre - Quinta da Matinha	Inclinação acentuada por intempérie
Populus sp.	1	Via Pólis junto Pte de França	Baixa vitalidade e fraca condição fitossanitária
Fraxinus sp.	1	Via Polis (ETAR)	seco
Tilia sp.	1	Avenida Cidade de Maringá	Quebra pernas por intempérie/presença fungos
Prunus serrulata	1	Terreiro	Quebra por Intempérie (estava seca)
Pinus sp.	2	Quinta da Belavista - Moinho Novo	Quebra por Intempérie (raízes expostas e superficiais)
Cercis siliquastrum	1	Rua Machado dos Santos	Quebra por Intempérie
Laurus nobilis	1	Castelo	Seco
Tilia sp.	1	Parque do Avião	Instabilidade biomecânica
Prunus pissardii	1	Travessa da Maligueira	Seco
Pinus pinea	1	Destacamento GNR antiga JAE	Queda por intempérie
Cedrus sp.	1	Estrada das cortes	Queda por intempérie
Acer negundo	1	N546 - junto ao quiosque da Cruz d'Areia	Queda por intempérie
Pinus pinea	1	ESALV	Queda por intempérie
Salix babylonica	1	EB1 Boavista	Instabilidade biomecânica/podridões
Total	18		

Gestão Horto Municipal

Durante o período em análise foram garantidas todas as operações culturais de produção e manutenção de espécies vegetais existentes no Horto Municipal, bem como a manutenção e conservação do parque de vasaria ornamental e o controlo de empréstimo de vasos e floreiras.

Plantas época fornecidas/plantadas – 8 407 unidades

Arbustos fornecidos/plantados – 972 unidades

Árvores fornecidas/plantadas – 50 unidades

Composto – fornecidos cerca de 5,3 m³

Ornamentação – foram solicitadas 3 ornamentações com mobilização de 118 vasos

Gestão Espaços de Jogo e de Recreio

Tendo como base de trabalho o Plano de Manutenção Preventiva, durante o período referido, procedeu-se à conservação e manutenção de 31 espaços de jogo e de recreio que estão sob a responsabilidade da Divisão de Espaços Verdes.

Disponibilizou-se a todas as freguesias e união de freguesias do concelho o Guia Prático de Manutenção de Parques Infantis, o qual foi adaptado às necessidades operacionais das juntas de freguesia, na sequência da verificação da necessidade de auxiliar as Juntas de Freguesia no que diz respeito ao cumprimento da legislação referente a Parques infantis, com o intuito de diminuir a ocorrência de situações de desconformidade que possam colocar em risco os seus utilizadores e dar origem a eventuais contraordenações.

Gestão Hortas Verdes

O Projeto Hortas Verdes, integram as Hortas Verdes que contemplam quatro espaços, sendo as Hortas Verdes da Encosta do Castelo, as Hortas Verdes da Quinta do Gordalina I, as Hortas Verdes da Quinta do Gordalina II e as Hortas Verdes da Malaposta.

Deste modo, as Hortas Verdes disponibilizam aos munícipes 93 talhões com áreas compreendidas entre os 24 e os 35 m².

O projeto Hortas Verdes desempenha um relevante papel na promoção da sustentabilidade ambiental, da segurança alimentar e da coesão social da cidade de Leiria, contribuindo para a aproximação da população à origem dos alimentos, valorização dos espaços urbanos, promoção de hábitos de vida mais saudáveis.

Torna-se essencial expandir este projeto considerando a intensa procura por espaços desta tipologia conjugada com a indisponibilidade de talhões, pelo que encontra-se em fase de desenvolvimento a execução de hortas urbanas comunitárias na Urb de Santa Clara, Parceiros. À data, deu-se início ao procedimento de execução de captação subterrânea – T 69/2025 – por forma a garantir o abastecimento de água aos futuros talhões.

Preparação e Acompanhamento de Procedimentos Concursais

- Aquisição de serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Verdes Públicos, no Concelho de Leiria, excluindo podas de árvores, na modalidade de prestação de serviços contínua (concurso público internacional), foi realizada a análise de propostas;
- Contratação de serviços de Manutenção e Conservação de Espaços Verdes Públicos existentes na Vila Portela, na modalidade de prestação de serviços contínua (consulta prévia), foi realizada a análise de propostas;

Tempestade Kristin

Na sequência da tempestade Kristin, ocorrida no dia 28/02/2026, foram iniciados, durante a manhã desse mesmo dia, pelos trabalhadores da DIGEV que conseguiram comparecer ao serviço, os trabalhos de remoção de árvores caídas na via pública, as quais obstruíam as principais vias no centro da cidade.

Nos dias subsequentes, prosseguiram os trabalhos de desobstrução de vias, bem como a realização de podas de segurança, com o objetivo de eliminar ramos partidos que permaneceram suspensos nas

árvores, prevenindo a sua queda intempestiva e o conseqüente risco para pessoas e bens em circulação na via pública.

Atendendo à dimensão dos danos verificados, os trabalhos desenvolvidos nos dias seguintes foram coordenados com entidades externas que prestaram apoio às equipas do Município, reforçando os meios disponíveis para a reposição das condições de segurança e normalidade na via pública. Durante este período, as atividades regulares da Divisão foram significativamente condicionadas, tendo sido, em muitos casos, suspensas, de forma a concentrar todos os recursos humanos e operacionais nesta missão prioritária.

Refira-se ainda que o Horto Municipal ficou inundado na sequência do evento meteorológico, ficando impossibilitado o acesso às suas instalações. Em consequência, a respetiva equipa foi deslocada para apoiar os serviços das restantes brigadas, reforçando a capacidade de resposta operacional no terreno.

DIVISÃO DE TRÂNSITO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA

1. Recolha de veículos abandonados no espaço público, e respetivas diligências
2. Análise e avaliação técnica sobre pedidos de sinalização de trânsito no Concelho de Leiria
3. Análise e parecer técnico sobre pedidos de ocupação da via pública e avaliação dos PST's
4. Análise e parecer técnico sobre licenciamento de publicidade e Ocupação de Espaço Público, (DiLD)
5. Análise e parecer técnico sobre licenciamento de atividades desportivas e culturais
6. Análise e parecer técnico sobre processos do DPGU bem como participação na realização de vistorias
7. No âmbito da aprovação do Plano de Recuperação e Resiliência, acompanhamento técnico na instalação de Sensores de Estacionamento em Lugares de Estacionamento destinados a Pessoas com Mobilidade Condicionada, inseridos nas áreas da competência da Câmara Municipal
8. Levantamento e apuramento dos danos causados em todos os sistemas semaforicos instalados no Concelho de Leiria;
9. Levantamento e apuramento dos danos causados na Sinalização Vertical de Trânsito instalada no Concelho
10. Acompanhamento técnico e fiscalização de empreitada e serviços
 - I. **CPN 35/25** - AQUISIÇÃO POR LOTES DE SINALIZAÇÃO VERTICAL
 - II. AJUSTE DIRETO SIMPLIFICADO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REBOQUE PARA A REMOÇÃO E TRANSPORTE DE TODO O TIPO DE VEÍCULOS ABANDONADOS NA VIA PÚBLICA
11. Apoio técnico e acompanhamento de empreitadas desenvolvidas pelo DEOM e DECGO
 - i. **T-57/2018** - CONSTRUÇÃO DE ROTUNDA NA EN242 (VARIANTE DA BAROSA) - BAROSA
 - ii. **T-80/2023** - REQUALIFICAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA DE SÃO MIGUEL E RUA EMÍDIO AGOSTINHO MARQUES - LEIRIA
12. Avaliação e parecer técnico de projetos do ML no âmbito da Rede Viária e Segurança Rodoviária
 - i. **T-127/2021** - ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA EMÍDIO AGOSTINHO MARQUES

- ii. **T-131/2021** - ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DE REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DA NOSSA SENHORA DO AMPARO
- iii. **T-46/2023** - REQUALIFICAÇÃO DA EM 357 – CAMINHOS DE FÁTIMA - FASE 1
- iv. **T-38/2023** - REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DOS CASAIS –REGUEIRA DE PONTES
- v. **T-72/2025** – REQUALIFICAÇÃO DA RUA PAULO VI

COMPANHIA DE BOMBEIROS SAPADORES DE LEIRIA

Atividade Operacional:

No âmbito da atividade operacional, durante o período considerado para o relatório de atividades, a Companhia de Bombeiros Sapadores de Leiria registou 1188 ocorrências, empregando um total de 2969 operacionais e 1302 veículos.

Classificação da Ocorrência	Ocorrências	Operacionais	Veículos
Fenómenos Naturais	01	02	01
Incêndios Urbanos ou Área Urbanizável	26	148	40
Incêndios em Equipamentos ou Produtos	06	29	07
Incêndios em Transportes	08	42	10
Acidentes	45	212	66
Acidentes Industriais e Tecnológicos	10	37	10
Incêndios Rurais	02	09	02
Incêndios em Detritos	07	32	07
Comprometimento Total ou Parcial Segurança	141	404	155
Assistência em Saúde	702	1448	708
Intervenção em Conflitos Legais	19	41	19
Assistência e Prevenção a Atividades Humanas	176	491	203
Operações Diversas	45	74	74
Total	1188	2969	1302

A Companhia de Bombeiros Sapadores de Leiria participou durante o período em epígrafe nas seguintes ações:

Reuniões:

- 3 Reuniões do Briefing mensal do Serviço Municipal de Proteção Civil;
- 3 Reuniões no Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil da Região de Leiria.

Prevenção:

- Passagem de Ano 25/26 – 3 veículos e 5 operacionais;

Depressões:

- “INGRID”
- “JOSEPH”
- “KRISTIN”

*Estatísticas ainda por apurar.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE LEIRIA

Serviço Municipal de Proteção Civil

No período em análise, o Serviço Municipal de Proteção Civil desenvolveu as seguintes atividades/ações:

- Reuniões diversas:
 - Briefing's Mensais do Centro de Coordenação Operacional Municipal (CCOM) Leiria;
 - Reuniões mensais entre a ANEPC – CSREPC Leiria / SMPC's CIM Região de Leiria;

- Reuniões de Coordenadores Municipais de Proteção Civil da CIM Região de Leiria;
- Reuniões com os Coordenadores das Unidades Locais de Proteção Civil do Concelho de Leiria;
- Representação do SMPC em atos oficiais;
- Reunião Task Force da Segurança.
- Ocorrências e Vistorias:
 - Vistorias diversas no âmbito da Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE);
 - Vistorias diversas no âmbito da Comissão de Vistorias da CML;
 - Elaboração de pareceres de eventos diversos no concelho aos Planos de Segurança apresentados;
 - Preparação e presença no dispositivo de proteção, socorro e segurança Final Four Allianz Cup 2026;
 - Acompanhamento da ocorrência resultante de depressão Cláudia no dia 12 de novembro;
 - Acompanhamento e apoio ao Posto de Comando da ocorrência resultante de depressão Kristin no dia 28 de janeiro.
- Simulacros / Formações / Ações diversas:
 - Realização do Simulacro “Terra Treme 2025” na Escola Profissional de Leiria no dia 05/11/2025;
 - Presença e participação como “Observador” em simulacros internos;
 - Ação de sensibilização no âmbito da SCIE e o associativismo.

Gabinete Técnico Florestal (GTF)

- **Gestão de Combustível**
 - Notificações: Procedeu-se à identificação e notificação de 63 proprietários de terrenos para que procedessem à ação de gestão de combustível, e à afixação de 4 Editais de proprietário desconhecido.
 - Entradas: Durante o período em apreço registaram-se 70 pedidos à autarquia para regularizar/verificar as ações de gestão de combustível;
 - Terrenos Limpos: Foram concluídos com sucesso, em termos de realização de gestão de combustíveis, 85 processos.

- **Ações de arborização**

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, na redação atual, que estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas as ações de arborização e rearborização, o Gabinete Técnico Florestal emitiu pareceres para 4 pedidos de autorização para as referidas ações, solicitadas pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, ICNF.

- **Vazios Urbanos e limpezas coercivas**

Durante o período considerado foi realizada a limpeza de terrenos com matos e silvas em 5 terrenos do município e 2 limpeza coerciva, distribuídos pelas freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes; Marrazes e Barosa; Parceiros e Azoia.

- **Rede Viária Municipal**

No âmbito da execução das faixas de gestão de combustível na faixa de 10m da Rede Viária, decorrentes do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na redação atual, foram executados 9,07ha na freguesia de Bidoeira de Cima; ao abrigo do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência nas Juntas de

Freguesia, foram executados cerca de 15,35ha na freguesia de Bajouca; 30ha na freguesia de Coimbrão; 6ha na freguesia de Regueira de Pontes e 12ha na freguesia do Santa Eufémia e Boa Vista.

Ao abrigo do Contrato Interadministrativo de proteção civil – beneficiação de caminhos florestais a freguesia da Bajouca de Cima realizou a beneficiação de cerca 7,6km de caminhos florestais, a união das freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista realizou a beneficiação de 5km de caminhos florestais e a freguesia de Regueira de Pontes realizou a beneficiação de cerca de 16km de caminhos florestais.

Leiria, 18 de fevereiro de 2026

O Presidente da Câmara Municipal de Leiria

Gonçalo Lopes